



MARCELA BARBOSA FARIA

**PRÁTICAS DISCURSIVAS SOBRE
RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL:
UMA INTERPRETAÇÃO SOB A ÓTICA DA
ANÁLISE DO DISCURSO CRÍTICA**

**LAVRAS – MG
2014**

MARCELA BARBOSA FARIA

**PRÁTICAS DISCURSIVAS SOBRE RESPONSABILIDADE
SOCIOAMBIENTAL: UMA INTERPRETAÇÃO SOB A ÓTICA DA
ANÁLISE DO DISCURSO CRÍTICA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras como parte das exigências do Programa de Pós Graduação em Administração, área de concentração em Organizações, Gestão e Sociedade, para obtenção do título de Mestre.

Orientador:

Dr. Mozar José de Brito

Coorientador

Dr. Marco Antônio Villarta Neder

**LAVRAS – MG
2014**

**Ficha Catalográfica Elaborada pela Coordenadoria de Produtos e
Serviços da Biblioteca Universitária da UFLA**

Faria, Marcela Barbosa.

Práticas discursivas sobre responsabilidade socioambiental : uma interpretação sob a ótica da análise do discurso crítica / Marcela Barbosa Faria. – Lavras : UFLA, 2014.

240 p. : il.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Lavras, 2014.

Orientador: Mozar José de Brito.

Bibliografia.

1. Discurso ambiental. 2. Análise do discurso crítica. 3. Ideologia. 4. Responsabilidade socioambiental. I. Universidade Federal de Lavras. II. Título.

CDD – 658.91

MARCELA BARBOSA FARIA

**PRÁTICAS DISCURSIVAS SOBRE RESPONSABILIDADE
SOCIOAMBIENTAL: UMA INTERPRETAÇÃO SOB A ÓTICA DA
ANÁLISE DO DISCURSO CRÍTICA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras como parte das exigências do Programa de Pós Graduação em Administração, área de concentração em Organizações, Gestão e Sociedade, para obtenção do título de Mestre.

APROVADA em 28 de fevereiro de 2014

Dr. Francisco Giovanni David Vieira	UEM
Dr. José Roberto Pereira	UFLA
Dr. Marco Antônio Villarta Neder	UFLA

Dr. Mozar José de Brito
Orientador

**LAVRAS – MG
2014**

*Aos meus pais por me ensinarem o valor da educação.
Ao meu marido Bruno pelo amor incondicional, pela compreensão e pelo
companheirismo sempre.*

DEDICO

AGRADECIMENTOS

Depois de um longo período de trabalho intenso, nada mais gratificante do que ter esse espaço para agradecer as pessoas que realmente fizeram a diferença na conquista de mais essa etapa vencida.

Em primeiro lugar quero agradecer a Deus pela força concedida nos momentos de fraqueza, por não me deixar cair nunca.

À Universidade Federal de Lavras e ao Departamento de Administração e Economia (DAE), pela oportunidade concedida para a realização desse mestrado. E ao Departamento de Ciência do Solo (DCS) e à Pró-Reitoria de Planejamento e Gestão (PROPLAG), meus locais de trabalho durante essa caminhada, os quais me concederam liberação para assistir às aulas.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Administração pelo tempo e conhecimento compartilhados.

Ao meu orientador Prof. Dr. Mozar José de Brito por sua presença tão importante no decorrer do meu mestrado. Seus conselhos, suas críticas e a confiança depositada em mim foram fundamentais para a conclusão deste trabalho.

Ao meu coorientador Prof. Dr. Marco Antônio Villarta Neder pelo auxílio e, principalmente, por me fazer enxergar além daquilo que é dito.

À Profa. Dra. Valéria da Glória Pereira Brito pelas valiosas contribuições que foram de suma importância para a conclusão deste trabalho.

Um obrigado especial dedico aos meus pais Sérgio e Maria Tereza por sua intensa dedicação, por sempre acreditarem em mim e pela minha educação; e aos meus irmãos, Gabriela e Renan pelo companheirismo sempre, mesmo à distância.

Ao Bruno, meu amado marido, agradeço muito, muito, muito, pelo incondicional apoio, companheirismo, por entender meus muitos e longos momentos de ausência e, principalmente, por me dar força e não me deixar desistir nunca, pois como dizia no final tudo ia valer a pena. Meu amor, sem você eu nada seria e esse trabalho jamais seria concluído.

A todos meus companheiros de mestrado que compartilharam comigo momentos de alegria, de frustrações, de experiências e aprendizados, pelas dicas e contribuições nos diversos trabalhos especialmente aos meus grandes companheiros que dividiram comigo os percalços da vida acadêmica: Rafaella, Luiz Henrique, Lilia e Marcondes.

E, por último, mas não menos importante quero agradecer minha amiga Nathália Tavares pela imensa ajuda no decorrer do mestrado e aos meus amigos Walter e Cristina pelo incentivo, pelo ombro amigo e pelos momentos de happy hour que foram essenciais nos últimos anos. Também não posso deixar de agradecer a criteriosa revisão final desse texto gentilmente realizada pelo Walter.

A todos vocês, o meu muito obrigado!

“Penso no que faço com fé. Faço o que devo fazer com amor. Eu me esforço para ser cada dia melhor, pois bondade também se aprende. Mesmo quando tudo parece desabar, cabe a mim decidir entre rir ou chorar, ir ou ficar, desistir ou lutar, porque descobri, no caminho incerto da vida, que o mais importante é o decidir.”

Cora Coralina

RESUMO

Esta dissertação teve por objetivo compreender o discurso ambiental da empresa estatal Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), particularizando os aspectos ideológicos e sociopolíticos inerentes às práticas discursivas constitutivas do discurso organizacional. Além desse objetivo principal buscamos recuperar a história da organização estudada, destacando a sua inserção no contexto sócio-histórico do setor elétrico brasileiro, e; apreender o processo de incorporação do discurso ambiental, evidenciando os aspectos políticos-ideológicos que marcaram as práticas discursivas sobre a relação da referida organização com o meio ambiente. Como recurso metodológico e analítico, empregamos a abordagem teórico-metodológica da análise do discurso crítica (ADC), buscando traçar, por meio do método de análise tridimensional de Norman Fairclough, os discursos e as ideologias presentes no *corpus* da pesquisa, construído a partir de diversos materiais – livros, revistas, informativos, matérias eletrônicas, relatórios de gestão, entre outros – que abordavam as práticas ambientais da CEMIG, disponibilizadas pela própria organização e por outras instituições como o Centro da Memória da Eletricidade no Brasil. A análise desse *corpus* possibilitou-nos apreender dois discursos mais relevantes denominados “discurso ambiental desenvolvimentista” e “discurso ambiental legalista”. O primeiro discurso evidenciou as práticas ambientais como forma de melhorar a imagem da Empresa, ressaltando que os danos ambientais causados são para a melhoria da qualidade de vida da população. O segundo discurso evidencia as ações ambientais que foram adotadas pela Organização para cumprir a legislação ambiental vigente, porém, oculta a presença da voz da lei, apropriando-se da iniciativa dessas práticas ambientais. Embora analiticamente separados, esses discursos são complementares e desvelam uma ideologia instrumental a uma ideologia realmente verde, onde as práticas de responsabilidade socioambiental são entendidas como uma estratégia da CEMIG para a melhoria da sua imagem e para a criação de valor de mercado para seus acionistas. Cabe, ainda, destacar que o discurso ambiental da CEMIG é um discurso hegemônico, heterogêneo e que apresenta diversas vozes que suportaram e naturalizaram as práticas da Empresa, legitimando a sua imagem como ambientalmente correta e como referência e pioneira para o setor de energia elétrica, nas questões ambientais.

Palavras-chave: Discurso Ambiental. Análise do Discurso Crítica. Ideologia. Responsabilidade Socioambiental.

ABSTRACT

This dissertation aimed to understand the environmental discourse of Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) particularizing the ideological and socio-political aspects inherent to constitutive discursive practices of organizational discourse. Besides this purpose we sought to recover the history of the organization studied, emphasizing their insertion in the socio - historical context of the Brazilian electric sector and, to apprehend the incorporation of environmental discourse, highlighting the political and ideological aspects that characterized the discursive practices about the relationship of the organization with the environment. As methodological and analytical resource, we used the theoretical-methodological approach to critical discourse analysis (CDA), aiming, using of the Norman Fairclough's method of tridimensional analysis, the discourses and ideologies present in the research corpus collected from many materials - books , magazines , newsletters , electronic materials , annual reports, among others – that approached about the CEMIG environmental practices, provided by the organization itself and by other institutions such as the Centre of Memory of Electricity in Brazil. As result, we deprehend two relevant discourses, called “developmental environmental discourse” and “legalistic environmental discourse”. The first discourse proved the environmental practices as a way to improve the Company's image, emphasizing that environmental damages caused were to improve the population life quality. The second, highlighted the environmental initiatives that have been adopted by the Organization to obey the environmental legislation, however it hides the presence of the voice of the law appropriating the initiative of these environmental practices. Although analytically separated, these discourses are complementary and unfold an instrumental ideology to a truly green ideology, where the practices of socio-environmental responsibility are understood as a CEMIG's strategy to improve their image and to create market value for its shareholders. We still include that the CEMIG's environmental discourse is a hegemonic and heterogeneous discourse presenting diverser voices that supported and naturalized the Company practices, legitimizing their image as environmentally responsible, and as a pioneer and reference for the electricity sector , on environmental issues.

Keywords: Environmental Discourse. Critical Discourse Analysis. Ideology. Socio-Environmental Responsibility.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	JUSTIFICATIVAS.....	18
3	MEIO AMBIENTE, ORGANIZAÇÃO E DISCURSO	21
3.1	A emergência das preocupações ambientais	21
3.1.1	A responsabilidade socioambiental	35
3.1.2	Responsabilidade social corporativa	45
3.2	Ideologia e discurso.....	52
4	CAMINHOS METODOLÓGICOS PERCORRIDOS.....	68
4.1	Natureza da pesquisa	68
4.2	A proposta teórico-metodológica para análise do <i>corpus</i>	69
4.3	O lugar da pesquisa	80
4.4	Definição do <i>corpus</i>	83
5	SETOR ELÉTRICO E CEMIG: HISTÓRIA DA ORGANIZAÇÃO E SUA INSERÇÃO NO CONTEXTO HISTÓRICO	86
5.1	O início do setor elétrico: do final do século XIX a 1930	86
5.2	A atuação do estado no setor de energia elétrica: de 1930 a 1945	93
5.3	O estado indutor do setor elétrico e o surgimento da empresa CEMIG: de 1946 a 1964	101
5.4	Da consolidação do modelo estatal à crise do setor elétrico: de 1965 à 1980.....	118
5.5	Da crise à privatização: de 1980 até os dias atuais.....	128
6	COMPREENDENDO O DISCURSO AMBIENTAL DA EMPRESA: A ANÁLISE DISCURSIVA DOS TEXTOS AMBIENTAIS DA CEMIG	154

6.1	Situando a prática.....	154
6.2	Os discursos: ambiental desenvolvimentista e ambiental legalista.....	160
6.3	Referência e Pioneirismo nas questões ambientais?	205
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	217
7.1	Do princípio ao fim?! Uma síntese de nosso trabalho	217
7.2	Nossas interpretações finais.....	222
	REFERÊNCIAS.....	229

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação faz parte da linha de pesquisa Organizações, gestão e sociedade e resultou do interesse acerca da relação organização-meio ambiente, mais especificamente pelo interesse em investigar quais os aspectos ideológicos sustentam as práticas sociais ambientais de uma dada organização.

As discussões a respeito das questões ambientais começaram a ganhar mais destaque a partir da década de 1970 com o início da institucionalização da temática ambiental em diferentes esferas (KALLIO; NORDBERG, 2006). A partir desse período diversos fóruns, conferências, debates e reuniões foram realizados em vários países com a participação de diferentes atores sociais com o intuito de buscar soluções que minimizassem os impactos negativos causados ao meio ambiente. Ao longo do tempo, essas discussões foram aumentando sua amplitude até atingirem o ambiente organizacional a partir da década de 1990.

A orientação das organizações para a temática ambiental estava associada a diversas questões que permeavam o ambiente organizacional nesse período, como a crescente mobilização da sociedade a respeito do tema, aumento das legislações ambientais, a globalização, o acirramento da concorrência internacional, a crise do Estado, entre outras (COSTA, 2005). Essas e outras questões começaram a alterar o discurso das empresas de uma visão puramente lucrativa para um discurso baseado também nas questões éticas e na preservação do meio ambiente, assim, a responsabilidade socioambiental começou a fazer parte do cotidiano das empresas.

A responsabilidade socioambiental corporativa, de um modo geral, está relacionada a uma infinidade de práticas sociais éticas e voluntárias, realizadas pela organização que se destinam a atender não apenas os proprietários e acionistas, mas também aos outros atores sociais como os fornecedores,

consumidores, membros organizacionais e a sociedade em geral (CHIN; HAMBRICK; TREVIÑO, 2013).

A sua conceituação está associada a diferentes abordagens que primam por objetivos diferentes e são influenciadas por questões históricas, relações de poder e ideologias. De uma forma geral podemos categorizar essas abordagens em duas visões distintas, uma econômica (instrumental) e outra ética e filantrópica (COSTA; CARVALHO, 2005; SOARES; JUNIOR, 2007; CARRIERI; DA SILVA; PIMENTAL, 2009). A abordagem econômica pode ser categorizada em duas visões distintas, como sugerem Chin, Hambrick e Treviño (2013) e Fleming, Roberts e Garsten (2013): uma que entende a responsabilidade socioambiental como uma ação prejudicial à organização, pois interfere nos lucros dos proprietários e acionistas e; outra que a entende como uma estratégia que cria valor aos acionistas. Já para a lógica ética e filantrópica a responsabilidade socioambiental é vista como uma ação para contribuir com o bem-estar social. Essas abordagens, como salientam os autores citados acima, orientam o discurso ambiental empresarial.

Muitos estudos na área ambiental exploraram os motivos pelos quais as organizações adotam essa postura ambientalmente correta, evidenciando aspectos principalmente econômicos, mas a literatura ainda carece de estudos mais profundos que buscam desvendar o discurso ambiental empresarial por meio da investigação da ideologia que o sustenta (FLEMING; ROBERTS; GARSTEN, 2013). Cabe destacar que neste nosso estudo o discurso é entendido como o uso da linguagem como prática social, o qual representa e significa o mundo, constituindo-o e construindo-o em significados (FAIRCLOUGH, 2001).

Nesse aspecto, portanto, o estudo da ideologia da organização para compreensão do discurso ambiental é importante porque ela o transpassa, sendo, assim, a base para as práticas sociais da organização. A ideologia é um elemento

crítico que molda a percepção dos problemas ambientais das organizações e as formas posteriores de ações (VAN DIJK, 2003).

Assim, a ideologia pode ser compreendida como a “unidade de fé entre uma concepção de mundo e uma norma de conduta adequada a essa concepção” (GRAMSCI, 1978), ou seja, trata-se da visão que um determinado sujeito ou organização assume, e, assim, age e se organiza. Essa concepção “[...] se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas” (GRAMSCI, 1978, p.16), e, portanto, estão materializadas em todas as práticas sociais. As ideologias dos grupos sociais muitas vezes são assumidas como de senso comum e de “bom senso” por todos aqueles que as compartilham, e são defendidas como princípios que todos devem seguir (VAN DIJK, 1998).

Uma das metodologias que pode ser empregada para desvelar a ideologia presente nas práticas discursivas das organizações é a utilização da análise do discurso crítica. Essa abordagem teórico-metodológica ressalta as relações de poder e ideologia que estão presentes na prática social e como esses são produzidos, reproduzidos e transformados no discurso (FAIRCLOUGH, 2001) e, dessa maneira, ela torna-se uma nova lente para analisar os fenômenos organizacionais. Em suma o seu objetivo é tornar mais visíveis alguns aspectos obscuros do discurso como prática social (FAIRCLOUGH; MULDERRIG; WODAK, 2011).

Assim, com o intuito de preencher a lacuna existente nos estudos organizacionais que tratam sobre o meio ambiente, o nosso trabalho busca apreender as questões ideológicas que estão por trás do discurso ambiental organizacional, ampliando a possibilidade de compreensão das questões ambientais nesses estudos. Por conseguinte, o presente trabalho buscou então, compreender o seguinte problema de pesquisa: “Por que e como a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) apropriou-se do discurso ambiental e

como esse discurso foi apreendido, transformado e reproduzido em diferentes textos veiculados pela empresa estudada?”.

Assim, o principal objetivo do presente trabalho foi compreender o discurso ambiental da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), particularizando os aspectos ideológicos e sociopolíticos inerentes às práticas discursivas constitutivas do discurso organizacional. Para alcance de tal objetivo será aplicada a Análise do Discurso Crítica (ADC).

Este objetivo principal e a metodologia aplicada na presente pesquisa evidenciaram outros objetivos que são importantes para uma compreensão mais profunda do problema de pesquisa. Portanto, como objetivos específicos, pretendemos:

- a) recuperar a história da organização estudada, destacando a sua inserção no contexto sócio-histórico do setor elétrico brasileiro;
- b) apreender o processo de apropriação do discurso ambiental, evidenciando os aspectos jurídicos e políticos-ideológicos que marcaram as práticas discursivas veiculadas pela Organização, sob a sua responsabilidade socioambiental.

A fim de desenvolver nosso trabalho aplicando a abordagem teórico-metodológica já mencionada, nos voltamos para a análise de diversos materiais textuais publicados pela CEMIG e por outras organizações, como centros de pesquisa e organizações não governamentais, por entender que tal recorte fornece subsídios para nossos objetivos, pois reproduz a realidade e, portanto, o discurso ambiental da organização estudada.

A apresentação de todo o arcabouço teórico que fundamenta e norteia nosso trabalho é realizada na seção três, na qual destacamos a evolução das discussões relacionadas ao meio ambiente, à conceituação de responsabilidade

socioambiental e suas diferentes abordagens que se situam numa lógica econômica e numa lógica relacionada às questões éticas e filantrópicas, e também abordamos algumas questões-chaves relacionadas à ideologia e discurso, enfocando, principalmente, a conceituação de ideologia proposta por Antônio Gramsci, já que ela está alinhada com os preceitos da ADC e é uma das mais adequadas para responder aos problemas relacionados ao campo das ciências sociais, a qual este estudo pertence.

A seção quatro contempla os caminhos metodológicos que escolhemos para atingir os objetivos propostos. O *corpus* foi selecionado dentre uma gama de materiais impressos e eletrônicos, disponibilizados pela Organização e por outras fontes relevantes e, como citamos, foram analisados sob a ótica da abordagem teórico-metodológica da ADC.

A nossa análise é iniciada a partir da seção cinco no qual realizamos um levantamento histórico a respeito do setor de energia elétrica no país e o surgimento da CEMIG nesse contexto. Esse levantamento não visa ser uma historiografia detalhada dos fatos, mas é de suma importância para completa análise do *corpus*.

Na seção seis apresentamos nossa interpretação do *corpus* da pesquisa, evidenciando os dois discursos ambientais propalados pela organização, ou seja, o discurso ambiental desenvolvimentista e o discurso ambiental legalista, bem como evidenciamos a ideologia econômica instrumental que opera esses discursos. Nesta parte do nosso trabalho também contestamos a imagem de referência e pioneiros na área ambiental que a empresa busca construir em seu discurso.

Por fim, na seção sete retomamos todo o estudo apresentando uma síntese analítica e, posteriormente, apresentamos nossas reflexões finais respondendo ao nosso problema de pesquisa e objetivos.

As justificativas que explicitam a relevância do presente estudo para a área dos estudos organizacionais são apresentadas na próxima seção.

2 JUSTIFICATIVAS

As pesquisas que enfocam a área ambiental nas organizações começaram a se intensificar a partir da década de 1990 com o aumento dos debates sobre o tema em todo o mundo. Diversos estudos foram realizados, tanto no Brasil quanto no exterior, mas deixaram algumas lacunas que ainda não foram respondidas pelos estudiosos, as quais se tornam importantes objetos de estudos para o avanço das pesquisas no campo das organizações.

Na pesquisa realizada para a definição do objetivo de nosso trabalho observamos que os estudos que enfocam, sobretudo, a responsabilidade socioambiental e suas questões fundamentais, ainda são incipientes na área dos estudos organizacionais como apontam alguns estudos de Kallio e Nordberg (2006), Orlitzky, Siegel e Waldman (2011), Banerjee (2008) e Fleming, Roberts e Garsten (2013). Os trabalhos já realizados são fragmentados, pouco aprofundados, superficiais, a-históricos e preocupam-se apenas com o nível micro de análise organizacional. Além disso, não compreendem as questões ambientais como uma prática social e não se preocupam com os seus efeitos ideológicos para a organização. Por meio de diversas pesquisas realizadas, estudiosos como Carrieri (2003), Kallio e Nordberg (2006), Orlitzky, Siegel e Waldman (2011), Banerjee (2008) e Fleming, Roberts e Garsten (2013) sustentam essas afirmações e enfatizam a necessidade de pesquisas que intentem responder a essas questões importantes, ainda pouco exploradas, reforçando, assim, a relevância do nosso estudo para o campo dos estudos organizacionais críticos.

Portanto, ainda há poucos estudos que se preocupam em discutir as implicações do discurso ambiental e que procuraram compreender que ideologias e interesses se ocultam por trás de uma imagem institucional, da organização que se pretende ambientalmente engajada. Analisar essas questões é

relevante para compreender uma boa parte da organização e qual o seu real papel para a sociedade.

Assim, nossa pesquisa visou preencher esse espaço ainda pouco explorado pelos pesquisadores, sob uma nova ótica, já que optamos pela abordagem teórico-metodológica da ADC. Nosso trabalho contribui para uma melhor compreensão de como as organizações legitimam suas práticas ambientais, sustentando, assim, um discurso ambiental com diferentes propósitos e que é amplamente divulgado para toda a sociedade em diferentes meios.

Além de atrair constantemente o interesse de pesquisadores, a área ambiental, desde as últimas décadas, também tem atraído o interesse dos diferentes atores organizacionais. Entre os anos de 2001 e 2005 o interesse das organizações por questões ambientais mais que triplicou (KALLIO; NORDBERG, 2006), o que justifica a realização de pesquisas acadêmicas nessa área.

Isto posto, nossa pesquisa se diferencia das demais, contribuindo, assim, para o estado da arte ao analisar um fenômeno organizacional atentando para os aspectos ideológicos que ainda são pouco explorados, e contribui também com a análise organizacional, servindo de ponto de partida para outros pesquisadores da área de administração, ampliando o conhecimento na área ambiental e as motivações que amparam esse discurso.

Por fim, ainda cabe justificar a escolha da organização para nossa pesquisa. Optamos por uma organização do ramo de energia elétrica por ser um setor altamente poluidor, regulamentado e de suma importância econômica e social para o desenvolvimento do país. Assim, as práticas ambientais podem desvelar diferentes ideologias. A escolha pela CEMIG, dentre as mais de 50 concessionárias de energia elétrica do país, deveu-se a sua importância no cenário nacional, sendo uma das maiores geradoras de energia elétrica do país,

correspondendo a um quarto de participação do mercado e estando presente em mais de 80% dos estados brasileiros.

Com o objetivo proposto e as justificativas apresentadas, nosso trabalho inseriu-se na área de Organizações, gestão e sociedade desse programa de pós-graduação, enfocando os estudos organizacionais sob uma perspectiva crítica, na qual objetivamos lançar um novo olhar sobre a organização por meio de suas práticas sociais.

Apresentadas as justificativas que demonstram a relevância de nosso estudo, a partir do próximo capítulo abordaremos o referencial teórico que suportou as análises do *corpus* desta pesquisa.

3 MEIO AMBIENTE, ORGANIZAÇÃO E DISCURSO

3.1 A emergência das preocupações ambientais

Nos dias atuais a preocupação com o meio ambiente ocupa lugar de destaque em círculos acadêmicos, sociais e organizacionais. Tal destaque é fruto de diferentes fatores como a difusão de concepções e conhecimentos desenvolvidos por organizações não governamentais (ONG's) e organizações científicas vinculadas à perspectiva ambientalista (FRANK; HIRONAKA; SCHOFER, 2000) e; a ocorrência de um processo de institucionalização das questões ambientais, onde as mesmas são vistas como um problema social e de política pública (ALONSO; COSTA, 2002).

Pádua (2010) complementa o argumento de Alonso e Costa (2002) ao afirmar que houve um aumento da consciência de toda a sociedade de que os recursos naturais são finitos e que a preservação ambiental é de responsabilidade de todos, provocados pelo aumento da difusão dos debates ambientais para uma parcela muito mais ampla da esfera pública.

Embora essa discussão esteja tão em evidência na contemporaneidade, as discussões sobre o meio ambiente emergiram no final do século XVIII, variando desde então em seu nível de representatividade e repercussão social (KAVINSKI, 2009).

O início das ideias a respeito do ambientalismo, da preocupação com o meio ambiente e sua disseminação para o grande público teve início no ano de 1788, por meio da obra de Gilbert White intitulada *The Natural History of Selborne*, a qual foi considerada um grande marco das discussões ambientais. Após quase um século dessas primeiras discussões surgiram na Inglaterra algumas organizações que tinham como objetivo a proteção de animais tanto domésticos quanto selvagens (LEIS, 1999).

Ainda no século XIX alguns pesquisadores norte-americanos realizaram diversos trabalhos que enfatizavam a importante relação entre o homem e a natureza, instigando fortemente o pensamento da sociedade e do governo, não somente dos Estados Unidos, mas em países como Austrália, Canadá, Nova Zelândia, Itália e Índia, dando início a um incipiente movimento ambientalista. Dentre esses pensadores estavam renomados estudiosos como: George Catlin, Henry Thoreau, George Marsh e John Muir (KAVINSKI, 2009).

Este movimento ambientalista que emergiu na década de 1890 pode ser considerado o primeiro Movimento Ambiental Moderno em grande escala, e o seu discurso ambiental era pautado na conservação do meio ambiente, por meio da criação de parques naturais para proteger a natureza da ação humana, o que culminou na criação de parques florestais como o *Yellowstone* e *Yosemite*, e também em políticas conservacionistas, as quais defendiam o uso racional dos recursos ambientais e que influenciaram políticas ambientais no mundo todo (OLIVEIRA, 2012).

Essa onda conservacionista foi difundida em diversos países, contribuindo, assim, para a primeira Conferência Internacional sobre Conservação da Natureza, realizada em 1909, a qual reuniu representantes do México, Canadá e Estados Unidos. Para Leis (1999, p. 47)

[...] o resultado mais importante desse encontro foi reconhecer que a conservação do meio ambiente não era um problema nacional senão internacional, sendo, portanto, urgente organizar uma segunda e ampla conferência mundial sobre o tema.

Para atender a esse anseio houve uma tentativa, por parte dos Estados Unidos, em organizar uma segunda ampla Conferência sob a forma de um primeiro Fórum Mundial, o qual contaria com a presença de 58 países. Os convites para este Fórum foram expedidos, tendo inclusive a confirmação de

alguns países, mas o mesmo foi cancelado pelo novo presidente dos Estados Unidos que não compartilhava das ideias do ambientalismo conservacionista (LEIS, 1999).

Embora esse Fórum Internacional não tenha logrado êxito, muitas reuniões, conferências, congressos e debates foram realizados no final do século XIX e princípio do século XX. Há uma estimativa que entre os anos de 1884 e 1933 tenham sido realizados aproximadamente 50 congressos que enfatizavam a proteção do meio ambiente (Kavinski, 2009).

No Brasil a primeira conferência relacionada à preservação ambiental ocorreu no ano de 1934 no Rio de Janeiro. Esse evento foi organizado pela Sociedade dos Amigos das Árvores e contou com o apoio do Museu Nacional e de outras importantes instituições e com o patrocínio de Getúlio Vargas, então Chefe do Governo Provisório. Neste momento já discutiam a atuação do governo nas questões ambientais por meio da criação de políticas públicas (KAVINSKI, 2009).

Apesar de ser um movimento com forte repercussão mundial, as primeiras ações do movimento ambientalista não conseguiram alcançar de fato a mudança de consciência, pautada no discurso ambientalmente correto. Para Oliveira (2012, p.498, tradução nossa) essa mudança não foi possível porque esses grupos ambientalistas não foram capazes de alterar a forma como a ação humana afetava a natureza, eles “[...] tentaram isolar (conservar) parte da natureza da ação humana, mas não mudaram a ação humana por si só, a qual continuou com o crescimento econômico e industrial a qualquer custo”, ou seja, não houve nenhuma alteração da ideologia e discurso dominantes.

Outra questão que afastou a preocupação ambiental das discussões mundiais centrais foi o cenário de guerras que ocorreram no início do século XX. Devido às condições severas de escassez de recursos que estavam submetidos, a sociedade não estava disposta a reduzir o consumo e a conter

recursos (LEIS, 1999). Além disso, como salienta Oliveira (2012), durante este período as grandes nações desenvolvidas experimentaram um forte período de crescimento econômico e os danos ambientais causados por esse crescimento era considerado um custo pequeno a ser pago por um bem maior, nesta conjuntura “[...] a poluição ambiental era quase sinônimo de desenvolvimento” (OLIVEIRA, 2012, p. 494, tradução nossa).

Mesmo não sendo o discurso hegemônico e por isso sofrendo oposições de atores sociais como o Estado, as organizações e parte da sociedade, alguns naturalistas fundaram, na década de 40, uma instituição internacional que tinha como objetivo promover a preservação da natureza, o desenvolvimento de pesquisas na área ambiental e a organização de campanhas de educação ambiental, a qual foi nomeada de *International Union for the Protection of Nature* (IUPN) (LEIS, 1999). Além da criação desse órgão, essa década foi marcada pela promoção da Conferência Científica das Nações Unidas sobre Conservação e Utilização de Recursos, que reuniu engenheiros, economistas e ecologistas para tratar de aspectos científicos da conservação de recursos (LEIS, 1999). Na ocasião foram abordadas questões relacionadas à situação global de recursos minerais, combustíveis, energia, água, florestas, terra, vida selvagem, peixes, alimentos e as tecnologias empregadas para cada tema em questão.

Mesmo com essas ações, as décadas de 1940 e 1950 foram marcadas por poucos movimentos ambientais. A preocupação com o meio ambiente continuava pautada no discurso conservacionista de alguns grupos ambientalistas. Nessas duas décadas, como já salientado, a preocupação maior da sociedade era o crescimento industrial e o desenvolvimento econômico. Importantes atores sociais, como os governos e as empresas, acreditavam que o crescimento industrial, responsável pela geração de emprego e renda, era mais importante que os impactos ambientais gerados pelas atividades produtivas. O

discurso econômico racional sobrepuja o discurso de responsabilidade com o meio ambiente para a maioria da sociedade.

A partir da década de 1960 diversas pesquisas e conferências foram realizadas e houve a publicação de obras como a *Primavera Silenciosa* de Rachel Carson, as quais enfatizavam, principalmente, o risco na utilização de agrotóxicos e pesticidas para a alimentação humana, gerando, assim, o surgimento de uma consciência ambiental em várias partes do Mundo.

Neste período, no Brasil, as discussões sobre o meio ambiente ainda estava restrito a pequenos grupos da sociedade cujas preocupações pautavam-se em questões específicas como a preservação de reservas florestais e animais em extinção, desflorestamento da Amazônia, poluição de Cubatão; uso indiscriminado de produtos químicos na agricultura e denúncias de destruição de recursos naturais por grandes corporações (LOUREIRO; PACHECO, 1995).

Mesmo esses movimentos influenciando uma parcela da sociedade e culminando no aumento dos debates sobre a preservação do meio ambiente, na década seguinte eles foram altamente questionados pelos industriais e não foram bem vistos pelo governo. A alegação gerada pelos pensamentos, político, econômico e social, dominantes, assim como nos anos anteriores, continuava na afirmação de que degradação do meio ambiente era uma consequência natural do desenvolvimento econômico, e, portanto, o preço a se pagar para atingir riquezas. Dessa forma, nem as organizações e nem o governo estavam dispostos a adotar medidas ambientais, medidas essas que acabaram sendo tomadas por organizações não governamentais (OLIVEIRA, 2012).

Mesmo com essa forte resistência, o discurso ambiental dos anos 1960 começou a ganhar força e, a partir da década de 1970 os discursos ambientalistas voltaram a ganhar destaque em todo o mundo, quando houve uma intensificação nas pesquisas que apontavam os problemas ambientais como uma consequência direta da ação humana; as consequências que a degradação ambiental podia

gerar para a continuidade da vida humana, e; a conclusão de que os problemas ambientais eram mundiais e que seu crescimento ocorria em nível exponencial.

A emergência dessa preocupação ambiental neste período ultrapassou as pesquisas acadêmicas e começou a ingressar em diferentes camadas sociais, como as estruturas educacionais, os meios de comunicação em massa, o imaginário coletivo, entre outros, inspirando o estabelecimento de comportamentos sociais, ações coletivas e políticas públicas em diferentes níveis de articulação, do local ao global (PÁDUA, 2010).

O crescimento do interesse internacional pelas questões ambientais neste momento foi baseado em motivos diversos, tais como: escassez ou encarecimento de matérias-primas essenciais às organizações; aumento da poluição, trazendo riscos à qualidade de vida; efeitos dos problemas e acidentes ambientais globais com riscos de grande magnitude; a ameaça ou o desaparecimento de espécies animais e vegetais, entre outros (LIMA, 2011).

No Brasil, a consciência ambiental também teve eminência nos anos 70 e emergiu da preocupação de diferentes grupos em prol das causas ambientais. O agravamento das condições ambientais, ocasionada principalmente por questões como o desenvolvimento econômico acelerado, intensificação do processo de urbanização, a instalação de grandes projetos energético-minerais etc., passaram a ocupar cada vez mais espaço nos meios de comunicação e na opinião pública do país (LOUREIRO; PACHECO, 1995), impactando, assim, na percepção sobre a preocupação e preservação da natureza.

Para Jacobi (2009), os movimentos em prol do meio ambiente no país também ganharam força devido à emergência de uma nova classe média no país, a qual se preocupava com a qualidade de vida e, portanto, os debates sobre ecologia e sobre questões ambientais encaixavam-se bem. Ambas as questões trouxeram um pequeno impulso ao discurso ambiental na sociedade.

Voltando ao cenário mundial, essa fase foi marcada pela realização de uma importante conferência que trouxe muitos avanços na discussão ambiental, pois reuniu, pela primeira vez, representantes de diversos países para discutir a respeito da necessidade de tomar medidas efetivas de controle dos fatores que causavam a degradação ambiental. Esta reunião foi intitulada de Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável e ocorreu em Estocolmo no ano de 1972. Para Oliveira (2012, p. 498), a Conferência de Estocolmo:

[...] foi fundamental para institucionalizar o debate ambiental na agenda global e nas políticas nacionais de muitos países, que começaram a criar as suas instituições estatais para lidar com preocupações ambientais. Ela também levou à criação do Programa Ambiental das Nações Unidas (UNEP).

Como um dos resultados dessa Conferência tem-se alguns princípios ambientais chaves, que foram elaborados durante a reunião e que norteiam as políticas ambientais da maioria dos países, e, portanto, pode-se inferir que a Conferência de Estocolmo influenciou o discurso ambiental (WENCESLAU; ANTEZANA; DU PIN CALMON, 2012).

Num primeiro momento, a Conferência de Estocolmo teve pouca influência no Brasil, principalmente porque havia forte estímulo ao desenvolvimento do país em infraestrutura básica. Por essa razão, a posição do Brasil nessa Conferência pode ser sintetizada pelos seguintes pontos:

[...] “não sacrificar o desenvolvimento em nome da preservação ambiental, e; responsabilizar os países industrializados pelo custo e pela restauração do ambiente, uma vez que não se poderia renunciar à soberania nacional em nome de supostos *interesses ambientalistas*” (ANDREOLI, p. 12, 1992, grifos do autor).

Mesmo com essa posição o governo brasileiro, no documento final de Estocolmo, comprometeu-se a criar um órgão com atribuição normativa e de coordenação na área do meio ambiente. Para Jacobi (2009), a criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente - SEMA, no ano de 1973, foi um dos grandes avanços no campo ambiental para o país, uma vez que tal órgão tinha como função traçar estratégias para a conservação do meio ambiente e para o uso racional dos recursos naturais no país e impulsionou o surgimento da legislação ambiental. Assim como no Brasil, essa Conferência também estimulou um grande número de países a criarem leis para que as organizações controlassem os impactos ambientais (OLIVEIRA, 2012).

A criação desse órgão governamental no país, como já mencionado, deu início a um processo gradual de institucionalização das políticas ambientais no Brasil com a criação de diversos órgãos e a construção de um aparato jurídico amplo que legisla sobre as causas ambientais (LIMA, 2011).

Embora esse discurso tenha chamado a atenção de uma parcela da sociedade, ele não era um discurso hegemônico, sendo propalado principalmente por ambientalistas e organizações não governamentais, sendo secundário à maioria das organizações.

Mesmo tendo apresentado um avanço nas discussões sobre a preservação ambiental, as ações e práticas ambientais na década de 70 não foram adiante e o discurso dominante ainda não era do discurso de valorização e preservação do meio ambiente. Nem mesmo a institucionalização das questões ambientais e o surgimento de políticas públicas foram eficientes para as mudanças das práticas ambientais. Crises econômicas e mudanças de regime político nos países em desenvolvimento e a falta de preocupação dos países ricos que estavam em franco desenvolvimento, mais uma vez deixaram a preservação do meio ambiente em segundo plano. Como reforçam Loureiro e Pacheco (1995, p. 140):

[...] a montagem institucional e a formulação da política ambiental nos anos 70 refletiram o padrão vigente de desenvolvimento econômico: crescimento acelerado, privilégios de investimentos públicos em infraestrutura industrial, enormes disparidades sociais e regionais. O resultado da subordinação do conjunto das políticas públicas à lógica desenvolvimentista se evidencia, no caso da área ambiental, na absoluta falta de eficácia e efetividade de suas políticas ou ações institucionais.

Foi apenas a partir da década de 80 que o discurso ambiental começou a penetrar em diferentes segmentos sociais no país. As instituições de ensino superior começaram a debater a temática em diversas disciplinas; partidos políticos e sindicatos passaram a atuar em causas ambientais; as organizações incorporaram a temática em suas estratégias de marketing e surgiram empresas voltadas para o desenvolvimento de tecnologias verdes e consultorias ambientais (LOUREIRO; PACHECO, 1995).

No cenário mundial, o avanço da degradação ambiental e a exploração econômica sem limites dos recursos naturais incentivaram, na década de 80, a formação de uma comissão com o objetivo de avaliar os avanços da degradação ambiental e a eficácia das políticas ambientais para enfrentá-los. Essa comissão foi composta a pedido do Secretário das Nações Unidas e foi intitulada de Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente (OLIVEIRA, 2012). Em 1988 essa comissão publicou seu relatório de conclusão intitulado *Nosso Futuro Comum* mais conhecido como *Relatório de Brundtland* (LEFF, 2006).

Esse relatório evidenciou as questões ambientais e a preservação ambiental como questões-chave para o desenvolvimento dos países, ele também foi importante para a mudança de um discurso ambiental radical, tipicamente apropriado pelos grupos ambientalistas, para um discurso mais moderado, que foi apropriado pelo governo e organizações (KAVINSKI, 2009).

O resultado mais importante desse relatório foi a possibilidade de abertura das discussões a respeito da preservação ambiental e sustentabilidade,

principalmente em diferentes esferas que até então não tinham como foco essa discussão, como é o caso das organizações empresariais. Apenas uma parte reduzida do empresariado orientou o processo produtivo e as decisões de investimento seguindo os critérios de proteção ambiental, objetivando conciliar o lucro com interesses sociais de longo prazo (LOUREIRO; PACHECO, 1995).

O início da década de 90 foi marcado por uma intensa discussão no âmbito das organizações sobre proteção ambiental e desenvolvimento sustentável. Diversas ações, tais como fóruns, reuniões, conferências e *workshops* foram realizados, contando com a presença de diversos líderes de grandes empresas, os quais enfatizavam a responsabilidade ambiental das organizações e sinalizaram algumas ações as quais as organizações deveriam adotar para promover o desenvolvimento sustentável (KAVINSKI, 2009). Essas discussões marcaram o início do discurso ambiental no ambiente organizacional.

Além dessas ações, algumas organizações empresariais atentas à intensificação dos debates a respeito do meio ambiente, reuniram-se e criaram o *Business Council for Sustainable Development*, que é uma organização diretamente ligada à ONU, cujo objetivo central é avançar, junto com a comunidade internacional de empresários, nas discussões do desenvolvimento industrial sustentável (KAVINSKI, 2009). No Brasil, no ano de 1991, criou-se a Sociedade Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável, reunindo empresas que objetivavam pautar sua atuação pelo critério da sustentabilidade (LOUREIRO; PACHECO, 1995).

As organizações, a partir desse período, começam a preocupar-se mais com suas práticas ambientais. Pressionadas por grupos locais ou por suas matrizes, muitas organizações começaram a implementar programas de controle ambiental e começam a tentar alterar suas imagens de degradadoras do meio ambiente para uma imagem de ambientalmente responsável (LOUREIRO; PACHECO, 1995).

Como consequência de todas essas ações, ainda no início dos anos 90, surgiu uma série de normatizações que tinham como finalidade a padronização de práticas ligadas à gestão ambiental, como é o caso das normas BS 7750 e as ISOS 9000 e 14000.

O Relatório de *Brundtland* ainda trouxe outro grande avanço para a temática de preservação ambiental, pois ele culminou na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, mais conhecida como Rio 92. Esse encontro foi um marco global no debate sobre meio ambiente, pois o colocou na agenda política do global ao local (OLIVEIRA, 2012).

Essa Conferência reafirmou a Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, adotada em Estocolmo em 1972, e buscou avanços por meio da cooperação dos países participantes, para a criação de acordos internacionais que respeitassem o interesse de todos e o sistema global, reconhecendo-se que o lar da humanidade é um só, a Terra. Desse entendimento surgiu a Agenda 21 que se tratou de uma proposta de programa global que regulamentava o processo de desenvolvimento, amparado pelos princípios de Sustentabilidade (KAVINSKI, 2009).

Além da Agenda 21 a Rio 92 culminou em importantes documentos, tais como a Convenção “Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima” (UNFCCC), a Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD), a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD) e milhares de Agendas 21 foram elaboradas ao nível nacional, subnacional e local (OLIVEIRA, 2012).

Com essas novas discussões, o discurso ambientalmente correto que enfatizava a preocupação com o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável passou a ser o discurso hegemônico, ou seja, a ideologia dominante, e isto foi possível porque o desenvolvimento sustentável emergiu no cerne do pensamento da classe dominante, como pode observar na citação de Oliveira (2009):

[...] a adoção imediata dos pressupostos do Relatório *Brundtland* pelas nações mais poderosas e pelo empresariado internacional não ocorreu por cooptação ou mudança de prioridades: o Desenvolvimento Sustentável nasceu no âmago do pensamento da classe dominante, e utiliza os pressupostos do conservacionismo juntamente com um ensinamento do universo econômico de gestão e negócios: o Princípio da Precaução (OLIVEIRA, 2011, p. 54).

Oliveira (2012) ainda complementa que a Comissão das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, fruto da Rio 92, mudou as políticas e principalmente o discurso ambiental, pois ações e práticas ambientais tornaram-se populares nos governos, nas empresas, nas organizações não-governamentais, ou seja, em diferentes esferas da sociedade. Essa mudança de discurso está associada à mudança de hegemonia de discursos. A ideologia ambiental passou a ser altamente consistente com a ideologia vital do crescimento econômico (KALLIO; NORDBERG, 2006), e, por isso, aceita por muitos atores sociais.

Além disso, várias outras razões foram responsáveis por essa mudança de entendimento. Como complementa Kallio e Nordberg (2006), a adoção de uma postura ambiental nas organizações foi resultado da institucionalização dos problemas ambientais, que passaram a ser mais discutidos na esfera social, diminuindo, assim, as resistências que muitas organizações tinham em adotar uma postura ambiental, aumentando o interesse das empresas em adotar práticas ambientais.

Os anos 2000 foram marcados por intensos debates sobre a questão ambiental e sobre os resultados que foram alcançados por meio das propostas de redução de impactos ambientais, realizadas nos anos anteriores. Neste período o discurso ambiental continuou em ampla expansão, sendo adotado por um número cada vez maior de organizações em diferentes segmentos.

No ano de 2002 foi realizada uma nova Conferência da Terra, em Joanesburgo, que ficou conhecida como Rio +10. Nessa reunião diversos líderes

mundiais constataram que tinham ocorrido poucos avanços com relação aos objetivos propostos na Rio 92, e que em muitos aspectos os problemas ambientais tinham piorado nos últimos anos e que o desenvolvimento sustentável não havia sido de fato alcançado, nem nos países desenvolvidos e nem nos países em desenvolvimento (OLIVEIRA, 2012).

Dez anos após a Rio +10, em 2012, realizou-se uma nova Conferência Mundial que ficou conhecida como Rio +20, cujo objetivo principal era que os governos renovassem o compromisso político com o desenvolvimento sustentável firmado anteriormente nas principais cúpulas sobre o tema, de forma a avaliar o progresso, identificar lacunas na implementação das decisões adotadas, além do estabelecimento de novas metas.

Durante essa Conferência houve destaque para discussões a respeito de diferentes frentes de ação para a preservação do meio ambiente e os diversos interesses presentes no discurso ambiental. Além disso, como apontam Guimarães e Fontoura (2012), a análise dos discursos da Rio +20 evidenciaram as empresas como um dos atores no desenvolvimento sustentável. Porém, durante essa Conferência prevaleceu a dominação do discurso econômico, onde as organizações, embora agentes do desenvolvimento sustentável, não necessitam alterar “[...] seus atuais padrões de produção, gestão, distribuição e contribuição social” e a dita economia verde estaria a serviço do interesse “de seus negócios com o rótulo verde” (GUIMARÃES; FONTOURA, 2012, p. 521). Desta forma, as organizações, embora responsáveis por uma postura ambiental e social, não precisam realizar práticas que de fato contribuam para a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento social.

Embora os resultados alcançados neste período não tenham alcançado todas as metas e objetivos propostos durante as diversas reuniões nacionais e internacionais, os movimentos em prol do meio ambiente continuaram a crescer nos últimos anos. Inúmeros eventos focados na preservação dos recursos

naturais para as gerações futuras foram realizados por diferentes atores sociais (organizações não governamentais, empresas, governos, escolas etc.) com múltiplos interesses. Esse discurso ambiental passou a ser comum em diferentes universos, como propagandas, séries e documentários de televisão (KAVINSKI, 2009), mas as organizações empresariais foram as que mais adotaram esse discurso, que foi possível devido à mudança de valores, nas formas de pensar e nas práticas sociais (OLIVEIRA, 2012).

Acrescidos a isso, temas como preservação ambiental, efeito estufa, mudança climática e biossegurança, antes restrito ao círculo de ambientalistas e cientistas, nos dias atuais tornou-se discussão central na governança ambiental global, alcançando as preocupações cotidianas dos indivíduos e organizações (GUIMARÃES; FONTOURA, 2012).

Nota-se, que para manter esse discurso ambiental pautado no desenvolvimento sustentável é necessário manter um discurso hegemônico, apoiado em valores e atitudes que visam à preservação do meio ambiente e que esses valores sejam colocados em prática. A questão da preservação ambiental é uma responsabilidade de todos os atores sociais, cabendo também às organizações, que geralmente são as maiores causadoras de impactos ambientais, ações concretas para minimizar os danos ao meio ambiente.

Os debates a respeito desse tema cada vez ganham mais destaque nos diferentes níveis e esferas da sociedade, a apropriação do discurso ambiental responsável ganha cada vez mais força em diversas organizações que os adotam por inúmeros motivos. Entender o surgimento da responsabilidade socioambiental, sua evolução no ambiente das organizações é valioso para compreender porque a organização apropria-se desse discurso. Por isso, essas questões serão debatidas na seção que se segue.

3.1.1 A responsabilidade socioambiental

Nos últimos anos percebeu-se que grande parte das organizações passou a preocupar-se com outras questões além da geração de lucros. Preocupações com a sociedade e com o meio ambiente em que estão inseridas começaram a ser alvo de constantes ações das corporações. Assim como a consciência ambiental, a responsabilidade socioambiental no ambiente organizacional tem evoluído nas últimas décadas e abrangendo um número maior de adeptos.

A questão da responsabilidade social foi evoluindo ao longo dos anos e é derivada de um processo de construção e legitimação sociais, orientados por diferentes atores sociais e instituições que participam desse conceito, além de ser resultado de um contexto histórico, político e econômico bem específico (KREITLON, 2004).

Ela se expressa nas organizações como uma tomada de consciência de modo que incorpora na sua cultura, identidade e ideologia e na mentalidade de seus dirigentes e membros organizacionais na busca pelo bem-estar de toda a sociedade (FELIX, 2003).

O surgimento da responsabilidade social corporativa (RSC) ocorreu ainda em meados do século XVI em empresas privadas dos Estados Unidos. Nesta época, a responsabilidade social era vista como uma responsabilidade individual, onde cabia aos herdeiros se responsabilizarem pelas dívidas das empresas em caso do falecimento de seu dono (ALESSIO, 2004). Nessa concepção a RSC era entendida como a responsabilidade dos donos da empresa em arcar com seus compromissos financeiros com fornecedores, acionistas, funcionários, entre outros, e não abarcava de fato questões sociais e ambientais. Para assegurar esse compromisso o Estado era altamente regulador e a sociedade exercia grande pressão sobre as empresas para garantir que a responsabilidade social fosse cumprida.

Até meados de 1800, ainda nos Estados Unidos, mesmo com a modificação do entendimento de que o pagamento da dívida das organizações cabia aos acionistas e não mais aos herdeiros dos proprietários, uma situação prevaleceu: a de que as empresas eram altamente controladas pelo Estado e pelos cidadãos, que exigiam, seja por meio de leis ou por meio de pressões sociais, que as organizações gerassem benefícios sociais. Até então, a empresa não era vista como um empreendimento privado cujo único objetivo era a geração de lucro (ALESSIO, 2004), mas, sim, como uma organização que primava pelo social. As leis do Estado podiam revogar a autorização de funcionamento das organizações caso as mesmas não agissem em prol do bem comum (BANERJEE, 2008).

Essa situação se alterou em meados do século XIX. A guerra civil norte-americana provocou alterações nas legislações das organizações, permitindo que as mesmas auferissem lucros privados, diminuindo, assim, sua parcela de contribuição às causas sociais (ALESSIO, 2004). Uma vez que essa obrigação legal do Estado que regulava o comportamento das organizações foi removido, não havia mais nenhuma exigência “oficial” para servir ao interesse público (BANERJEE, 2008). Além de não destinar parte de seus ganhos à sociedade, à medida que conseguiam mais lucros, as organizações conseguiam obter mais benefícios junto ao governo, alterando a legislação de acordo com seus interesses particulares. Nesse contexto, as empresas passaram a exercer grande controle e forte relação de poder sobre o Estado e a responsabilidade social exigida pela sociedade foi relegada ao segundo plano.

Assim, os interesses privados corporativos nos Estados Unidos passaram a dominar o discurso empresarial e as preocupações sociais somente voltaram ao cenário empresarial em 1919, com o caso que ficou conhecido como a batalha judicial de Dodge *versus* Ford. Nesse caso judicial os irmãos Dodge, acionistas da empresa Ford, entraram com uma ação contra Henry Ford porque ele

resolveu renunciar ao pagamento de dividendos especiais para a implementação de um plano de engenharia social, por meio do qual pretendia expandir sua empresa para empregar mais pessoas e, assim, ajudá-los a construir suas vidas e baratear o preço dos carros da Ford (BANERJEE, 2008). Os irmãos Dodge ganharam a ação sob a alegação de que uma empresa comercial tem como primazia o lucro de seus acionistas (ALESSIO, 2004; ASHLEY, 2005).

Mesmo o privado tendo alcançado êxito sobre o social, Ashley (2005) considera tal caso importante por estabelecer um entendimento a respeito da responsabilidade social corporativa. A decisão de que as empresas deveriam se preocupar apenas com o lucro de seus acionistas foi alvo de muitas críticas, orientando as organizações a atuarem em mais compromissos sociais e fazendo com que a Corte americana decidisse favoravelmente a muitas doações derivadas de diferentes organizações (ALESSIO, 2004).

Essas ações de responsabilidade social no início do século XX ainda eram incipientes e eram consideradas como uma prática de responsabilidade na esfera do indivíduo, não havendo ainda uma prática por parte das organizações como um todo (KREITLON, 2004).

Até a década de 1930, grande parte das organizações ainda não praticava a responsabilidade social e preocupava-se apenas em demonstrar aos seus acionistas informações contábeis exigidas pela legislação (ASHLEY, 2005). As preocupações sociais das empresas eram pautadas em questões puramente econômicas como a geração de emprego e renda para a população.

Até a década de 1950 a responsabilidade social foi marcada pelo paradigma da sociedade industrial. Nesta visão, ela era pautada na geração de empregos, na maximização de lucros, no pagamento de impostos e no cumprimento das ações legais (TENÓRIO, 2004). Como salienta Costa (2005) nesse cenário a responsabilidade social e ambiental assumiu um aspecto estritamente econômico.

Sua construção era baseada em dois pilares: o da governança e o da filantropia. Assim, a responsabilidade social ancorada nesses pilares era considerada como:

[...] manifestações paternalistas corporativas, dado que estimulam as empresas, através de seus executivos, a serem generosas para com os “desfavorecidos”, e a considerar, no curso de suas atividades, também os interesses dos outros atores sociais (KREITLON, 2004, p.4).

A questão da filantropia foi derivada de outro famoso julgamento ocorrido em 1953 nos Estados Unidos. O caso *A.P. Smith Manufacturing Company versus Barlow*. Nesse caso emblemático a organização quis doar parte de seus lucros à Universidade de Princeton e seus acionistas entraram com uma ação judicial para impedi-la. A justiça americana não só decidiu pela doação como criou a lei de filantropia corporativa (ALESSIO, 2004; ASHLEY, 2005).

No final da década de 50 e início dos anos 60, a sociedade começou a perceber que as atitudes das organizações não estavam contribuindo para o aumento da qualidade de vida. A sociedade passou a atentar para os problemas dos grandes centros urbanos, para o aumento de problemas ambientais como a poluição e desmatamento e para o aumento de exigências pelo direito dos consumidores. Atrelados a isso aumentaram os estudos e os debates a respeito da preocupação ambiental e dos impactos negativos que as organizações causavam ao meio ambiente. Essa conscientização acarretou em crescentes reivindicações sociais para que as empresas adotassem medidas sociais e ambientais. Nesse período, a responsabilidade social passou a abranger também as questões ambientais, dessa forma, a responsabilidade ambiental passou a ser um elemento integrante da responsabilidade social (ORLITZKY; SIEGEL; WALDMAN, 2011). Assim, ao abordar a responsabilidade social também estamos tratando da reponsabilidade socioambiental.

Nesse ambiente de fortes pressões sociais iniciadas no final da década de 1960, diversos movimentos da sociedade civil passam a exercer fortes pressões sobre as organizações para que elas resolvessem os problemas sociais, principalmente os relacionados ao consumo, emprego, discriminações raciais e de gênero e questões tocantes à poluição ambiental (KREITLON, 2004).

As discussões a respeito da responsabilidade social foram evoluindo a partir de então e foram fortemente impulsionadas na década de 1970. A publicação do relatório do Clube de Roma, em 1972, que ressaltava os limites do crescimento e a publicação da obra de John Rawls, intitulada *Uma Teoria da Justiça*¹ trouxeram à tona o debate da finalidade econômica, ressaltando as consequências que a atividade produtiva trazia ao meio ambiente e, portanto, enfatizava a responsabilidade das organizações em assumir uma postura socioambientalmente responsável (KREITLON, 2004).

Ainda, como complementa Kreitlon (2004, p.3), nos últimos trinta anos aparentemente surgiu um amplo sentido de que:

[...] enquanto ator social excepcionalmente poderoso e influente, a empresa deve não apenas autodisciplinar-se, mas colocar-se formalmente a serviço do bem comum, de modo a remediar as falhas de funcionamento do mercado e o atual encolhimento do Estado.

A partir dessa década de 1970, a responsabilidade socioambiental e suas práticas deixaram de ser apenas filantrópicas, ou seja, de doação de recursos às comunidades e passaram a compartilhar diferentes projetos comunitários com todos os atores sociais interessados, promovendo processos de avaliação e

¹ A obra “Uma Teoria da Justiça”, originalmente intitulada “A Theory of Justice”, foi publicada em 1971 pela Universidade de Harvard e estabeleceu um novo marco em filosofia política no século XX. A publicação destacou a questão da justiça como equidade, sendo que a justiça é a primeira virtude das instituições sociais (SILVEIRA, 2007).

controle do investimento social privado na comunidade e nas organizações (COSTA, 2005), assumindo, assim, outras dimensões. Como destaca Ferrel (2001), a responsabilidade socioambiental começou a incluir os níveis legal, ético, econômico e discricionário (filantrópico).

A dimensão legal é aquela relacionada ao cumprimento de leis e regulamentos do Estado e é considerada a base de toda a atividade da organização. Toda essa legislação faz as organizações adotarem comportamentos que são considerados positivos pela sociedade (ALESSIO, 2004), pois o não cumprimento da legislação implica num descrédito da empresa por parte dos cidadãos. Para Alessio (2004, p. 73) “ser socialmente responsável parte do cumprimento do que está estabelecido legalmente para, então, galgar outras responsabilidades”. Cabe destacar que a responsabilidade social não pode ser entendida apenas nessa dimensão legal como destaca Costa (2005, p. 75, grifos da autora) “a responsabilidade social empresarial contém em seu cerne a ideia de ir além da lei”. Existem cinco grupos distintos de leis que se enquadram nessa dimensão: as leis que regulamentam as concorrências, as leis de proteção ao consumidor, leis de proteção ao meio ambiente, leis de promoção da equidade e da segurança e lei de incentivo para promover o cumprimento da legislação para prevenir má conduta (FERREL; FERREL, 2001).

A dimensão ética está relacionada ao acompanhamento de padrões de conduta aceitáveis, de maneira definida pelos atores sociais. Essa dimensão refere-se às atitudes e comportamentos esperados mesmo que não codificados por leis. Como salienta Alessio (2004) a ética está relacionada aos valores, princípios morais dos membros organizacionais em relação às políticas e condutas adotadas que objetivam respeitar e proteger os direitos dos diferentes grupos de interesse. Essa dimensão implica que a organização deve observar os efeitos que sua atuação pode causar ao ambiente e a todos os atores sociais envolvidos, de modo a evitar qualquer tipo de dano (FERREL; FERREL, 2001).

A dimensão econômica está associada à maximização de lucro e valores para os diferentes atores sociais. Ela “refere-se à maneira como os recursos para a produção de bens e serviços são distribuídos no sistema social [...] e os impactos produzidos pela economia e pela concorrência” (FERREL; FERREL, 2001, p. 81). Como esclarece Alessio (2004) essa dimensão está relacionada ao meio ambiente, quando a organização preocupa-se com o impacto negativo de suas atividades na natureza e busca ações para minimizá-lo; aos empregados, quando se preocupa com a geração de emprego e renda, questões de gênero e oportunidades igualitárias, e; às questões éticas, como formação de cartel, concorrência desleal, práticas de *trust*, etc. Ferrel e Ferrel (2001) ainda complementam que essa dimensão da RSC preocupa-se em reduzir as pressões competitivas, garantindo o equilíbrio econômico e considerando a ética na relação entre rentabilidade e a conduta socialmente responsável.

A última dimensão é a filantrópica que se refere à restituição à sociedade o que dela foi recebido, ou seja, é a preocupação da empresa em proporcionar bem-estar e melhoria da qualidade de vida, principalmente na comunidade em que ela está inserida (ALESSIO, 2004), ou seja, essa dimensão está basicamente associada à melhoria da qualidade de vida da população e à filantropia (FERREL; FERREL, 2001).

No final dos anos 80 acirraram os debates com relação à preservação ambiental e o papel das organizações nesse contexto. Assim, as empresas começaram a adotar cada vez mais o discurso ambiental, impulsionadas não apenas pelo aumento das pressões sociais, mas, também, pelos estímulos governamentais que culminaram em um aumento do número de programas e incentivos às boas causas ambientais, os quais foram efetivados por meio da criação e do fortalecimento de todo um aparato legal e institucional.

Nessa década emergiram três abordagens relacionadas à responsabilidade social: a normativa, a contratual e a estratégica. A abordagem

normativa é característica da *Business Ethics* e está relacionada à responsabilidade moral das organizações, uma vez que estão sujeitas ao julgamento moral da sociedade. As questões dessa abordagem são analisadas em nível sistêmico, onde se discute o sistema econômico e as relações entre ética e negócios por meio de aspectos institucionais, culturais e ideológicos; em nível organizacional, onde são analisadas as políticas, os valores e as práticas das organizações, e; no nível individual, onde são analisados os comportamentos dos indivíduos (FARIA; SAUERBRONN, 2008).

A abordagem contratual caracteriza-se por uma perspectiva sociopolítica, fundamentada nos estudos da *Business & Society*, na qual as organizações empresariais e a sociedade se relacionavam numa emaranhada rede de relações e interesses, permeado por disputas de poder e legitimidade, na qual a empresa, com sua responsabilidade social, deveria atingir a múltiplos interesses (KREITLON, 2004). Essa corrente baseia-se na interdependência entre as organizações e a sociedade, colocando a segunda em primeiro plano. Seu foco é a democratização das relações entre sociedade e organizações (FARIA; SAUERBRONN, 2008).

A última abordagem é a estratégica, representada pela *Social Issues Management* na qual a empresa, por meio de instrumentos de gestão, buscava melhorar seu desempenho social e ético, transformando esta responsabilidade social numa vantagem competitiva (KREITLON, 2004). O foco dessa abordagem são as vantagens que as organizações podem obter de oportunidades de mercados, decorrentes das transformações dos valores sociais ao se anteciparem a estes, ou seja, ela se concentra na gestão de temas sociais que permitam o atendimento dos objetivos estratégicos da empresa (FARIA; SAUERBRONN, 2008).

No Brasil, o movimento de responsabilidade socioambiental começou a ser valorizado apenas a partir da década de 90 por meio de ações de entidades

não governamentais, institutos de pesquisa e empresas sensibilizadas para assumir tal compromisso com a sociedade. As ações e as discussões acerca do tema da preservação ambiental e sustentabilidade intensificaram-se no Brasil a partir de 1998 com a criação do Instituto Ethos (CARRIERI; DA SILVA; PIMENTEL, 2009).

Não só no Brasil, mas no mundo todo, a responsabilidade social corporativa nas organizações, embora datada do século XVI, se fortaleceu apenas a partir da década de 1990. Esse fato está associado a questões importantes às quais as empresas se defrontavam nesse período, como a globalização, o acirramento da concorrência internacional, a crise do Estado e a crescente mobilização da sociedade (COSTA, 2005).

A evolução dessas discussões e das pressões sociais acerca da responsabilidade social tinha como objetivo conscientizar os executivos com relação aos problemas sociais e ambientais e, assim, inserir as organizações de uma forma melhor em questões de interesse social objetivando:

[...] ampliar o espectro de doações e filantropia para a institucionalização da responsabilidade social enquanto cultura e parte das operações regulares de negócios das empresas nas quais a ética, e não os interesses privados e puramente econômicos deveriam nortear as decisões empresariais (ALESSIO, 2004, p. 64).

Pode-se afirmar, então, que a atuação das organizações, de forma socialmente responsável, as orientam a uma cidadania organizacional, no que diz respeito ao seu ambiente interno (foco nas pessoas, pois está relacionada à motivação dos empregados e seus dependentes, à criação de um ambiente de trabalho que contribua para o seu bem-estar), e à implementação de direitos sociais, no que diz respeito ao seu ambiente externo (voltada à comunidade mais próxima da empresa ou do local de sua atuação) (ASHLEY, 2005).

Neste contexto de preocupação com o meio ambiente a organização altera seu relacionamento com as diferentes partes interessadas:

ao invés de ter o enriquecimento dos acionistas como única meta, valor e princípio, a organização [...] deve satisfação à comunidade em seu entorno, ao meio ambiente, ao mercado, aos funcionários e ao seu futuro, o que inclui trabalhar de forma inovadora e consciente (TERZIAN, 2006, p. 2).

Assim, a adoção de uma postura socioambientalmente responsável corresponde não somente a uma preocupação econômica, mas também está baseada numa postura moral e ética pautada na transparência das ações e na clareza de suas intenções para com seus clientes, consumidores, empregados, fornecedores, acionistas e o governo, e com o futuro de toda a sociedade.

A percepção da sociedade com relação às organizações deixou de ser apenas pautada nos aspectos econômicos e com o aumento das discussões sobre o meio ambiente as empresas passaram, também, a ser vistas como atuantes diretas no crescimento e na manutenção do bem-estar da sociedade. E essa função socioambiental passou a ser a forma pela qual as organizações podem alcançar uma posição privilegiada aos olhos da sociedade (FERRAZ; PASSADOR, 2006) e desta forma torna-se uma questão de como a organização mantém relações de poder perante diferentes atores sociais.

Tanto quanto por questões puramente econômicas como por razões éticas e morais, as organizações buscam, a todo o momento, formas que sejam capazes de gerar respostas aos desejos e anseios da sociedade. A responsabilidade socioambiental pode ser entendida como uma estratégia assumida pelo mundo empresarial, que visa um desenvolvimento sustentável que englobe tanto aspectos econômicos, como sociais e ambientais (ASHLEY, 2005).

Para compreender um pouco mais sobre a responsabilidade social e sua crescente adoção pelas organizações é importante trazer algumas conceituações a respeito do tema, com vistas a fortalecer a sua importância no discurso ambiental empresarial nos dias atuais, que serão discutidas na subseção seguinte.

3.1.2 Responsabilidade social corporativa

A responsabilidade social é um termo conceituado de diferentes formas em diferentes áreas de conhecimento. Mesmo sendo um fenômeno global amplamente debatido no ambiente acadêmico na atualidade, ainda existem múltiplos conceitos e muitas divergências no que diz respeito ao aspecto formal, definição e também aceitação por alguns segmentos de negócios, como o que deveria ser e qual a aplicação do conjunto de variáveis que envolvem a responsabilidade socioambiental das organizações (CALIXTO, 2009).

Para Alessio (2004), a dificuldade em definir um conceito menos amplo para a responsabilidade social organizacional está associada ao fato de que o termo permeia questões que vão desde a noção do cumprimento de leis até a vontade própria, caridade e conscientização das organizações.

De acordo com Lima, Borinelli e Ashley (2005), a amplitude conceitual da responsabilidade socioambiental não é necessariamente negativa, uma vez que acaba por confirmar que se trata de um fenômeno amplo que permite múltiplas dimensões interpretativas e que pode ser objeto de análise sob diversas perspectivas.

Para Carroll (1998), embora se encontre muitas definições para o termo é possível observar uma direção comum a todos eles: a intenção de oferecer referências para as práticas e o desempenho social das organizações. Para Chin, Hambrick e Treviño (2013, p. 202), baseados em diferentes estudos, “a responsabilidade social empresarial é um conceito ‘guarda-chuva’ que atende a

uma infinidade de práticas organizacionais voluntárias que se destinam a atender não apenas os proprietários e acionistas, mas todos os atores sociais interessados, como os empregados, fornecedores, clientes e a sociedade em geral”.

Grande parte dos conceitos apresentados para a responsabilidade socioambiental situa-se em dois lados que propalam diferentes discursos e primam por objetivos diferentes. Uma dessas abordagens, ou face ao abordado por Soares e Júnior (2007), considera a responsabilidade socioambiental sob o aspecto da competitividade e da construção de uma imagem positiva junto aos diferentes interessados, principalmente os consumidores, buscando uma vantagem competitiva e agregação de valor aos acionistas, sendo, portanto, uma corrente pautada no discurso instrumental econômico. A outra face é pautada na preocupação com o meio ambiente, com os problemas sociais e com a sustentabilidade, sendo, assim, um discurso pautado na ética e no bem-estar social (SOARES; JÚNIOR, 2007).

Assim, como salienta Alessio (2004), tanto o caráter social e ético quanto o caráter econômico, permeiam as discussões no meio acadêmico e a formação do conceito do que se trata a responsabilidade social corporativa.

Além dessas duas abordagens que influenciaram no conceito de responsabilidade socioambiental e na prática organizacional, Costa e Carvalho (2005) acrescentam o poder organizacional como norteador da responsabilidade, fundamentado em três condições: “não existe separação entre organização e política; a política organizacional é permeada por relações entre interesses, conflito e poder, e; o poder implica relações específicas de representação de significado” (COSTA; CARVALHO, p. 3, 2005). Desta forma, as relações de poder entre os diferentes interesses e interessados definem as ações com relação à responsabilidade social nas organizações.

Banerjee (2008) sustenta a alegação de Costa e Carvalho (2005) ao afirmar que a responsabilidade social corporativa foi influenciada pela dominação dos interesses privados sobre o interesse público e, desta forma, a partir de uma perspectiva crítica a responsabilidade social corporativa torna-se um movimento ideológico destinado a consolidar o poder das grandes organizações. Para o autor fatores históricos e decisões legais também influenciaram diretamente na compreensão do que seja a responsabilidade social.

Chin, Hambrick e Treviño (2013), assim como os outros autores já citados, também reforçam as diferentes ideologias que permeiam o tema. Para eles as ações de responsabilidade social empresarial estão relacionadas a três diferentes visões. A primeira visão é a de responsabilidade social como algo sublime cujo objetivo é contribuir para o bem-estar social. A segunda é uma visão pragmática que compreende a responsabilidade social empresarial como estratégia de marketing. Já a terceira seria uma visão negativa da RSC onde essas ações são vistas como um desvio ou alocação dos recursos de uma empresa, sendo equivalente a um roubo dos proprietários das empresas. As duas primeiras visões se aproximam das ideologias já mencionadas, sendo uma voltada para a vantagem competitiva e a outra voltada para a ética e o bem-estar da sociedade.

Fleming, Roberts e Garsten (2013) também apresentam em seus estudos três aspectos pelos quais são observadas, em diferentes estudos, as práticas de responsabilidade socioambiental corporativa. A primeira delas se aproxima da visão negativa apresentada por Chin, Hambrick e Treviño (2013), onde a RSC é vista como indesejável, dado o imperativo do lucro da empresa. O segundo aspecto está relacionado à ação estratégica para reprimir as externalidades negativas da empresa, aspecto esse que tem proximidade com a visão pragmática de Chin et al. E o último aspecto entende a responsabilidade social empresarial

como uma ferramenta ideológica que se destina a encobrir uma empresa sob o manto da eticidade e respeito pelo meio ambiente que equivale à visão sublime abordada, dentre outros.

Com base nesses diferentes fatores, diversos conceitos sobre a responsabilidade social foram definidos, como já mencionados, os quais enfatizam diferentes visões, ideologias e relações de poder.

Um dos conceitos de responsabilidade social é o formulado pela Comissão Europeia apresentado no *Livro Verde da Comissão Europeia* de 18 de julho de 2001. Tal conceito visou traçar um quadro comum para as organizações pertencentes ao bloco econômico da União Europeia.

A responsabilidade social das empresas é, essencialmente, um conceito segundo o qual as empresas decidem, numa base voluntária, contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo. [...] Esta responsabilidade manifesta-se em relação aos trabalhadores e, mais genericamente, em relação a todas as partes interessadas afetadas pela empresa e que, por seu turno, podem influenciar os seus resultados (Comissão das Comunidades Europeias, 2001, parágrafo 8).

Tal conceito demonstra as ações de responsabilidade ambiental como aquelas que não são realizadas por força de lei, uma vez que são voluntárias e ressalta a responsabilidade social interna da organização ao focar a relação com os trabalhadores, além das outras partes interessadas.

No Brasil uma das definições conceituais mais difundidas desse fenômeno é a apresentada pelo Instituto Ethos. Essa definição é bastante utilizada porque o surgimento do Instituto influenciou a adoção dessa prática em muitas organizações do país. Para o Instituto Ethos:

Responsabilidade social é uma forma de conduzir os negócios que torna a empresa parceira e corresponsável pelo desenvolvimento social. A empresa socialmente responsável

é aquela que possui capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio ambiente) e conseguir incorporá-los ao planejamento de suas atividades, buscando atender às demandas de todos, não apenas dos acionistas ou proprietários (INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL, 2005).

Este conceito apresentado por essa Instituição além de enfatizar os aspectos instrumentais, quando cita que a responsabilidade social deve atender aos interesses de seus acionistas, também é pautado em questões éticas e morais quando enfatiza que a organização deve ser corresponsável pelo desenvolvimento social.

Ainda há outras definições conceituais que são utilizadas pelos pesquisadores no campo dos estudos organizacionais, como a apresentada pelo Banco Mundial (2002) e pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT (2010), que devido ao contexto em que foram elaborados já trazem a sustentabilidade como elemento da responsabilidade socioambiental. Ambas as conceituações trazem os dois aspectos da responsabilidade social, mas o aspecto instrumental sobressai ao aspecto social.

Para o Banco Mundial (2002) a responsabilidade social empresarial é:

“O compromisso empresarial de contribuir para o desenvolvimento econômico sustentável, trabalhando em conjunto com os empregados, suas famílias, a comunidade local e a sociedade em geral para melhorar sua qualidade de vida, de maneira que sejam boas tanto para as empresas como para o desenvolvimento.” (BANCO MUNDIAL, 2002, tradução nossa).

Já para a ABNT este conceito caracteriza-se:

[...] pelos impactos [...] de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente [...], por meio de um

comportamento ético [...] e transparente que [...] contribua para o desenvolvimento sustentável [...], inclusive a saúde e bem-estar da sociedade; leve em consideração as expectativas das partes interessadas [...]; esteja em conformidade com a legislação aplicável e seja consistente com as normas internacionais de comportamento [...]; esteja integrada em toda a organização [...] e seja praticada em suas relações [...] dentro de sua esfera de influência [...] (ABNT, 2010, p.4, grifos do original).

Embora apresentando diferentes definições, alguns elementos aparecem com frequência nas diferentes conceituações. Pode-se afirmar que a responsabilidade socioambiental trata-se de um fenômeno empírico, baseado numa mudança de comportamento da organização, com vistas à construção de um sentido organizacional mais ético, mais abrangente e mais crítico consigo mesmo (ASHLEY, 2005).

Ashley (2005) ainda complementa que a preocupação com atitudes éticas; a promoção de valores que respeitem os direitos humanos universais; um maior envolvimento com a sociedade em que está inserida e com o governo para a promoção de ações sociais, e; o respeito ao meio ambiente e à sustentabilidade são fatores que estão relacionados ao conceito de responsabilidade socioambiental, e que este conceito é um dos pilares de um conceito mais amplo denominado desenvolvimento sustentável.

A responsabilidade social tem marcado a importância das ações das organizações, as quais têm o potencial de agravar ou minimizar os problemas sociais e ambientais de diversas comunidades (CARRIERI; DA SILVA; PIMENTEL, 2009).

Essas conceituações que resultam num modelo de responsabilidade social levam os atores organizacionais a uma atuação responsável, não apenas no que diz respeito ao aspecto social ou econômico, mas “resulta da harmonia entre as dimensões econômica, social e ambiental” (SORATTO; ALMEIDA; SOUZA KNABBEN, 2006, p.13) e tem por objetivo final o desenvolvimento sustentável.

De uma forma geral o desenvolvimento sustentável pode ser conceituado como “aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p. 46). Essa noção de desenvolvimento sustentável ficou conhecida a partir do *Relatório de Brundtland*.

Os principais princípios dessa ideia de desenvolvimento sustentável se originam do conceito de ecodesenvolvimento, que propõe a integração entre desenvolvimento, meio ambiente e comunidades, considerando os limites de renovação dos recursos naturais, e constitui-se de um modelo de desenvolvimento que visa equilibrar a proteção ao ambiente com o desenvolvimento socioeconômico (SILVA; REIS; AMÂNCIO, 2011).

É importante ressaltar que ao analisar a etimologia dos termos com base na Filosofia, Alessio (2004) conclui que a responsabilidade social é considerada a responsabilidade daquele que é chamado para responder pelos seus atos perante a sociedade, levando em consideração as consequências que poderão advir de suas decisões. Ela ainda ressalta que essa responsabilidade é antes de qualquer coisa individual e pessoal, onde os indivíduos preveem os efeitos de seu próprio comportamento e, assim, pode evita-los. Nessa ótica a responsabilidade social corporativa é o comportamento dos atores organizacionais que tomam decisões que terão consequências sobre a sociedade e que são pautadas na ética.

Aguinis e Glavas (2012) reforçam a afirmação de que a responsabilidade social corporativa é implantada e influenciada pelos membros organizacionais ao salientarem que:

[...] Embora a definição de responsabilidade social empresarial refira-se a políticas e ações por parte das organizações, essas políticas e ações são influenciadas e implementadas por atores em todos os níveis de análise (por exemplo, institucional, organizacional e individual).

Enfim, a responsabilidade social, como salienta Kreitlon (2012, p. 275) “consistiria numa forma de atuação que poderia ser descrita como promotora do bem comum e do interesse público, mas que não é imposta ou regulada pelo aparelho estatal”. Seus propósitos são realizados por meio de um constante diálogo entre as diferentes partes interessadas, muitas vezes por meio de parcerias com outros grupos e organizações (KREITLON, 2004).

Por fim, ressalta-se que mais importante do que analisar as definições para o termo é identificar como e porque determinada organização apropriou-se desse discurso, que é o objeto de análise do referido trabalho. Cabe destacar que essa apropriação está associada à ideologia investida nesse discurso organizacional. Assim, a seguir apresentamos algumas conceituações relacionadas à ideologia e discurso, bem como bases teóricas que auxiliam na compreensão da adoção do discurso ambiental pelas organizações. Tal seção dará suporte às conclusões deste trabalho.

3.2 Ideologia e discurso

Como já enfatizado anteriormente, o conceito da responsabilidade socioambiental é permeado por visões distintas: a econômica (instrumental) e a moral e ética, e são influenciadas por questões históricas, relações de poder e ideologias. Assim como a conceituação, a adoção do discurso de responsabilidade socioambiental é permeada por todas essas questões.

Essa conceituação foi confirmada por Costa e Carvalho (2005), quando argumentam que as motivações para as organizações adotarem a postura socioambientalmente responsável estão pautadas em duas justificativas independentes, sendo uma pautada em argumentos éticos e morais nos quais a organização assume uma postura ambiental por acreditar que essas ações são moralmente corretas e, assim, legítimas para a sociedade, e; a outra pautada em

argumentos instrumentais o qual vincula as ações de responsabilidade socioambiental ao desempenho econômico da organização.

Carrieri, Da Silva e Pimentel (2009) reforçam esse entendimento. Para os autores a apropriação do discurso de responsabilidade socioambiental pelas organizações implica em duas visões (ideologias) que coexistem no ambiente organizacional. Uma possui o foco no mercado onde a responsabilidade socioambiental é vista como uma oportunidade de negócios, e; a outras é pautada em ações éticas e filantrópicas, onde a organização assume uma postura de empresa cidadã contribuindo, assim, para o desenvolvimento social. Desvendar em qual ideologia está pautado o discurso no ambiente organizacional é um desafio para os estudos das organizações.

Além dessas dimensões, deve-se destacar a ideologia como fator preponderante na adoção do discurso ambiental. Admite-se que a adoção do mesmo esteja relacionada a uma forte dimensão ideológica, a qual possui consequências materiais importantes para todos os agentes sociais envolvidos, uma vez que a ideologia legitima e mantém a hegemonia de mercado sobre diversas questões de natureza política e pública (JONES, 1996).

Além desses elementos, as relações de poder também fundamentais na apropriação de um discurso ambientalmente correto. Para Carrieri (2003) os discursos ambientais das organizações são construídos com base no poder e no saber que se articulam historicamente, buscando o que é legítimo na percepção da sociedade a fim de sobreviver em ambientes complexos e politizados (ALVESSON, 1990).

As organizações tentam, a todo o momento, atender aos anseios da sociedade e, por isso, assumem uma postura ética apropriando-se e legitimando ações que antes eram realizadas por outros setores como o Estado (SOARES; JÚNIOR, 2007). Porém, por trás dessa postura ética esconde-se o verdadeiro objetivo das organizações, que é se tornar a “instituição das instituições”, dessa

forma “[...] a empresa se torna cidadã, sem, contudo, apresentar nenhum desejo de mudar nada, apenas manter as funções de poder e cumprir o papel central que o capitalismo lhe confere” (SOARES; JUNIOR, 2007, p. 381).

Carrieri, Da Silva e Pimentel (2009) também abordaram o mesmo argumento em seu estudo. Para os autores a prática de responsabilidade adotada pela empresa pode se reverter numa mudança de estratégia organizacional que incluam alterações com impactos efetivos na temática ambiental, ou pode se concretizar apenas numa mudança de discurso (CARRIERI; DA SILVA; PIMENTEL, 2009), sem de fato implicar em resultados concretos para a sociedade.

Em meio a esses determinantes históricos, ideológicos e que buscam manter relações de poder e dominação existem vários elementos que podem ser destacados. Para Tachizawa (2004) os principais fatores que levam as organizações a adotarem o discurso ambientalmente responsável são: consolidação do capitalismo como ideologia dominante; a globalização; acirramento da concorrência em nível mundial; pressões dos consumidores por produtos e serviços que respeitem a sociedade e o meio ambiente; universalização dos problemas ambientais; maior poder das organizações não governamentais; crescente endividamento ou mesmo a falência dos Estados, e; o enfraquecimento da censura e a ampliação do alcance das tecnologias da informação.

Para Moreira (2001) a adoção da responsabilidade socioambiental e uma postura proativa por parte das organizações são resultados da tomada de consciência de seu real papel na sociedade. Essa consciência está associada a diferentes fatores como o aumento de legislações ambientais; aumento de pesquisas que enfatizavam sobre a gravidade dos problemas ambientais; aumento das discussões em diferentes âmbitos a respeito do tema, entre outros. Para Shrivastava (1994), as organizações incorporam a responsabilidade

socioambiental, ao passo que surge uma consciência ambiental das pressões coletivas do uso da biosfera e da necessidade de manutenção dos recursos humanos e materiais indispensáveis à produção.

O aumento dessa consciência, principalmente dos impactos negativos que as organizações causam à sociedade, faz com que os membros organizacionais busquem realizar cada vez mais ações que têm como objetivo minimizar os danos ambientais e sociais gerados durante a atividade produtiva da empresa. Para Ashley (2005, p.62):

As reflexões sobre a temática ambiental têm trazido grandes questionamentos ao papel da indústria na sociedade moderna, não só quanto à extração de insumos produtivos da natureza, mas também quanto às consequências dos modelos de produção e consumo dominantes, baseados no aumento crescente da demanda por produtos.

Cabe ressaltar que a construção do discurso organizacional com relação às questões socioambientais no interior das organizações é realizada pelos membros organizacionais e, por isso, é heterogênea. É dessa forma porque esses membros organizacionais são um grupo não uniforme que possuem ideologias, identidades e práticas sociais distintas (CARRIERI; DA SILVA; PIMENTEL, 2009).

O discurso ambiental ainda é heterogêneo porque sofre influência dos contextos social, político e econômico. Essa afirmação se evidencia quando se verifica que em países desenvolvidos o discurso ambiental está baseado na melhoria da qualidade de vida e na proteção ambiental; já nos outros países esse discurso também envolve solução para os problemas dos meios de produção, sendo que neste cenário o duelo entre os interesses econômicos e demandas ambientais são mais acirradas (CARRIERI; DA SILVA; PIMENTEL, 2009). Stead e Stead (2013) também reforçaram esse argumento ao afirmarem que as

estratégias e ações da responsabilidade social corporativa, dentro dos países desenvolvidos, são derivadas de uma crescente preocupação social sobre as questões sociais e ambientais e os impactos resultantes das atividades produtivas, e são realizadas para reduzir esses impactos, enquanto nos países subdesenvolvidos essas ações e estratégias são projetadas para atender às necessidades humanas básicas dentro dos limites ecológicos.

Carrieri (2003) também argumenta que esses contextos também influenciam na importância ideológica do meio ambiente à população, assim há práticas verdes e discursos criados pelas organizações de Primeiro Mundo e outros discursos criados por outros grupos da sociedade civil. Todos esses grupos buscam estabelecer relações de poder e, para isso, legitimam as práticas e os controles envolvidos com a responsabilidade socioambiental.

Antes de aprofundar nas questões que levam as organizações a adotarem o discurso de responsabilidade socioambiental é interessante compreender o que é o discurso e porque o mesmo é legitimado.

Para Fairclough (2001, p.90) o discurso “é o uso da linguagem como forma de prática social”. Deste modo, o discurso é uma forma de representação e significação do mundo, constituindo-o e construindo-o em significado, bem como uma forma de ação dos indivíduos sobre o mundo e sobre o outro. Além disso, o discurso apresenta uma relação dialética com a estrutura social, sendo essa tanto uma condição como um efeito da prática social:

[...] o discurso é moldado e restringido pela estrutura social no sentido mais amplo e em todos os níveis: pela classe e por outras relações sociais em um nível societário, pelas relações específicas em instituições particulares, como o direito ou a educação, por sistemas de classificação, por várias normas e convenções, tanto de natureza discursiva como não discursiva, e assim por diante (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91):

O discurso contribui para a construção das identidades sociais, das relações sociais entre os indivíduos e de um sistema de conhecimento e de crença. Ele também contribui para reproduzir a sociedade como é e também contribui para transformá-la (FAIRCLOUGH, 2001).

No ambiente organizacional os discursos são construídos de uma forma própria, por meio do qual são compartilhados símbolos, cujas significações podem resultar em estruturas sociais (COSTA; CARVALHO, 2005). Assim os discursos legitimam instituições e organizações, favorecendo a dominação de uma classe sobre a outra, apresentando-se como um meio de dominação, como instrumento para legitimação do poder e para justificação da ação organizacional (COSTA; CARVALHO, 2005). Desta forma, o discurso organizacional é permeado por pressupostos ideológicos e relações de poder que precisam encontrar legitimidade na sociedade, estabelecendo e definindo regras de comportamento, de condutas e de diálogos comuns aceitos e legitimados como padrão de conduta a ser adotado pela maioria (ALVESSON; DEETZ, 1998).

Nesse embate pelo estabelecimento e manutenção das relações de poder e dominação no momento discursivo das práticas sociais, encontra-se a importância da ideologia. As ideologias contribuem para a produção, reprodução ou a transformação dessas relações de dominação (FAIRCLOUGH, 2001). As ideologias implícitas no discurso são eficazes quando se tornam naturalizadas e se tornam o senso comum, porém pode ser desnaturalizada por meio de lutas ideológicas redefinindo as relações de dominação (FAIRCLOUGH, 2001).

O que se percebe então, é que a ideologia permeia o discurso ambiental das organizações e determina quais práticas e ações que a organização irá adotar. Ela é um elemento crítico que molda a percepção dos problemas ambientais das organizações e as formas posteriores de ações. Compreender a influência da ideologia na apropriação de determinado discurso é importante para compreender a organização, uma vez que ela é entendida como um sistema de

ideias que são as bases para as práticas sociais dos grupos e das organizações (VAN DIJK, 2003).

O termo ideologia já foi conceituado por diferentes teóricos com diferentes significados, que são ou não compatíveis entre si, de cunho epistemológico ou político, pejorativos ou não. Eagleton (1997) em seu livro intitulado “Ideologia: Uma Introdução” encontrou pelo menos dezesseis diferentes conceituações para o termo. Para o autor “a palavra ideologia é, por assim dizer, um texto tecido por uma trama inteira de diferentes fios conceituais; é traçado por divergentes histórias [...]” (EAGLETON, 1997, p. 15).

Dada tamanha a diversidade de significados que o termo ideologia possui, é necessário identificar uma significação a qual possa contribuir com o objeto da pesquisa e que dê conta da complexidade da configuração dos fenômenos organizacionais (XAVIER, 2002). Ao analisar as diferentes definições elaboradas para esse conceito optou-se pela significação apresentada por Gramsci por estar alinhada à abordagem teórico-metodológica da análise do discurso crítica, proposta por Fairclough (2001), utilizada como ferramenta de análise deste estudo.

Gramsci elabora seu conceito de ideologia baseado na definição de Marx e Engels. Ao retomar o conceito dos autores, Gramsci questiona alguns pontos e traz outros elementos que considera importantes ao termo. Antes de apresentar a conceituação gramsciana é importante abordar brevemente o conceito de Marx e Engels para evidenciar em que as duas conceituações se distanciam.

De acordo com os filósofos Marx e Engels ([1846], 2009) a ideologia pode ser compreendida como um conjunto de ideias de toda ordem (religiosa, filosófica, moral, política etc.), por meio das quais o sujeito compreende sua realidade e procura ocultar a sua própria origem nos interesses sociais do grupo dominante da sociedade. Nesta concepção a ideologia equivale à ilusão, falsa consciência e concepção idealista, na qual a realidade é invertida e as ideias

aparecem como motor da vida real (MIANI, 2012). Trata-se de uma falsa consciência, na qual a realidade é invertida porque os valores que os grupos acreditam serem os seus próprios são, na verdade, a ideia dos grupos dominantes que incutem suas ideias nas demais classes, para manutenção do *status quo* social (MARX; ENGELS, [1846] 2009). Nesse conceito prevalece a ideia da superestrutura que é a que determina a visão de mundo para os mais diversos grupos sociais.

Nessa concepção “a ideologia não é um processo subjetivo consciente, mas um fenômeno objetivo e subjetivo involuntário produzido pelas condições objetivas da existência social dos indivíduos” (CHAUÍ, 1988, p. 30). Ela consiste na transformação das ideias da classe dominante em ideias dominantes para toda a sociedade, de tal forma que a classe que domina no plano material também domina no plano das ideias (CHAUÍ, 1988).

Essa definição trazida por Marx e Engels conduz a uma visão negativa de ideologia já que é pautada na dominação e alienação dos sujeitos e estaria presente apenas no campo da produção de ideias. Sendo assim, tal conceituação não é suficiente para compreender os fenômenos abordados pelas Ciências Sociais.

Baseado no conceito marxista de ideologia, Gramsci pondera com relação a essa concepção negativa e ao seu modelo determinista pautado na superestrutura. Para esse autor a ideologia está presente em todas as atividades humanas e essa presença se materializa por meio dos aparelhos privados da hegemonia. A ideologia é, por natureza, hegemônica porque estabelece e sustenta relações de dominação e reproduz a ordem social que beneficia os grupos dominantes, estabelecendo suas ideias como fruto do senso comum (RESENDE; RAMALHO, 2006).

Gramsci conceitua ideologia como uma compreensão de mundo que se manifesta na ação e a organiza, “é unidade de fé entre uma concepção de mundo

e uma norma de conduta adequada a essa concepção” (GRAMSCI, 1975, p. 378) que se encontra materializada nas práticas, sendo constituidora do real que se “[...] manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas” (GRAMSCI, 1978 p. 16). Nesta conceituação o sujeito passa a ser um indivíduo mais autônomo, exercendo de fato seu papel de sujeito na prática social. É no campo da ideologia que os sujeitos “adquirem consciência do que são, se organizam e procuram realizar seus projetos” (BRANDÃO; DIAS, 2012, p. 97).

Fairclough (2001) também enfatiza a autonomia e a consciência do sujeito ao afirmar que os indivíduos, mesmo sendo posicionados ideologicamente, têm a capacidade de executar suas próprias conexões entre as diversas práticas e ideologias a que estão submetidos e, também, de reestruturar as práticas e as estruturas.

Para Gramsci a ideologia é concebida não apenas pelos intelectuais, mas por todos os sujeitos, já que todos os indivíduos possuem uma prática ideológica que interpreta o mundo, mesmo que seja de uma forma não crítica e não sistemática. Neste ponto a ideologia está socialmente generalizada, uma vez que os indivíduos não podem agir sem regras de condutas (GRAMSCI, 1978).

Diferentemente de outras concepções, a ideologia gramsciana não está localizada somente no plano das ideias. Ela cria uma conexão entre a concepção de mundo e a prática. Neste ponto podem-se observar algumas contradições do sujeito quando diz que possui uma determinada ideologia, mas suas práticas condizem com uma ideologia divergente. Essa incompatibilidade entre o pensar e o agir está associada às disputas e conflitos entre as classes.

Desta forma um determinado grupo social pode assumir a sua própria visão de mundo de modo crítico e consciente ou, ainda, adotar essa concepção de outro grupo por razões diversas, incluindo a submissão e a subordinação, “[...] um grupo social, que tem uma concepção de mundo, sua, própria, ainda

que embrionária, que se manifesta na ação, [...] ocasionalmente, [...] tomou, por razões de submissão e subordinação intelectual, uma concepção não sua, por empréstimo de outro grupo (GRAMSCI, 1978 p. 16).

Ao avançar nessa discussão que Gramsci também se diferencia de Marx, pois o que determina a aceitação de uma determinada ideologia por diferentes classes é a hegemonia. A hegemonia trata-se da construção da visão de mundo, ou seja, da ideologia e da sua realização (GRAMSCI, 1978).

Para Fairclough (2001, p. 122) a hegemonia pode ser conceituada como:

[...] liderança, tanto quanto dominação nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade. [...] é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcial e temporariamente, como um equilíbrio instável [...] é muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento.

Essa hegemonia resulta de três condições básicas: a) capacidade de uma determinada classe elaborar uma visão de mundo própria e autônoma; b) realização de uma reforma moral e intelectual, da qual a classe seja a própria organizadora, e; c) a capacidade dessa mesma classe disputar politicamente esta visão, elaborar um campo de lutas a partir do qual ela possa mobilizar vontades em torno do seu projeto, definir políticas de intervenção no real e fazer alianças (BRANDÃO; DIAS, 2012). Desta forma, é por meio das práticas que as classes buscam adeptos à sua concepção de mundo, ou seja, eles buscam a todo o momento inserir suas práticas e legitimá-las no campo social. O que ocorre com o discurso ambiental.

Segundo Fairclough a hegemonia é muito mais que a dominação de uma determinada classe sobre a outra, ela é a:

[...] construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento. Hegemonia é um foco de constante luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas (FAIRCLOUGH, 2001, p. 122).

Para Fairclough (2003) em termos discursivos, a luta hegemônica é percebida como disputa pela criação/sustentação de um status universal para determinadas representações particulares – do mundo material, mental e social - ou seja, para certos discursos que podem ser interiorizados em modos de (inter)ação social e em modos de identificação. Ela “localiza-se em uma frente ampla, que inclui as instituições da sociedade civil (educação, sindicatos, família), com possível desigualdade entre diferentes níveis e domínios” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 122). A hegemonia é pautada em relações de dominação mais baseadas no consenso do que por meio de coerção (FAIRCLOUGH, 2003), e implica:

[...] que se levem em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômica-corporativo, mas é também indubitável que tais compromissos e sacrifícios não podem referir-se ao essencial, dado que a hegemonia é ético política [...] (GRAMSCI, 1980 p. 48).

Deste modo a ideologia não somente influencia a grande massa da população como também serve como princípio de organização das instituições sociais. Sendo assim, é na ideologia e por meio dela que uma dada classe pode exercer hegemonia sobre as outras, ou seja, pode legitimar e garantir a adesão e consentimento da sociedade (GRAMSCI, 1978). A ideologia “organiza a ação pelo modo segundo o qual se materializa nas relações, instituições e práticas

sociais e informa todas as atividades individuais e coletivas” (GRAMSCI, 1978).

Cabe complementar que as organizações são realidades socialmente construídas, ou seja, são constituídas de sujeitos com suas ideologias, identidades e crenças, as quais apresentam uma existência e um poder próprio que permitem a elas exercer certo grau de controle sobre os seus membros organizacionais (MORGAN; BERGAMINI; CODA, 1996). Desta forma podemos afirmar que a ideologia da organização é a ideologia dos sujeitos que a compõe, sendo que essas ideologias fundamentam as práticas sociais da organização, ou seja, “são as práticas dos sujeitos, inseridas numa relação social, que reproduzem ou transformam os sistemas sociais” (XAVIER, 2002, p.33), assim, a ideologia não nasce nos aparelhos ideológicos (Estado, organizações, etc.), mas nas relações entre os sujeitos (MOTTA, 1992).

Ainda, destaca-se que a “legitimação visa criar um espaço ideológico no qual a instituição pode operar, considerando a aceitação social suficiente para prosseguir nas suas atividades livremente” (BREEZE, 2012, p. 4, tradução nossa). Ela fornece uma base para o consenso social e, se os valores e representações pregados pela organização forem altamente difundidos e aceitos pelos grupos sociais, eles serão capazes de atuar dentro de um espaço ideológico com os seus próprios princípios, objetivos, normas e valores e esse sistema vai tornar-se autojustificável e se perpetuará (BREEZE, 2012). Ela está relacionada à autodefesa, pois o agente opera fornecendo razões, motivações aceitáveis ou fundamentos que poderiam ser criticados por outros para legitimar-se. Legitimação é, portanto, uma prática discursiva mais complexa que pode envolver uma diversidade de discursos interligados e uma vasta gama de estratégias usados para reforçar e defender legitimidade de ações de uma organização (BREEZE, 2012).

Nos processos de busca de hegemonia e de legitimação de valores e ideias, alguns elementos podem simplesmente passar e outros se fixar, superando, assim, os valores já existentes ou mesclando-se a ele. Nesse processo os meios de comunicação que as organizações mantêm com a sociedade têm papel fundamental (XAVIER, 2002). Por isso, é importante analisar todos os meios com os quais as organizações se comunicam, como forma de identificar sua ideologia.

A ideologia que suporta o discurso da responsabilidade socioambiental no ambiente organizacional é a chamada ideologia ambiental, ou ideologia verde como é comumente designada. Ela é difundida como ideal de uso racional dos recursos naturais, ou seja, é pautada nas premissas do desenvolvimento sustentável. Nesse princípio, essa ideologia preza pelos valores baseados na preservação e conservação do meio ambiente.

A ideologia verde surgiu com os avanços das discussões ambientais na segunda metade do século XX e tem como base uma nova consciência verde que não deriva apenas de uma percepção de degradação e de crise ambiental, mas é necessária uma alteração do sentido dessa crise ambiental e compreendê-la como um problema social. Esse desenvolvimento é pré-condição para o surgimento da ideologia ambientalista (STAVRAKAKIS, 1998).

Essa ideologia ambiental surgiu como resultado da “articulação de uma série de elementos sociopolíticos (descentralização, democracia direta, princípios pós-patriarcais e assim por diante) em torno de certa concepção da natureza” (STAVRAKAKIS, 1998, p. 101, tradução nossa). O caráter de contemporaneidade, ainda segundo o autor, “se dá devido à localização deste significativo Verde, que talvez pela primeira vez torna-se o ponto nodal de um quadro inteiro ideológico [...]” (STAVRAKAKIS, 1998, p. 101, tradução nossa).

Quando essa ideologia surgiu, ainda em meados da década de 60 as ideias relacionadas à preservação do meio ambiente ainda eram consideradas

como uma ideologia contra hegemônica, porque nessa época o discurso do ambientalismo associava a crise ambiental ao capitalismo, à competição, ao individualismo, à industrialização, às grandes corporações e a tantos outros elementos pertencentes ao sistema social dominante. À medida que se foi compreendendo que a crise ambiental não estava associada exatamente com as relações estabelecidas entre a sociedade e a natureza, mas com o seio da própria sociedade, essa ideologia começou a ter ascensão, uma vez que tinha a capacidade de alistar qualquer sujeito preocupado com o mundo em que vive.

Essa ideologia ambiental tornou-se hegemônica a partir do momento que os grupos sociais que defendiam as questões ambientais discursaram que os problemas ambientais afetam toda a sociedade e que são causados e combatidos por todos os indivíduos e, por isso, deve ser de interesse de todos a preservação ambiental (LAYRARGUES, 2003).

Stavrakakis (1998) possui um argumento semelhante ao de Philippe Pomier Layrargues no que se refere ao surgimento e consolidação da ideologia verde. Para ele, essa legitimação foi possível graças a dois deslocamentos simbólicos/discursivos: o deslocamento ambiental, onde a natureza passou a ser compreendida como significante de maior importância e o deslocamento de uma certa tradição política, no qual o autor argumenta que:

[...] Por uma variedade de razões, em algum ponto no tempo, as ideologias radicais deixaram de realizar as tarefas de todas as ideologias [...], de oferecer respostas hegemônicas críveis para 'doenças sociais' como o desemprego e a desigualdade. Esse deslocamento produziu uma falha no nível ideológico que fez com que o lado radical do espectro político se sentisse forçado a mudar seu enfoque para continuar aparecendo como força hegemônica e como administrador de deslocamentos sociais. A fim de fazer com que a tradição radical fosse mantida foi necessário uma rearticulação, um novo investimento do seu potencial. Esta nova articulação foi realizada em torno da 'natureza', um significante altamente catexizado do discurso

e da discussão públicos; um significante com um potencial radical. O que emergiu foi a ideologia verde [...] (tradução nossa) (STAVRAKAKIS, 1998, p. 115).

O que diferencia esse fenômeno de outros como o conservacionismo e o ambientalismo, é que a ideologia verde “[...] *is its universal, holistic and deeply political claims about nature, environmental crisis and its relation to the human world*” (STAVRAKAKIS, 1997, p. 260), ou seja, a natureza tem o papel central nessa corrente ideológica, onde se verifica a preocupação com a sustentabilidade ambiental em todo o discurso (STAVRAKAKIS, 1997).

O objetivo dessa ideologia verde é refundar e recriar as bases políticas, sociais e econômicas das sociedades ocidentais, com base em um projeto político que é construído em torno de uma determinada concepção da natureza. A natureza, nessa ideologia, é quem dá a forma a tudo que os sujeitos dizem e fazem, fornecendo a estrutura para o desenvolvimento das ideias, sonhos, utopias e estilos de vida da sociedade, assumindo, assim, uma dimensão ética (STAVRAKAKIS, 1997). Neste contexto a natureza, mais especificamente nossas representações da natureza, “[...] não é mais aceita como algo que ‘já existe’, mas é entendida como o resultado de um processo lento, complexo, histórico e de construção social” (STAVRAKAKIS, 1998, p. 103).

Essa concepção de mundo pode ser identificada em diferentes discursos por alguns princípios-chaves, dentre os quais se podem citar: a ecologia, a responsabilidade social, a democracia de base, a não violência, a justiça social, a descentralização, a economia de base solidária, a responsabilidade global, foco no futuro, dentre outras (STAVRAKAKIS, 1997).

Assim como qualquer outro sistema ideológico, a ideologia ambientalista necessita de hegemonia para se sustentar e continuar legitimada entre as classes, neste caso sua estabilidade não pode ser garantida infinitamente, assim como suas ideias e valores podem ser alterados ao longo dos anos.

Assumir uma ideologia verde é assumir uma postura pautada na responsabilidade socioambiental e no desenvolvimento sustentável e observa-se que cada vez mais as empresas optam por assumir essa ideologia, apropriando-se constantemente de um discurso socioambientalmente responsável.

4 CAMINHOS METODOLÓGICOS PERCORRIDOS

4.1 Natureza da pesquisa

Nosso estudo teve como objetivo analisar um fenômeno organizacional na área das ciências sociais, com o intuito de compreender as práticas sociais de maneira contextualizada, indo além de dados objetivos e numéricos; assim está situada na epistemologia da pesquisa qualitativa, já que essa se preocupa com as descrições e interpretações da realidade social, tendo como fundamento os dados interpretativos. A pesquisa qualitativa, por essas características, torna-se uma forma de pesquisa crítica, indicada para estudos relacionados a representações de mundo, relações sociais, identidades, opiniões, atitudes, crenças ligadas a um meio social, entre outros (RESENDE, 2008), oportunizando, desta forma, a consecução dos objetivos deste nosso trabalho.

As práticas metodológicas da pesquisa qualitativa são múltiplas e não têm diferencial de valor entre si, já que ela é composta de atividades interpretativas (DENZIN; LINCOLN, 2006), assim, nosso trabalho está localizado na análise do discurso crítico, a qual é uma abordagem teórico-metodológica, onde o método é aplicado para analisar a relação entre discurso e prática social, ligados a concepções teóricas e práticas. Desta forma, ele é empregado e se desenvolve durante as análises, nas quais a teoria é aplicada e como uma retroalimentação serve para o desenvolvimento e elaboração das questões teóricas (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999). Essa abordagem será tema de discussão de nossa próxima seção.

4.2 A proposta teórico-metodológica para análise do *corpus*

Para a análise do *corpus* selecionado para nossa pesquisa adotamos a Análise do Discurso Crítica (ADC), por entender que essa abordagem foi a mais adequada para alcançar o objetivo do presente estudo, já que tem o potencial de compreender a realidade estudada por meio de textos da organização. Para Resende e Ramalho (2004) essa abordagem deve partir:

[...] da percepção de um problema, relacionado ao discurso, em alguma parte da vida social; em seguida, devem-se verificar quais são os obstáculos para que o problema seja superado – quais as características permanentes nas redes de práticas que sustentam o problema observado – através de três focos de análise correlacionados: análise da conjuntura, análise da prática particular e, finalmente, análise de discurso (com dupla orientação, para a estrutura e para a interação) [...] por fim, toda análise em ADC deve conter uma reflexão sobre a análise, isto é, toda pesquisa crítica deve ser reflexiva (RESENDE; RAMALHO, 2004, p. 203).

O foco de estudo da análise do discurso crítica está nas formas em que, nas relações de conhecimento os sujeitos e poder são produzidos, reproduzidos e transformados no discurso e, desta maneira, ela torna-se uma nova lente para analisar os fenômenos organizacionais. De uma maneira geral, a ADC é uma abordagem científica teórico-metodológica transdisciplinar para os estudos que se preocupam de alguma forma com a linguagem como prática social, a qual não é constituída somente socialmente, mas, também, é constitutiva de relações sociais, identidades e sistemas de conhecimento e de crença (FAIRCLOUGH, 1995). O seu objetivo é tornar mais visíveis alguns aspectos obscuros do discurso como prática social (FAIRCLOUGH; MULDERRIG; WODAK, 2011).

Esta metodologia se baseia na interpretação do discurso que emerge como formas de interpretar (representando, interpretando) aspectos particulares do processo social, que se tornam relativamente recorrentes e permanentes e que

necessariamente simplificam e condensam realidades complexas, incluindo e focalizando certos aspectos, em detrimento de outros; juntamente com outros elementos sociais (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 2010). Ela é bem estabelecida para o estudo do mundo social, por meio das práticas sociais, já que tem seu foco em problemas sociais e dinâmicas de poder, incluindo sistemas de dominação e casos de resistência (LEITCH; PALMER, 2010).

O seu crescente uso pelos estudiosos, assim como especificamente a aplicação dessa metodologia nesta pesquisa, são justificados pelo mesmo argumento utilizado por Phillips e Hardy (2002), que é a possibilidade de analisar os fenômenos não apenas no seu nível micro, mas também realizar a análise dos aspectos macro sociais, ampliando, assim, o conhecimento sobre o objeto pesquisado.

A análise do discurso crítica também tem grande potencial de desvelar as ideologias que estão por trás do discurso socioambiental e das questões de sustentabilidade propaladas por muitas organizações, que podem pertencer a diferentes atores sociais que influenciam fortemente na organização e que possuem interesses diversos. Nessa perspectiva, a ADC tem a capacidade de expor as relações de dominação, poder e hegemonia que estão presentes no discurso, desvendando as vozes presentes no discurso organizacional socioambiental e, assim, desvelar as inclinações ideológicas da organização, principalmente as questões que não estão explicitamente ditas nos “textos” (escritos e falados) analisados, mas que são reproduzidos na prática discursiva e na prática social da organização. Ou seja, a análise do discurso crítica desvela porque a organização assume tal postura ambiental e quais os aspectos ideológicos que sustentam esse discurso, que são o objetivo principal de nossa pesquisa.

Nessa abordagem teórico-metodológica, de acordo com Fairclough e Graham (2002, p. 189, tradução nossa):

A relação entre o objetivo da pesquisa, teoria e método é concebida como uma relação dinâmica, não uma questão de teoria e método pré-existente a ser aplicado a um novo objeto, mas de teoria e método que evoluem no encontro com o objeto de pesquisa, cuja construção é por sua vez progressivamente desenvolvido por este processo de evolução.

Fairclough (2001) defende o discurso como prática política e ideológica. Como prática política, o discurso estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas em que existem tais relações. Como prática ideológica, o discurso constitui, naturaliza, mantém e também transforma os significados de mundo nas mais diversas posições das relações de poder.

Nesta proposta, o termo “discurso” indica uma visão particular da linguagem em uso, ou seja, o discurso é uma prática social que articulada na linguagem, representa e significa o mundo, constituindo-o e construindo-o em significados (FAIRCLOUGH, 2001). A importância dessa prática social deriva de sua qualidade de “ponto de conexão entre estruturas abstratas e seus mecanismos e eventos concretos – entre ‘sociedade’ e pessoas vivendo suas vidas” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 21). Ainda, como salienta Marcuschi (2002) o discurso se realiza nos textos, assim os textos são uma entidade concreta materializada e corporificada em algum gênero textual, os quais realizam discursos em situações institucionais, históricas, sociais e ideológicas. Os textos criam e recriam representações, formas de conhecimento e crenças e refletem, constituem e podem desafiar e transformar tipos de relação entre os sujeitos (MEURER; MOTTA-ROTH, 2002).

Já as práticas sociais, como salienta Fairclough (2003, p. 25) são “articulações de diferentes tipos de elementos sociais que são associados a áreas particulares da vida social”, sendo que qualquer prática envolve ação e interação; relações sociais; pessoas (com crenças, valores, atitudes, histórias etc.); mundo material e discurso (FAIRCLOUGH, 2003).

Para Resende e Ramalho (2006, p. 62) “cada prática social produz e utiliza gêneros discursivos particulares que articulam estilos e discursos de maneira relativamente estável num determinado contexto sócio-histórico e cultural”. Os gêneros constituem “o aspecto especificamente discursivo de maneiras de ação e interação no decorrer de eventos sociais” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 65). Assim, como salienta Marcuschi (2002, p. 25) “os gêneros são formas verbais de ação social relativamente estável, realizadas em textos situados em comunidades de práticas sociais e em domínios discursivos específicos” e relacionam produção, recepção, texto e contexto (MEURER; MOTTA-ROTH, 2002). Eles operam em determinados contextos para legitimar o discurso, já que se situam numa relação sócio-histórica com fontes de produção que lhes dão sustentação muito além da justificativa individual (MARCUSCHI, 2002). Eles podem ser vistos como um tipo de tratado tácito entre produtores e consumidores, entre escritores e leitores, entre produtores e espectadores e entre falantes e ouvintes, já que controlam o comportamento desses produtores e a expectativa dos receptores em potencial (MEURER; MOTTA-ROTH, 2002).

Os gêneros surgem nos processos sociais em que os sujeitos tentam se compreender mutuamente para compartilhar significados com vistas a seus propósitos (BAZERMAN, 2009). Nesse contexto, o estudo do gênero nos auxilia na compreensão de como os indivíduos produzem, reproduzem ou desafiam a realidade social da qual fazem parte, contribuindo, assim, no entendimento de certas ideologias (MEURER; MOTTA-ROTH, 2002). Deste modo, para compreender como é realizada a comunicação numa dada esfera social é necessário investigar os gêneros discursivos usados na interação entre os participantes dessa esfera. Cada gênero utiliza estratégias textuais específicas que geram expectativas de “um tipo particular de experiências discursivas, de

uma visão particular de uma parte do mundo representado” (MEURER; MOTTA-ROTH, 2002, p. 277).

O termo discurso organizacional refere-se ao conjunto estruturado de textos incorporados nas práticas, tanto de fala quanto de escrita, que trazem objetos relacionados organizacionalmente à prática discursiva (FAIRCLOUGH, 2005). Assim, o texto pode ser considerado como uma manifestação do discurso e a unidade distinta em que o pesquisador se concentra.

Para Chouliaraki e Fairclough (2010), a análise do discurso crítica nos estudos organizacionais, além de considerar a ligação correta do texto e contexto e da atitude reflexiva do pesquisador, preocupa-se com a articulação simultânea de práticas (momentos) sociais (incluindo texto e linguagem); foca na operação discursiva das relações de poder, e; trabalha dentro de uma estrutura de pesquisa transdisciplinar. Desta forma, a análise enfoca mais as fortes ligações conceituais entre discurso, poder e processos sociais que emergem como problemas teóricos e empíricos nos estudos organizacionais.

A base ontológica da análise do discurso crítica é pautada no realismo crítico, conforme salienta Fairclough (2003, p. 14, tradução nossa):

A perspectiva social em que me baseio é realista, baseada em uma ontologia realista: tanto eventos sociais concretos como estruturas abstratas, assim como as menos abstratas ‘práticas sociais’, são parte da realidade. Podemos fazer uma distinção entre o ‘potencial’ e o ‘realizado’ – o que é possível, devido à natureza (constrangimentos e possibilidades) de estruturas sociais e práticas e o que acontece de fato. Ambos precisam ser distinguidos do ‘empírico’, do que sabemos sobre a realidade. [...] A realidade (o potencial, o realizado) não pode ser reduzida ao nosso conhecimento sobre ela, que é contingente, mutável e parcial.

Nessa perspectiva o realismo crítico permite que a análise do discurso crítica seja capaz de compreender a realidade como algo socialmente construída,

em constante transformação, levando em consideração a prática social, a linguagem e o contexto.

Cabe, ainda, complementar que a ontologia é entendida como o modo como se entende a natureza do mundo social, aos componentes da realidade social, considerados essenciais. Mesmo que a essência do mundo social possa parecer fundamental e evidente há perspectivas ontológicas alternativas, diferentes percepções acerca do que compõe a realidade social. Não há uma verdade universal que possa ser tomada como tácita; a adoção de uma perspectiva ontológica clara do mundo social deve, então, ser o primeiro passo na definição de um planejamento de pesquisa (MASON, 2002).

Assim como outras abordagens teórico-metodológicas a análise do discurso crítica apresenta diferentes correntes as quais foram discutidas por teóricos com posições epistemológicas distintas e que analisam o objeto de pesquisa sob diferentes perspectivas. Existem diferentes enfoques que podem ser seguidos pelos pesquisadores ao se adotar a análise do discurso crítica, pois ela não é um método único, mas um método que tem consistências em muitos planos (PEDROSA, 2005).

Na presente pesquisa foi adotado, como ferramenta metodológica de análise, o modelo tridimensional de Norman Fairclough, pois esse modelo compreende o discurso como prática social e com uma inter-relação entre o texto e a prática discursiva, sendo assim adequado para uso em estudos em Ciências Sociais (FAIRCLOUGH, 2001). Esse modelo assume o posicionamento de que qualquer discurso pode ser considerado simultaneamente, um texto, um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social (FAIRCLOUGH, 2001). Na concepção da análise tridimensional acredita-se que:

[...] diferentes tipos de discurso em diferentes domínios ou ambientes institucionais podem vir a ser 'investidos' política e ideologicamente de formas particulares. Isso significa que

os tipos de discurso podem também ser envolvidos de diferentes maneiras - podem ser *reinvestidos* (grifos do autor) (FAIRCLOUGH, 2001, p. 95).

Ao se adotar o modelo de análise tridimensional, proposto por Fairclough, tem-se como preocupação central estabelecer ligações entre os modos como os textos foram organizados e interpretados; produzidos, distribuídos e consumidos em um sentido mais abrangente, e a natureza da prática social no que diz respeito à sua relação com as lutas sociais e a estrutura (FAIRCLOUGH, 2001).

Como salienta Fairclough (1998) esse modelo de ADC apresenta como característica singular a correlação entre a prática sociocultural e o texto, mediada pela prática discursiva. Essa ligação entre as três dimensões apresenta-se da seguinte forma:

A forma como um texto é produzido e interpretado – ou seja, que práticas e convenções discursivas têm origem em que ordem (ou ordens) do discurso e como se articulam – dependem da natureza da prática sociocultural que o discurso integra (incluindo a sua relação com hegemonias já existentes); a natureza da prática discursiva da produção textual molda o texto, deixando ‘vestígios’ nas suas características superficiais; por fim, a natureza da prática discursiva da interpretação textual determina a forma como serão interpretados os laços superficiais de um texto (FAIRCLOUGH, 1998, p. 83-84).

Portanto, essa concepção tridimensional reúne três tradições analíticas que são indispensáveis na análise de discurso. Essas três tradições analíticas são: a análise social e linguística; a análise macrossociológica da prática social em relação às estruturas sociais, e; a tradição interpretativa que considera a prática social como algo que as pessoas produzem e entendem ativamente com base em mecanismos de senso comum, compartilhados (FAIRCLOUGH, 2001).

Nessa proposta a ADC se realiza em três dimensões: a textual na qual se analisa principalmente as questões de vocabulário e gramática; a prática discursiva que analisa as condições de produção, distribuição e consumo do texto, e; a prática social que tem como objetivo analisar questões de ideologia e hegemonia (FAIRCLOUGH, 2001). A prática textual guarda um poder de descrição; a prática discursiva, de interpretação; enquanto é na análise da prática social que está contido o domínio explicativo do fenômeno em análise (FAIRCLOUGH, 2001). Assim, é nessa dimensão que se busca explicar as formas de ideologia e hegemonia contidas no discurso, e que são objetos desta nossa dissertação.

Para realizar esse modelo tridimensional consideram-se as três perspectivas analíticas propostas por Fairclough: a multidimensional, a multifuncional e a histórica. A perspectiva multidimensional é utilizada para avaliar as relações entre mudança discursiva e social e, também, para relacionar as propriedades particularizadas de textos às propriedades sociais de eventos discursivos. A perspectiva multifuncional tem como função averiguar as mudanças nas práticas discursivas que contribuem para mudar o conhecimento, as relações e identidades sociais. E a perspectiva histórica é utilizada para discutir a “estruturação ou os processos ‘articulatórios’ na construção de textos e na constituição, em longo prazo, de *ordens de discurso*” (grifos do autor). (FAIRCLOUGH, 2001, p. 27).

A dimensão textual tem como objetivo descrever as características organizacionais gerais, o funcionamento e o controle das interações. Essa análise não pode ser realizada isoladamente, ou seja, são necessárias as análises da dimensão das práticas discursivas e da dimensão das práticas sociais.

A análise textual é dividida em quatro itens: vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual. O vocabulário trata principalmente do estudo das palavras individuais – neologismos, lexicalizações, relexicalizações de domínios

da experiência, superexpressão, relações entre palavras e sentidos. A gramática trata das palavras combinadas em frases. A coesão refere-se às ligações entre as frases, por meio de mecanismos de referência, palavras de mesmo campo semântico, sinônimos próximos e conjunções. E, por fim, a estrutura textual refere-se às propriedades organizacionais do texto em larga escala, as maneiras e a ordem em que elementos são combinados. As questões relevantes que devem ser observadas durante a análise desta dimensão são: tomada de turnos, estruturas de trocas, controle de tópicos, determinação e policiamento de agendas, formulação, modalidades, polidez, *ethos*, conectivos e argumentação, transitividade e tema, significado das palavras, criação de palavras, metáforas, entre outros (FAIRCLOUG, 2001).

A análise das práticas discursivas envolve as atividades cognitivas como os processos de produção, distribuição e consumo dos textos. Estes são processos sociais que consideram a prática social como alguma coisa que as pessoas produzem e apreendem ativamente, com base em mecanismos compartilhados por meio do senso comum. Eles estão relacionados a ambientes políticos, econômicos e institucionais particulares. A natureza da prática discursiva varia de acordo com os diferentes tipos de discursos e de acordo com os fatores sociais envolvidos e é mediadora entre o texto e a prática social, como pode ser observado:

A conexão entre o texto e a prática social é vista como mediada pela prática discursiva: de um lado, os processos de produção e interpretação são formados pela natureza da prática social, ajudando também a formá-la e, por outro lado, o processo de produção forma (e deixa vestígios) no texto, e o processo interpretativo opera sobre 'pistas' no texto (FAIRCLOUGH, 2001, p. 35-36).

Complementa-se, ainda, que nos textos as diferenças discursivas se negociam. Estão regidas por diferenças de poder que se encontram, por sua vez,

parcialmente codificadas no discurso e determinadas por ele e pela variedade discursiva. Como consequência, os textos são com frequência arenas de combate que mostram as pistas dos discursos e das ideologias encontradas que contenderam e batalharam pelo predomínio (WODAK, 2003, p.31, tradução nossa).

A análise da prática discursiva envolve alguns aspectos que são observados nessa análise, abrangendo as três dimensões dessa prática que são: produção do texto – interdiscursividade e intertextualidade manifesta; distribuição do texto – cadeias intertextuais; consumo do texto – coerência e força, e; as condições da prática discursiva. A intertextualidade refere-se às relações dialógicas entre o texto e outros textos; a interdiscursividade refere-se às relações entre ordens de discurso; a força dos enunciados refere-se aos tipos de atos de falas desempenhados; a coerência, às conexões e inferências necessárias e seu apoio em pressupostos ideológicos (FAIRCLOUGH, 2001).

Ainda, com base em Fairclough (2003), podemos identificar estratégias discursivas que permitem encontrar pistas dos processos de embates na esfera do discurso que estão presentes nessa dimensão da prática discursiva. Essa articulação pode ocorrer na superfície material do texto (intertextualidade) ou de forma intrínseca, que é constitutiva do texto (interdiscursividade). O conceito de intertextualidade está conectado a outros discursos que se produziram antes, como também aqueles que se produziram no mesmo período e/ou posteriormente. Deste modo, o discurso assume características socioculturais e contextuais.

E, por fim, a análise da prática social, cujo principal objetivo é especificar “a natureza da prática social da qual a prática discursiva é uma parte, constituindo a base para explicar porque a prática discursiva é como é; e os efeitos da prática discursiva sobre a prática social” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 289), porque “a prática social (política, ideológica etc.) é uma dimensão do

evento comunicativo, da mesma forma que o texto” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 99).

A análise dessa dimensão está relacionada aos aspectos de ideologia e hegemonia na instância discursiva analisada. Na ideologia consideram-se os aspectos do texto que podem ser investidos ideologicamente como sentido das palavras; as pressuposições; as metáforas; os estilos. Na categoria hegemonia são considerados aspectos como as orientações da prática social que podem ser orientações econômicas, políticas, ideológicas e culturais. Busca-se averiguar como o texto se insere em focos de luta hegemônica, colaborando na articulação, desarticulação e rearticulação de complexos ideológicos (FAIRCLOUGH, 1997).

Cabe salientar que para Fairclough (1989) a ideologia percorre nossas práticas discursivas e práticas sociais, estando implícita nas nossas formas de ver, pensar, compreender, recriar ou desafiar e mudar maneiras de falar e agir.

As categorias analíticas do modelo tridimensional proposto por Norman Fairclough podem ser agrupadas conforme o Quadro 1, retratado por Resende e Ramalho (2006):

Quadro 1 Categorias analíticas propostas no modelo tridimensional de Fairclough

TEXTO	PRÁTICA DISCURSIVA	PRÁTICA SOCIAL
Vocabulário, gramática, coesão, estrutura textual.	produção distribuição consumo contexto força coerência intertextualidade interdiscursividade	Ideologia sentidos pressuposições metáforas Hegemonia orientações econômicas, políticas, culturais, ideológicas

Fonte: Adaptado de Resende e Ramalho (2006, p. 29).

Como podemos observar as categorias de análises são amplas, por isso realizamos um mapeamento prévio dessas categorias, de modo a selecionar

apenas as essenciais para uma análise em maior profundidade e que atenda ao objetivo da pesquisa (RAMALHO; RESENDE, 2011). Cabe destacar que toda análise em ADC é sempre seletiva e parcial (RAMALHO; RESENDE, 2011), assim, para esta pesquisa analisamos apenas algumas categorias em cada uma das três dimensões propostas por Fairclough. Na dimensão textual analisamos as categorias de vocabulário e estrutura social; na dimensão da prática discursiva analisamos os modos de produção, distribuição e consumo, o contexto, a intertextualidade e a interdiscursividade, e; na dimensão da prática social analisamos os sentidos, metáforas e as orientações econômicas, políticas, culturais e ideológicas.

Na próxima subseção trataremos de nosso objeto de pesquisa. Neste momento apenas apresentamos alguns dados que caracterizam a CEMIG, pois sua história será contextualizada na análise do nosso *corpus* quando abordaremos sobre o surgimento e evolução do setor de energia elétrica brasileiro.

4.3 O lugar da pesquisa

O objeto deste trabalho foi a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, empresa estatal do setor elétrico. Optamos por essa organização por diversas razões, tais como: setor da economia em que atua, já que as companhias de energia elétrica possuem um histórico de gerar grandes impactos ambientais nas regiões em que as usinas de geração de energia são instaladas e, por isso, tendem a criar uma imagem positiva do seu negócio para minimizar os danos causados; por ser uma empresa estatal de economia mista atuante na maioria dos estados brasileiros, o que pode evidenciar diferentes interesses envolvidos, e; principalmente, por sua presença constante em índices e premiações que comprovam sua sustentabilidade e preocupação ambiental. Neste contexto a

empresa estudada é internacionalmente reconhecida como uma empresa sustentável, há 13 anos faz parte do *Dow Jones Sustainability World Index (DJSI World)* e há 8 anos está presente no Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE, da BMF&Bovespa.

A CEMIG é uma das maiores concessionárias de energia elétrica do país, estando presente em 22 estados brasileiros, além do Distrito Federal e também no exterior, sendo responsável pela operação de 70 usinas, sendo 63 hidrelétricas, três termelétricas e quatro eólicas, com capacidade instalada de 7.038 megawatts, sendo a primeira empresa no Brasil a construir uma usina de energia eólica para fins comerciais. A Empresa é uma companhia de capital aberto controlada pelo Governo do Estado, possuindo aproximadamente 121 mil acionistas em 40 países.

Em Minas Gerais a Companhia responde por 96% da área de concessão, com mais de sete milhões e meio de consumidores, em 774 municípios. No país, atende a 25% do mercado para clientes livres. Atualmente, atende cerca de 33 milhões de pessoas, o que corresponde a aproximadamente 17% da população brasileira. É responsável no mercado brasileiro pela participação de 12% em distribuição de eletricidade, 7% em geração de eletricidade e 13% em transmissão de energia elétrica (CEMIG, 2013).

Os estudos para a criação da CEMIG foram iniciados em 1949 e a sua fundação foi em 1952, liderada pelo então governador Juscelino Kubitschek o qual visava o desenvolvimento da região e o fortalecimento de sua futura candidatura à presidência da República.

No ano de 1969 a Empresa abriu seu controle acionário, lançando ações nas cidades onde iria atuar, tornando-se, assim, uma empresa de economia mista, onde o governo de Minas Gerais ainda detém a maior parte de suas ações ordinárias. Atualmente, a CEMIG negocia suas ações nas bolsas de São Paulo, Nova Iorque e Madri e é a única concessionária do setor elétrico da América

Latina a fazer parte do índice “The Global Dow Index”. Esse índice americano foi criado em 2008 e inclui 150 empresas de 25 países, consideradas líderes mundiais, e tem por objetivo servir como referência no mercado internacional (CEMIG, 2013²).

Ao longo dos anos a Organização foi se expandindo e aumentando a participação acionária de diferentes atores sociais em sua composição. Todo o seu crescimento e diversificação de suas atividades estão fortemente associadas ao contexto do setor elétrico no país, conforme pode ser observado em nossa análise.

Atualmente, a CEMIG é composta por 114 sociedades e 16 consórcios, controlada por um *holding* atuando na geração de energia elétrica, no fornecimento de gás natural e na transmissão de dados. É considerada a maior Empresa do setor de energia elétrica por valor de mercado na América Latina, o qual está estimado acima dos 19 bilhões de reais (CEMIG, 2013).

Até o ano de 2012 a CEMIG era composta por 8.368 funcionários que atendiam a 5.415 localidades. Sua missão é “atuar no setor de energia com rentabilidade, qualidade e responsabilidade social” (CEMIG, 2013) e tem como premissa de responsabilidade social a “ampliação de acesso da sociedade à energia, respeito ao meio ambiente, respeito aos clientes, colaboradores, acionistas, fornecedores, governos e comunidades” (CEMIG, 2013) e “suprir energia segura, limpa, confiável e efetiva em termos de custo, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social” (CEMIG, 2013).

A Empresa ainda segue uma política de gestão ambiental pautada em alguns princípios, conforme destacado abaixo:

[...] a CEMIG mantém requisitos de adequação ambiental baseados no atendimento à legislação para as áreas de

² Disponível em <<http://www.cemig.com.br/pt-br/Paginas/homepage.aspx>>. Acesso em 14 out. 2013.

negócio, que possam causar algum impacto ambiental. A adequação ambiental das atividades e processos é estabelecida em níveis, de acordo com a intensidade de possíveis impactos de cada atividade, partindo-se do atendimento aos Requisitos Mínimos de Adequação Ambiental, passando pela adoção do Sistema de Gestão Ambiental, denominado SGA, o qual foi desenvolvido considerando-se os princípios da NBR ISO 14.001 até a implantação dos requisitos da norma NBR ISO 14.001:2004.

Para atender aos objetivos propostos analisamos diversos textos da Organização e na subseção a seguir apresentamos a delimitação de nosso *corpus*.

4.4 Definição do *corpus*

Para Fairclough (2001), a seleção dos dados para a construção do *corpus* da análise e a decisão dos dados suplementares a serem coletados e usados dependem fortemente da perspectiva do pesquisador. A natureza dos dados requeridos varia de acordo com a natureza e o objeto da pesquisa, mas, em regra deve-se selecionar um *corpus* que se refira à totalidade das práticas discursivas, tanto presentes quanto passadas da organização, ou seja, deve-se:

Saber o que é útil e como chegar até lá, mas também de ter-se um modelo mental da ordem de discurso da instituição, ou o domínio do que se está pesquisando e os processos de mudança que estão em andamento, como uma preliminar para decidir-se onde coletar (FAIRCLOUGH, 2001, p.277).

O *corpus* precisa refletir, sobretudo, a diversidade da prática e suas mudanças mediante diferentes tipos de situação, ambas consideradas de maneira normativa e inovadora, e; ele deve incluir pontos críticos e momentos de crise (FAIRCLOUGH, 2001). Ressalta-se ainda que a delimitação dos dados analisados para a pesquisa, quando se adota a metodologia da análise do

discurso crítica, não se esgota com a seleção inicial do *corpus* para a pesquisa, muitas vezes é necessário a ampliação do *corpus* com dados suplementares (FAIRCLOUGH, 2001) para responder às questões que surgem na análise.

Baseado nisto, o *corpus* de nossa pesquisa foi composto por materiais que refletiam o discurso ambiental da Organização estudada e foram selecionados ao longo de toda a elaboração do trabalho. Pesquisamos os materiais públicos diversos como livros, revistas, planfletos, normas e orientações divulgados pela CEMIG em meio eletrônico. Dentre os materiais selecionados demos ênfase ao livro institucional intitulado “Memória Ambiental da Empresa CEMIG: Águas da Luz e da Vida” publicado pela Empresa no ano de 2012, nos Informativos Mensais aos Empregados dos anos de 2009 a 2013, que abordavam as questões ambientais, nas edições da Revista CEMIG que abordavam as questões ambientais, nas reportagens sobre questões ambientais disponíveis nas Revistas Comemorativas da Empresa CEMIG de 40 e 50 anos. Também pesquisamos livros e legislações que não foram publicados pela Empresa, mas, que de algum modo contribuíram para a interpretação de nossa análise e em entrevistas de dois ex-presidentes, mencionados nos diversos textos institucionais, como os mais importantes para a história da Empresa.

Foi realizado inicialmente um estudo dos textos disponíveis no site da Organização estudada, com o objetivo de conhecer a história oficial da empresa, as estratégias, objetivos, valores, políticas e diretrizes institucionais. Posteriormente, foram feitas pesquisas em documentos bibliográficos em outros endereços eletrônicos que contavam as histórias do setor elétrico brasileiro bem como da Empresa CEMIG.

A escolha desse material para a composição do *corpus* se deu pela visibilidade das informações disponíveis nos documentos públicos, acessíveis pelos sites e pela bibliografia consultada. Ao analisar esses documentos objetivamos compreender o discurso ambiental dessa empresa pública.

Com os textos citados acima em mãos realizamos a análise dos dados, por meio do modelo tridimensional proposto por Norman Fairclough, para compreender o discurso ambiental da CEMIG, particularizando os aspectos ideológicos inerentes a essa prática discursiva, a qual será apresentada na próxima seção. Apresentaremos também a contextualização do setor de energia elétrica do país desde a sua criação. Ressaltamos que não pretendemos realizar uma historiografia completa do período e nem da Organização, mas a apresentação desses elementos históricos é primordial para as reflexões dos próximos capítulos, já que para os analistas do discurso as práticas sociais são historicamente construídas, sendo, portanto, importante o levantamento histórico acerca do objeto pesquisado.

5 SETOR ELÉTRICO E CEMIG: HISTÓRIA DA ORGANIZAÇÃO E SUA INSERÇÃO NO CONTEXTO HISTÓRICO

Compreender o contexto histórico em que um dado discurso foi produzido é importante para entender crenças, práticas, ideologias, atividades, relações interpessoais e identidades, já que para a ADC os sentidos e os discursos são ações historicamente construídas (FAIRCLOUGH, 2001). Esta é a razão para ser adotada aqui a contextualização da evolução histórica do setor de energia elétrica no Brasil. A presente seção tem como preocupação o resgate do processo de implantação e evolução desse setor, destacando o surgimento da Empresa CEMIG.

O cenário do setor de energia elétrica no Brasil foi marcado por questões políticas e econômicas, as quais delinearam a atual configuração do setor que foi altamente impulsionado pela industrialização e o crescimento acelerado dos centros urbanos. As empresas de energia elétrica, desde sua criação, passaram por inúmeras transformações que vão desde políticas liberais, onde o Estado não tinha o controle sobre elas, até políticas altamente reguladoras, onde o Estado não só regulamentava como detinha o controle de grande parte das concessionárias de energia elétrica.

5.1 O início do setor elétrico: do final do século XIX a 1930

Os primeiros sinais de energia elétrica no país surgiram no início da década de 1880. Durante uma viagem aos Estados Unidos em 1876, o imperador Dom Pedro II conheceu a eletricidade e, assim, incentivou a implementação da energia elétrica mecanicamente produzida, no Brasil. Alguns anos mais tarde, mais precisamente em 1879, a energia elétrica chegou ao país. Nesse ano foi realizada a primeira demonstração pública de rede elétrica no Brasil, por meio da implementação da iluminação elétrica da estação central da Estrada de Ferro

D. Pedro II, atual Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Pouco tempo depois, em 1883, ocorreu a inauguração do primeiro serviço de iluminação pública municipal do país e da América Latina, na cidade de Campos no Rio de Janeiro. Nesse mesmo ano também foi instalado o primeiro aproveitamento hidroelétrico, em Diamantina, Minas Gerais, cujo objetivo era o auxílio na mineração (CABRAL; BRANDI; CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2000). A primeira usina hidrelétrica de porte considerável construída no país data de 1889, na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, com capacidade instalada de 250 KW e destinava-se a atender as demandas de indústrias e da iluminação pública (PINHEIRO, 2006).

A matéria-prima escolhida para a geração de energia elétrica no país foi a água, ou seja, optou-se pela geração hidrelétrica devido à quantidade de quedas d'água existentes no Brasil e também devido à escassez de reservas carboníferas de boa qualidade (CEMIG, 2006). A geração de energia elétrica por meio de hidrelétricas predomina até os dias atuais, sua participação chega a 13,8% da matriz energética total e corresponde a aproximadamente 77% da eletricidade gerada (EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA, 2013).

Até meados de 1890 o uso da energia elétrica ainda era limitado a alguns serviços públicos e atividades fabris na área têxtil e serraria, na mineração e no beneficiamento de produtos agrícolas (DIAS et al., 1988; PINHEIRO, 2006). O avanço do setor de energia elétrica nesse período se deu de forma lenta, por meio da implantação de empreendimentos de pequeno porte em pontos isolados do país, uma vez que o Brasil era pouco industrializado e sua população ainda muito dispersa (CARNEIRO, 2000).

Com a implantação da República e a promulgação da Constituição Federal de 1891, a qual conferia amplos poderes aos estados para elaborarem sua própria constituição e concedia extensiva autonomia aos municípios, o setor de energia elétrica iniciou efetivamente o seu desenvolvimento, principalmente

porque a legislação outorgava amplos poderes para os municípios brasileiros negociarem livremente e diretamente com empresas concessionárias de energia elétrica (GOMES; VIEIRA, 2009).

Em 1899 foi autorizado a funcionar no Brasil, a primeira empresa estrangeira de energia elétrica, o grupo Light, que se instalou na cidade de São Paulo devido ao grande potencial desse Estado como consumidor de energia elétrica, já que o mesmo concentrava a maior parte dos resultados da economia cafeeira exportadora, com grande crescimento populacional, diversificação das atividades comerciais, rápido crescimento no número de unidades fabris e o fortalecimento de estabelecimentos bancários (PINHEIRO, 2006). Em pouco tempo o grupo passou a exercer um monopólio na concessão de energia elétrica no estado de São Paulo por meio de aquisições de outras pequenas empresas geradoras de energia elétrica (PINHEIRO, 2006).

Em 1905 o grupo Light expandiu suas atividades de produção e distribuição de energia elétrica ao Rio de Janeiro, ao vislumbrar o potencial do Estado que tinha o maior centro urbano do país (PINHEIRO, 2006). Assim como ocorreu em São Paulo, em pouco tempo o grupo Light monopolizou o setor de energia elétrica no Rio de Janeiro, por meio da aquisição de outras pequenas concessionárias de energia. O grupo Light também monopolizou outros serviços no Rio como o fornecimento de gás, bondes e telefonia (PINHEIRO, 2006).

Cabe ressaltar, que ainda em 1905 foi iniciada a construção de uma usina hidrelétrica no Ribeirão das Lajes, na cidade de Piraí, no Rio de Janeiro, que foi nomeada de Fontes. A usina de Fontes gerava energia elétrica para alimentar a iluminação pública e residencial bem como a tração de bondes elétricos no Rio de Janeiro. Em 1908 essa usina já era considerada a maior usina geradora de energia elétrica do Brasil e uma das maiores do mundo. Em 1909 sua geração de energia era de 24.000 KW. Em pouco mais de um ano, com o

aumento de demanda de energia elétrica, a usina de Fontes mais que dobrou sua capacidade geradora, passando para uma capacidade instalada de 40.000 KW (PINHEIRO, 2006).

Além de empresas de capital estrangeiro, como era o caso da Light, o setor de energia elétrica nesse período era composto por algumas pequenas concessionárias de energia elétrica com capital local, que em alguns casos disponibilizavam energia elétrica apenas para um único município, e estavam localizadas no interior e com serviços precários, já que não dispunham de capital suficiente para seu desenvolvimento (SOUZA, 2002).

Assim, até a primeira década do século XX o setor de energia elétrica era preponderantemente composto por pequenas empresas municipais, frequentemente organizadas por produtores rurais e comerciantes locais, constituídas a partir de concessões para a iluminação pública, garantidas por meio de contratos com as Câmaras Municipais (PINHEIRO, 2006) e visavam atender, principalmente, aos serviços públicos instalados nas cidades, como é o caso da iluminação e transporte coletivo, e para abastecer diversas unidades industriais (CABRAL; BRANDI; CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2000). Porém, a partir de 1910 o modelo do setor passou a ser caracterizado por empresas, em sua grande maioria estrangeira, que concentravam diversas empresas concessionárias criando um sistema integrado de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, principalmente no interior do Estado de São Paulo (PINHEIRO, 2006).

Nesse período havia a concentração do grupo Light nos estados de Rio de Janeiro e São Paulo e, nos demais estados existia a presença de outras companhias geradoras de energia. Em Minas Gerais, em 1905, foi fundada a Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina (CFLCL); no Espírito Santo, a usina de Jucu, construída em 1909 pelo governo estadual; no interior do estado de São Paulo, foi criada, em 1912, a Companhia Paulista de Força e Luz

(CPFL); no território fluminense, em 1909, foi fundada a Companhia Brasileira de Energia Elétrica (CBEE); no Nordeste, em 1913, foi inaugurada a Usina Hidrelétrica de Delmiro Gouveia, principalmente para atender a uma fábrica de linhas e fios; além de outras empresas de capital estrangeiro que eram concessionárias de empresas de energia elétrica, principalmente nos estados da região amazônica, em Pernambuco e na Bahia (CABRAL; BRANDI; CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2000).

A partir da década de vinte há uma expansão acelerada no setor de energia elétrica no país, consequência de um adensamento da demanda por energia elétrica, provocado pelo crescimento da produção industrial e pelo avanço da urbanização da sociedade brasileira. Esse período foi marcado pela construção de grandes centrais geradoras de energia e pela intensificação de processos de aquisições e fusões das empresas concessionárias, liderados pelas empresas de capital estrangeiro, culminando numa quase desnacionalização do setor (GOMES, 2005; PINHEIRO, 2006).

Essa expansão acelerada nas primeiras décadas do século XX pode ser comprovada pelo número de unidades geradoras de energia elétrica. Como aponta Pinheiro (2006), entre os anos de 1901 e 1910 entraram em operação no país 77 unidades geradoras de energia elétrica, na década seguinte entraram em operação mais 164 usinas. Em 1920 já totalizavam 343 usinas em operação no país e a potência instalada era da ordem de 350.000 KW. No final da década de 1920, essa capacidade instalada para geração de energia elétrica mais que duplicou, passando para 779.000 KW.

A partir da década de 1920 também se observou uma mudança no modelo do setor de energia elétrica no Brasil. No início o mesmo era caracterizado por pequenas empresas locais, geradoras de energia elétrica para atender principalmente às demandas das atividades agrícolas, de mineração e de iluminação urbana. A partir dos anos 20, o setor passou a ser caracterizado por

oligopólios de capital estrangeiro que visavam abastecer os grandes centros urbanos e as atividades industriais e agroexportadoras.

A entrada de empresas estrangeiras no país no início do século XX foi propiciada por inúmeras razões, como a disponibilidade de recursos estrangeiros para os investimentos; a autonomia dos municípios para negociarem concessões, e; a chamada Cláusula Ouro da Constituição Federal que permitia às empresas concessionárias de energia elétrica estrangeira corrigir suas tarifas, baseadas na depreciação da moeda (GOMES; VIEIRA, 2009). Essas condições propiciaram que o setor de energia elétrica fosse mais atrativo para o capital estrangeiro, porque dispunha de vantagens competitivas como a Cláusula Ouro e o acesso a recursos financeiros. Além disso, contavam com um ambiente político favorável, já que o Governo adotava uma postura liberalista de não intervenção no setor.

É importante destacar que no final da década de 1920, impulsionada pelas condições políticas e econômicas que experimentavam nosso país no início do século, outra grande empresa de capital estrangeiro instalou-se no país. A empresa americana *American & Foreign Power Company* (Amforp) chegou ao Brasil em 1927 e passou a atuar em áreas atraentes, principalmente no interior de São Paulo e em outras cidades importantes do país, adquirindo e consolidando empresas concessionárias menores (SOUZA, 2002; PINHEIRO, 2006).

A chegada da Amforp ocasionou na dominação das empresas de capital estrangeiro no setor de energia elétrica no país. Nesse período, elas estavam presentes em todas as áreas desenvolvidas do Brasil e também naquelas com maior potencial de desenvolvimento (PINHEIRO, 2006). Como salienta Carneiro (2000), sem nenhuma barreira institucional os grupos estrangeiros passaram a impor, por meio de estratégias agressivas de aquisição e fusão de pequenas empresas existentes, sua presença no setor.

No final dessa década os principais mercados e a maior parte da capacidade instalada de geração estavam sob o domínio do grupo Light e

Amforp (DIAS et al., 1988). Ainda, como ressalta Souza (2002), em 1930 a Light representava 40% da capacidade total do país e a Amforp já tinha adquirido, entre os anos de 1927 e 1928, onze concessionárias de energia elétrica. O grupo Light controlava a produção e distribuição, principalmente nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, enquanto que a Amforp controlava a geração e a distribuição de energia elétrica no interior de São Paulo e em algumas capitais do Sul e do Nordeste, região onde também adquiriu diversas empresas (DIAS et al., 1988). A maior parte das usinas estava localizada nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Para uma potência instalada de um milhão kW, no final dos anos 30, São Paulo detinha 500 mil kW em 137 usinas, Rio de Janeiro detinha 230 mil kW em 62 usinas e Minas Gerais possuía 100 kW em 314 usinas (CEMIG, 1992).

Mesmo com expansão do setor de energia elétrica nos primeiros anos do século XX, a sua regulamentação pouco avançou. Nesse início de século, o que se observou foi um Governo não intervencionista, sem mecanismos político-institucionais voltados a assegurar a qualidade dos serviços prestados à população, onde prevalecia a lógica do mercado garantindo os interesses privados, sobretudo dos grupos estrangeiros (SOUZA, 2002; GOMES, 2005).

Portanto, como salientam Gomes e Vieira (2009), o setor foi caracterizado como um monopólio privado, dominado a partir de 1920 por empresas estrangeiras, sem a intervenção do Estado. Cabe destacar que essa postura não intervencionista do Estado, nesse período, ocorreu por uma série de razões, tais como: o espírito liberal da época na Europa e Estados Unidos; a falta de recursos do Governo brasileiro para criar condições de infraestrutura necessárias; a Constituição Federalista de 1891, que restringia as ações do governo federal e do legislativo; a Cláusula Ouro; entre outros (SOUZA, 2002).

Até esse período, as empresas concessionárias de energia não demonstravam nenhuma preocupação com o meio ambiente. Sua expansão

acontecia vertiginosamente para atender o desenvolvimento do país, e os impactos ambientais não eram observados nem pelo Governo nem pela maior parte da sociedade.

5.2 A atuação do estado no setor de energia elétrica: de 1930 a 1945

A quebra da bolsa de Nova Iorque instalou uma crise no sistema capitalista que foi disseminada em outros países, como no Brasil, trazendo profundas modificações em diferentes esferas. Essa crise econômica afetou profundamente nossa economia cafeeira, que já sofria alguns problemas relacionados à superprodução de café. Essa situação, atrelada a um conflito entre São Paulo e Minas Gerais para a sucessão presidencial, culminaram na Revolução de 1930.

A Revolução de 30, ocorrida no país, foi um golpe de Estado que levou Getúlio Vargas ao poder. Esse novo presidente do Brasil fez uma série de transformações alterando nosso sistema econômico, político e social, realizando mudanças principalmente nos campos institucional e econômico, as quais impactaram diretamente no setor de energia elétrica. No campo institucional o novo governo tomou medidas importantes como a centralização das questões político-administrativas, o fortalecimento do poder de intervenção do Estado em diferentes esferas, incluindo a econômica. No campo econômico estimulou a industrialização para substituir as importações, uma vez que a economia cafeeira exportadora estava em declínio (DIAS et al., 1988; PINHEIRO, 2006).

Assim, como salientam Gomes e Vieira (2009), o Governo Vargas alterou o papel do Estado, o qual passou a ter uma atuação nacional acima dos interesses regionais. Cabe ressaltar que esse estímulo à industrialização e o crescimento constante dos centros urbanos ocasionou um aumento significativo

na demanda por energia elétrica a uma taxa superior às capacidades de geração dessa energia (PINHEIRO, 2006).

Como mencionado, Getúlio Vargas efetuou um conjunto significativo de mudanças no setor elétrico, sendo que a principal medida foi a designação da União como poder concedente de energia elétrica no Brasil (GOMES, 2005). Além disso, o Governo suspendeu todos os atos de aquisição de empresas e de áreas de concessão, interrompendo, assim, o processo de concentração industrial e a desnacionalização do setor, observadas no final dos anos 20 (SOUZA, 2002).

O primeiro ato para a mudança do setor de energia elétrica no país se deu no início do mandato de Vargas, em 1931, quando ele suspendeu todos os atos de oneração, alienação, promessa ou começo de transferência de qualquer curso perene ou queda d'água. Com essa medida e a proibição de aquisição de novas empresas geradoras de eletricidade o Governo tendia a refrear o processo de concentração no setor (PINHEIRO, 2006).

Em 1933, com o objetivo de tratar de assuntos relativos à exploração de energia hidráulica, irrigação, concessões e legislações de águas, foi criado o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), o qual estava subordinado ao Ministério da Agricultura (PINHEIRO, 2006; CABRAL; BRANDI; CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2000). No mesmo ano foi extinta a Cláusula Ouro, o que afetou e estagnou os investimentos das empresas de capital estrangeiro que dominavam o setor de energia elétrica até então (GOMES; VIEIRA, 2009).

Um ano após essas medidas, em 1934, Getúlio Vargas promulgou o primeiro e principal, até os dias atuais, instrumento legal de normatização e regulamentação do setor das águas e energia elétrica no Brasil, que foi o Código das Águas instituído pelo decreto nº 26.234 (CABRAL; BRANDI; CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2000). O Código, que foi inspirado na *Federal Power Comissions* (EUA), concedeu à União o poder de

autorização ou concessão dos aproveitamentos de energia hidráulica, apresentando a divisão entre União, estados e municípios vinculados geograficamente à jurisdição do curso d'água, separando a propriedade do solo das propriedades das quedas d'água (SOUZA, 2002; PINHEIRO, 2006). Porém, “a competência dos estados ficou condicionada à criação de um serviço técnico e administrativo, cuja organização deveria ser aprovada pelo governo federal” (PINHEIRO, 2006, p. 28). Além disso, esse Código, como salienta Souza (2002), estabeleceu um controle sobre as concessionárias de energia elétrica com fiscalização financeira, contábil e técnica, de modo a assegurar um serviço adequado, garantir a estabilidade financeira da empresa concessionária e fixar tarifas razoáveis, as quais eram fixadas com base no custo de operação e o valor histórico dos vencimentos (SOUZA, 2002).

As principais medidas implantadas pelo Código das Águas que disciplinavam o setor de energia elétrica, elencadas pelo Centro da Memória da Eletricidade (1988), foram:

- a) a distinção entre propriedade de quedas d'água, propriedade do solo e outras fontes de energia hidráulica para aproveitamento industrial ou exploração;
- b) incorporação dos rios como propriedade, dependendo do caso, dos municípios, dos estados ou da União, estabelecendo uma série de regras e restrições ao uso da água, tendo o uso para o consumo e abastecimento humano como prioritários;
- c) a incorporação de todas as fontes hidráulicas ao patrimônio da União, a qual ficava encarregada de conceder ou autorizar o aproveitamento da energia hidráulica;
- d) foi assegurado ao poder público o direito de fiscalização técnica, financeira e contábil, estabelecendo as condições para controlar as

atividades das empresas do setor e estabelecendo o processo de fixação das tarifas, a partir do custo do serviço.

Para Carneiro (2000), o Código das Águas reinstitucionalizou as atividades do setor de energia elétrica, por meio da centralização do poder concedente ao Estado e do acompanhamento e controle da prestação desse serviço, como pode ser observado:

[...] o Código corporifica um esforço deliberado de reinstitucionalização das atividades elétricas, introduzindo mudanças em duas dimensões básicas do arcabouço regulatório prevalecente na área. Numa vertente, procede à centralização do poder concedente, até então disperso ou pulverizado entre estados e municípios, criando uma autoridade nacional com competência para propor e implementar políticas para o setor e para lidar com o disciplinamento e a resolução de conflitos relacionados à geração e à comercialização de energia. Na outra, atualiza e padroniza os dispositivos de acompanhamento e controle da prestação do serviço, impondo limites à dispersão de preços praticados pelas empresas, através da adoção de critérios rigorosos para a fixação das tarifas elétricas (CARNEIRO, 2000, p. 95-96).

O Estado, com essa nova regulamentação, e, posteriormente com a Constituição de 1934, que além de ter referendado essas questões também trouxe um capítulo de regulamentação da exploração dos recursos naturais, delegando à União a competência de autorizar a exploração das riquezas acessórias ao solo - minas, quedas d'água e riquezas do subsolo; centralizou todo o poder do setor de energia elétrica e passou de uma posição liberal para uma posição intervencionista, desestimulando as empresas concessionárias de energia elétrica com capital externo a atuar no setor e fortalecendo o surgimento de empresas estatais no setor (CARNEIRO, 2000).

Cabe ressaltar que embora o Código das Águas tratasse de um recurso natural, ele não abordou as questões ambientais. A legislação apenas previa esse bem no aproveitamento produtivo dos recursos hídricos utilizado para a geração de energia elétrica. Nesse entendimento, o Código favorecia as atividades geradoras, desobrigando as empresas de energia elétrica da necessidade de considerar as interferências socioambientais ocasionadas pelos empreendimentos hidrelétricos como variável relevante de sua dinâmica decisória (CARNEIRO, 2000). Esse instrumento, portanto, não tinha como objetivo a preocupação com a responsabilidade socioambiental, mas, sim, um objetivo instrumental voltado para o desenvolvimento econômico.

Dois anos depois, já em 1936, surge a primeira associação de classe do setor de energia elétrica no país. Com o objetivo de congregar profissionais e companhias de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica do Brasil para promover o debate e buscar soluções para questões comuns do setor de energia elétrica, foi fundada a Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica (ABCE) (GOMES, 2005).

Em 1937, o presidente Getúlio Vargas, por meio de um novo golpe de estado continuísta, instituiu o Estado Novo, que foi caracterizado por um modelo autoritário, centralizador e nacionalista que revogou a Constituição Federal de 1934 e outorgou uma Carta que suprimiu os partidos políticos, dissolveu o Congresso Nacional e confirmou a autoridade suprema do presidente (GOMES, 2005; PINHEIRO, 2006).

Todas essas medidas influenciaram mais uma vez o setor elétrico, fortalecendo a nacionalização das concessionárias e a intervenção do Estado na economia. As medidas nacionalistas foram enfatizadas por meio da Constituição de 1937 que instituiu medidas que visavam reduzir a dependência externa, como é o caso da proibição das empresas estrangeiras de realizarem qualquer empreendimento hidráulico no país, determinando que o aproveitamento das

águas seria concedido exclusivamente a brasileiros ou empresas que tinham acionistas brasileiros (DIAS et al., 1988), criando, assim, condições para a expansão do mercado interno. Essa foi uma das medidas fundamentais para o início das empresas estatais de energia elétrica.

Nesse mesmo ano, sem grandes investimentos para a expansão da oferta de energia elétrica no país e com o crescimento da demanda por energia, provocado pelo crescimento industrial e urbanização, começou-se a visualizar uma situação de escassez de energia elétrica, o que levou o Governo, alguns anos depois, a investir em regiões deficitárias, onde as necessidades dos usuários não eram atendidas (LIMA, 1995).

No final de 1938 o Código das Águas foi adaptado às normas e objetivos da Constituição Federal de 1937, por meio de um decreto-lei. Já em 1939, com a finalidade de atuar em todos os assuntos relativos ao setor de energia elétrica foi constituído, por meio do Decreto-Lei nº 1.285, o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE), concebido por uma equipe de técnicos do Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE) que estava subordinado diretamente à presidência da República (GOMES, 2005; PINHEIRO, 2006). Com a criação desse Conselho todos os assuntos pertinentes ao desenvolvimento e organização do setor de energia elétrica saíram da responsabilidade do Serviço de Águas do Ministério da Agricultura (PINHEIRO, 2006).

Como podemos observar com a afirmação de Pinheiro (2006, p. 30) o CNAEE foi o principal ator público no processo de regulamentação do setor de energia elétrica a partir de 1939:

O CNAEE foi [...] o principal formulador de políticas públicas durante o Estado Novo – e encarregado de manter estatísticas, organizar os planos de interligação de usinas e sistemas elétricos, regulamentar o Código de Águas, examinar todas as questões tributárias referentes à indústria de energia elétrica e resolver, em última instância, as

discordâncias entre a administração pública e as concessionárias.

Após a sua criação o CNAEE ficou encarregado de uma medida importante que foi a administração do suprimento energético de todo o país. O setor no país passava por um momento delicado onde havia dificuldade na implantação da nova regulamentação, problemas com a importação de equipamentos e falta de disponibilidade de recursos externos devido à II Grande Guerra (GOMES; VIEIRA, 2009), além do aumento da demanda por energia, proveniente do crescimento econômico e populacional nos centros urbanos e uma diminuição da oferta, acarretada por uma diminuição dos investimentos das empresas estrangeiras no setor, devido à insegurança com relação ao Código das Águas (PINHEIRO, 2006). Essas questões, como salienta Carneiro (2000, p. 97) não somente estimulavam, mas abriam espaço às organizações de empresas públicas de eletricidade, resultando na formação do “esboço de um Estado empresário no setor”.

Essas questões também são salientadas por Gomes e Vieira (2009), os quais afirmam que a falta de investimentos das empresas concessionárias de energia elétrica, até então atuantes no Brasil face ao aumento da demanda por essa energia, provocado principalmente pelo estímulo ao desenvolvimento econômico, não possibilitou ao Governo outra opção senão conferir ao Estado a incumbência pelo desenvolvimento do setor elétrico, sob pena de comprometer o país, mesmo a União não tendo os recursos necessários para todo esse investimento.

Como o Governo Federal não dispunha de capital suficiente para realizar todo o investimento necessário no setor elétrico para suportar todo o desenvolvimento econômico, ele incentivou, a partir da década de 1940, a participação dos governos estaduais nos segmentos de geração e distribuição de energia elétrica, o que ocasionou a criação das primeiras companhias

concessionárias de energia elétrica estaduais e a instituição da primeira empresa de eletricidade do governo federal, que foi nomeada de Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf). Essa Companhia visava atender a região nordeste, por meio da construção de uma grande usina geradora de energia, situada em Paulo Afonso, no rio São Francisco (DIAS et al., 1988). A Chesf inaugurou um novo modelo de empresas no setor de energia elétrica, não somente pela participação do Estado, mas também por ser uma tendência para a construção de grandes usinas e a dissociação entre a geração e a distribuição de energia.

Esse novo contexto de incentivo à estatização do setor elétrico levou os estados a elaborarem planos de eletrificação para a implantação de concessionárias de energias estatais em suas regiões. O primeiro estado a se movimentar com relação às questões de energia elétrica foi o estado do Rio Grande do Sul, em 1943. O Estado elaborou um plano de eletrificação regional que previa, entre tantos outros objetivos, a reorganização do esquema de produção e distribuição de energia elétrica. Para elaboração e implementação do plano, estudo e sistematização da utilização do potencial hidroelétrico daquele Estado, o Governo Gaúcho instituiu a Comissão Estadual de Energia Elétrica (CEEE) (CABRAL; BRANDI; CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2000).

Desta forma, pode-se afirmar que o período compreendido entre os anos de 1930 a 1945 foram caracterizados pelo início da presença do Estado no setor de energia elétrica, por meio de maior regulamentação do setor e pelo estímulo à criação de concessionárias estatais para geração e distribuição de energia visando à aceleração do desenvolvimento econômico, uma vez que as empresas de capital estrangeiro não realizaram os investimentos necessários no setor, devido às incertezas políticas e legais existentes no país nesse período.

Mesmo diante dessas incertezas e de todo esse cenário de estímulo à nacionalização do setor, as empresas estrangeiras Light e Amforp continuavam a

exercer grande influência no setor e seus interesses prevaleciam sobre as demais organizações existentes (GOMES; VIEIRA, 2009). Isso acontecia porque essas empresas, mesmo de forma insatisfatória - já que não atendiam plenamente a demanda por energia elétrica - foram as que mais ampliaram a sua capacidade instalada seguidas de apenas duas empresas nacionais que foram a Companhia Luz e Força Santa Cruz (CLFSC) e a Sociedade Anônima Central Elétrica Rio Claro. Cabe destacar que as concessionárias de energia elétrica não realizaram todos os investimentos necessários para ampliação da geração de energia elétrica devido à II Grande Guerra, o que provocou alguns problemas como a impossibilidade de importação de equipamentos e a interrupção dos fluxos financeiros que só foram retomados após o seu término (CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2001).

Em 1945, com o fim da II Grande Guerra, uma série de mudanças ocorreu pelo mundo. Surgiu um clamor por uma nova ordem política que demandava pelo retorno às instituições democráticas e contribuiu para a derrocada do Estado Novo, destituindo Getúlio Vargas do poder e abrindo caminho para novas mudanças no setor de energia elétrica nos anos posteriores, aspectos que serão tratados a seguir.

5.3 O estado indutor do setor elétrico e o surgimento da empresa CEMIG: de 1946 a 1964

Após 1945 voltaram-se as discussões sobre a perspectiva do desenvolvimento econômico brasileiro, uma vez que a Guerra havia se encerrado decretando o fim das restrições econômicas e sinalizando para a volta da normalização do funcionamento do mercado mundial e uma retomada no fluxo de investimentos (PINHEIRO, 2006). Essas discussões ainda eram favorecidas por um novo contexto institucional, baseado na democracia que

estimulou a destituição de Getúlio Vargas do poder, trazendo modificações em todas as esferas.

Nesse novo cenário democratizado, havia algumas questões centrais que permeavam as discussões políticas e econômicas, as quais estavam pautadas na definição dos papéis da iniciativa privada, nacional e estrangeira, e do Governo com relação às transformações que deveriam ser realizadas para o desenvolvimento produtivo do país. Nas discussões dessas questões centrais surgiram duas correntes de pensamentos distintos que se alternaram no poder demarcando nas suas ações o seu posicionamento (SOUZA, 2002).

Essas correntes começaram a se defrontar já em 1946 na elaboração da nova Constituição Federal. Uma das correntes era desenvolvimentista e defendia a rápida industrialização, a intervenção completa do Estado na economia, nos setores de infraestrutura e nas atividades as quais o capital privado não tivesse interesse ou condições para atuar. Para essa corrente o desenvolvimento deveria ser construído sobre a liderança de empresas públicas (CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2001). A outra corrente era liberalista e defendia a participação mínima do Estado, a qual deveria atuar apenas como reguladora pautada nos princípios do liberalismo econômico era também contrária ao incentivo do Governo à indústria nacional, sendo favorável a entrada do capital estrangeiro e proclamava uma vocação essencialmente agrícola no país (CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2001).

O setor de energia elétrica também estava demarcado por essas duas correntes de posições divergentes. A corrente intervencionista (desenvolvimentista) era fortemente nacionalista e defendia o Código das Águas e a intervenção do Estado no setor, por meio da construção de grandes usinas hidrelétricas e a encampação das concessionárias estrangeiras que ainda monopolizavam o setor. Essa corrente atribuía às empresas estrangeiras a

responsabilidade pela não expansão das fontes geradoras, sendo que o grupo Light era o principal alvo dos intervencionistas que o acusava de não atender adequadamente os consumidores, já que o serviço prestado era de baixa qualidade e por aproveitar de privilégios monopolistas (CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2001).

A outra corrente denominada de privatista (ligados à corrente liberalista) criticava o Código das Águas, principalmente o custo histórico regulamentado nele e a rigidez no regime de tarifas fixadas na legislação. Para eles, a estagnação nos investimentos para ampliação da geração de energia elétrica era resultado das políticas impostas às empresas de capital estrangeiro (CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2001). Ainda, propunham a revisão desse Código e sua legislação complementar, principalmente a que fixava em no máximo 10% a remuneração do capital das empresas concessionárias e a adoção de tarifas realistas para estimular investimentos no setor, uma vez que o cenário apresentava altas taxas de inflação e uma política cambial desfavorável aos investimentos (PINHEIRO, 2006).

O primeiro presidente a assumir o poder após Vargas foi Eurico Gaspar Dutra. Em seu Governo houve poucos avanços no setor de energia elétrica, pois o Estado atuou apenas como regulador do setor (DIAS et al., 1988). A Constituição Nacional de 1946 também não trouxe grandes modificações para o setor de energia elétrica. A Nova Carta Constitucional apenas vinculou a situação legal das concessionárias à regulamentação do Código das Águas (LIMA, 1995), confirmando a política regulatória do novo Governo.

Apesar de poucos avanços no setor de energia elétrica, deve-se destacar a sanção do projeto de classificação de contas contábeis para as empresas de energia elétrica, elaborado pelo CNAEE (DIAS et al., 1988). Além disso, Dutra elaborou, em 1948, o Plano Salte (Saúde-Alimentação-Transporte-Energia), que foi considerado como a primeira tentativa de planejamento integrado do

desenvolvimento nacional promovida pelo Governo Federal (PINHEIRO, 2006). Por meio de diversas ações e obras públicas esse Plano tinha como objetivo resolver os estrangulamentos dos setores considerados vitais para o desenvolvimento do país. Segundo Pinheiro (2006) do total de investimentos previstos, 16% eram destinados ao setor de energia e, dentro desse montante, 52% era destinado ao subsetor de eletricidade, sendo que o maior aporte de capital foi destinado à Chesf para conclusão da usina de Paulo Afonso (PINHEIRO, 2006).

O ano de 1948 também foi marcado pela publicação do relatório da Missão *Cooke*. Essa missão técnica foi composta por americanos que vieram ao Brasil com o objetivo de planejar a mobilização econômica do país. Em seu relatório, essa equipe técnica constatou que as deficiências do setor de energia elétrica eram um dos principais entraves para o desenvolvimento do país e indicou uma política energética, a eletrificação ferroviária e a interligação de usinas, destacando, também, o grande potencial hidráulico do país e as vantagens da opção hidrelétrica, como metas prioritárias para o crescimento (PINHEIRO, 2006).

Mesmo com poucas mudanças no campo político, o setor de energia elétrica experimentou um grande crescimento nos anos 40. O período também foi marcado por um grande crescimento do setor de produção de produtos de consumo durável, como os eletrodomésticos, e dos setores de bens de capital e insumos básicos os quais foram estimulados pelo crescimento do setor elétrico. Esse aumento na venda de produtos que consumiam energia elétrica, o crescimento industrial e um acelerado crescimento dos centros urbanos, ocasionou um aumento significativo na demanda por energia elétrica, levando a um déficit no setor de geração de energia elétrica. Esse aumento da demanda e a baixa oferta levou o Governo a adotar políticas duras de racionamento de energia que duraram até a década de 1950 (GOMES, 2005; PINHEIRO, 2006).

Em 1951 Getúlio Vargas retorna à presidência do país trazendo uma reorientação da política econômico-financeira que visava o aumento ao estímulo do desenvolvimento do Brasil, por meio de uma forte industrialização. Para isso, realizou uma série de ações cujo objetivo era incrementar a produção de bens de consumo, ampliar o mercado interno e aumentar a renda nacional, mediante a intervenção do Estado na economia, nos setores de infraestrutura e na indústria de base (LIMA, 1995).

Como o governo era composto por duas posições ideológicas distintas e vislumbrando a inserção do país no contexto mundial, o presidente adotou duas frentes de ação distintas, uma de cunho nacionalista e estatista que estimulou a constituição de empresas estatais, como forma de superar os entraves ao desenvolvimento econômico e social, e; outra que era receptiva ao capital estrangeiro face à carência de recursos e tecnologias no país (GOMES, 2005; PINHEIRO, 2006).

Para viabilizar essas políticas o presidente criou, em 1950, a Comissão Mista Brasil–Estados Unidos de Desenvolvimento Econômico (CMBEU), cujo objetivo era elaborar projetos de desenvolvimento na área de infraestrutura e na especificação dos montantes a serem financiados pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) e pelo *Export and Import Bank* (Exibank) (LIMA, 1995). Cabe ressaltar que o principal mentor do Plano de Eletrificação de Minas Gerais, planejador e implementador da CEMIG foi convidado para participar dessa Comissão, facilitando assim, a aprovação de projetos no Estado, inclusive a liberação de recursos para a CEMIG (LOPES, 1991).

Em 1951 foi formada a Assessoria Econômica do Gabinete Civil da Presidência da República, órgão responsável pela implementação da maior parte das políticas nacionalistas do período. Seu objetivo era elaborar projetos para a

política nacional de energia, incluindo petróleo, carvão e energia elétrica, e fazer um balanço econômico do país e do governo anterior (PINHEIRO, 2006).

No ano seguinte, ou seja, em 1952, em contrapartida aos investimentos da CMBEU foi formada a agência de financiamento nacional, intitulada de Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), que tinha, dentre tantas outras finalidades, aportar recursos de capitais brasileiros em complemento ao dinheiro investido por aqueles bancos de fomento estrangeiros (LIMA, 1995), para financiar investimentos no setor de energia elétrica, incluindo a indústria de material elétrico pesado (PINHEIRO, 2006).

Nesse mesmo ano foi constituída a empresa estatal CEMIG, fruto de uma campanha de governo que enfatizou o binômio: energia e transporte. A finalidade da CEMIG era construir e explorar um sistema de produção, transformação, transmissão, distribuição e comercialização de energia para Minas Gerais, apoiando o seu desenvolvimento econômico. Até os dias atuais, a Empresa ainda é referência no setor de energia elétrica em todo o país (LOPES, 1991).

A construção da CEMIG foi impulsionada porque Minas Gerais possuía apenas pequenas usinas com pequeno potencial gerador, quase todas de caráter municipal e que não atendiam às necessidades de crescimento desejadas pelo então governador Juscelino Kubistchek (LOPES, 1991). O desenvolvimento econômico do Estado era necessário, pois o crescimento industrial era limitado e a realidade socioeconômica se resumia apenas às atividades agropecuárias. Apesar da grande quantidade de recursos naturais, Minas Gerais possuía uma imagem nacional de ter um fraco desempenho econômico (CEMIG, 1992). Atrelados a isso, como o período estava próximo das eleições presidenciais, era desejo do Governador lançar sua candidatura para Presidente e a construção de concessionária de energia pública estatal poderia favorecer a sua eleição

(LOPES, 1991). Ressalta-se que a CEMIG foi a primeira empresa de energia elétrica Estatal fundada no Brasil.

As primeiras providências práticas para a criação da Empresa emergiram de um bilhete encaminhado pelo Governador ao seu secretário de Obras Públicas, que é datado de 1951. Essa mensagem propunha a constituição de uma empresa elétrica no Estado que deveria ser capaz de assumir as tarefas de geração de energia, substituindo as pequenas geradoras municipais e regionais (CEMIG, 1992). O bilhete continha os seguintes dizeres:

O Sílvio Barbosa e o Júlio vão lhe falar sobre os planos que desejo por em execução no setor de energia elétrica. Para facilitar-lhe a organização e dar-lhe o caráter comercial que possibilite entendimentos com firmas financiadoras, precisamos estabelecer um “holding” que controle as atividades gerais das diversas centrais elétricas que pretendemos construir. Peço combinar com eles e assentar em definitivo as medidas (Juscelino Kubitschek, CEMIG, 1992, p. 9).

O programa inicial da CEMIG baseava-se no Plano de Eletrificação do Estado, elaborado no ano de 1950, cuja principal finalidade era o conhecimento do balanço energético do Estado, realizando levantamentos do consumo de energia (quanto e como se consumia), quais eram as fontes energéticas e suas possibilidades, etc.; além de analisar quais seriam os mercados consumidores no Estado e quais regiões poderiam industrializar-se. Desta forma, esse Plano caracterizou-se numa série de estudos técnicos globais sobre os potenciais e as demandas disponíveis e sobre o ritmo de construção das usinas necessárias (LOPES, 1991).

Cabe destacar que a área de concessão de Minas Gerais pertencia, em sua maioria, à Amforp. Coube, então, ao Governo uma manobra para a implantação de uma nova concessionária de energia elétrica. Ele redividiu todo o território do Estado, criando um novo município - Contagem, cuja fronteira

passava a sete quilômetros do centro da Capital. Esse novo município, pela localização, deixou de fazer parte da área da concessão da Amforp, que inclusive não questionou a instalação de uma nova concessionária já que não tinha capacidade para expandir o seu fornecimento de energia. Para atendimento dessa nova demanda construiu-se a usina de Gafanhoto em 1946, que posteriormente foi encampada pela CEMIG (LOPES, 1991).

Quando da sua criação, a CEMIG tinha como responsabilidade apenas a construção, administração e operação das usinas que estavam sendo construídas no Estado e, por isso, foi caracterizada como uma “fábrica de usinas”, já que sua preocupação era a geração de energia, e não a sua distribuição e transmissão (CEMIG, 1992, p. 40). Ainda em 1951 incorporou as ações do governo estadual da Companhia de Eletricidade do Alto Rio Doce (Ceard), da Companhia de Eletricidade do Médio Rio Doce (CEMRD), da Companhia de Eletricidade do Alto Rio Grande (Cearg) e da Central Elétrica do Piau, empresas criadas em 1951 para construir, respectivamente, as hidrelétricas de Salto Grande, Tronqueiras, Itutinga e Piau (LOPES, 1991). Ainda no ano de sua criação, a CEMIG atingiu o número de 42 usinas com capacidade total de 4,4 mil MW; 300 subestações e cerca de vinte mil quilômetros de linhas de transmissão e subtransmissão (CEMIG, 1992).

Ela foi instituída como um *holding* não apenas por questões técnicas, mas também por questões políticas, pois essa estrutura permitia que as questões relativas à Empresa fossem tratadas com muito mais facilidade e eficiência e permitia a participação de capital local dos consumidores. Além disso, essa estrutura impossibilitava a completa intervenção do Governo de Minas Gerais no setor elétrico, já que pulverizava a participação pública por meio da presença de várias empresas regionais e uma empresa central, coordenando os investimentos e a absorção de recursos para várias empresas regionais (CEMIG, 1992). Ela era uma empresa com características de uma sociedade de economia mista, tentando

operar dentro das regras da sociedade anônima privada, com um conselho fiscal, um conselho consultivo e várias diretorias executivas (LOPES, 1991). Destaca-se que parte do crescimento da CEMIG deveu-se a essa estrutura de *holding*, pois era necessário que qualquer empresa ou cidade que desejasse uma ligação de energia em Minas Gerais adquirisse ações da Companhia para o atendimento à solicitação, contribuindo, assim, para a construção de diversas subestações e garantindo os seus investimentos e a sua expansão (CEMIG, 1992).

A maioria dos projetos da Empresa foi financiada com recursos do Banco Mundial e do *Eximbank* e com financiamentos denominados *suppliers' credit* (crédito do fornecedor). Entre as obras financiadas pelo *suppliers' credit* destacou-se a compra de 50.000 kW de máquinas da *General Electric* para a usina de Salto Grande com *suppliers'* de cinco anos e o contrato inicial com a *Westinghouse*, empresa americana, para a construção da usina de Itutinga. Ainda destaca-se que o Banco Mundial concedeu um empréstimo de US\$ 7.300.000 para a construção da usina de Itutinga e o *Eximbank* concedeu um financiamento de US\$ 15.916.000 para Salto Grande do Santo Antônio (LOPES, 1991).

Retornando ao cenário nacional do setor de energia elétrica no Brasil, em 1953 o governo americano, por discordar das políticas governamentais de criação de empresas estatais, suspendeu as atividades da CMBEU, gerando uma série de desafios ao Estado brasileiro, que não dispunha de todos os recursos necessários para estimular o desenvolvimento do país (LIMA, 1995), impossibilitando o crescimento do setor e culminando, atrelados a outros motivos, num racionamento de energia elétrica nos anos posteriores.

No mesmo ano a Assessoria Econômica da Presidência começou analisar os entraves que impediam o desenvolvimento de atividades no setor de energia elétrica no país. Como resultado dessa pesquisa foram elaborados quatro projetos de lei que tratavam de diversos aspectos da questão energética. O primeiro projeto era de cunho fiscal e tinha como objetivo capitalizar as

empresas do setor elétrico, por meio da criação do Fundo Federal de Eletrificação (FEE) e do Imposto Único sobre Energia Elétrica (IUEE), que se destinavam à constituição do capital de empresas públicas. Esse Imposto Único era cobrado pela União sob a forma de imposto de consumo, sendo que do total arrecadado, 40% eram da União e os outros 60% eram dos estados e municípios, conforme já era previsto na Constituição Federal de 1946. Com relação ao FFE seus recursos vinham basicamente do IUEE (CABRAL; BRANDI; CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2000). Cabe ressaltar que a criação do FEE beneficiou a consolidação e expansão da empresa CEMIG no início de sua implantação, já que parte de seus investimentos foram provenientes desse recurso (LOPES, 1991).

O segundo projeto era de regulamentação da incumbência do BNDE de distribuir as quotas do IUEE pertencentes aos estados, Distrito Federal e municípios; sendo que a parcela de recursos recebida pelos estados e municípios deveria ser aplicada, em cada estado, por uma empresa pública criada especialmente para essa finalidade, o que estimulou a criação de empresas estatais. Os outros dois projetos de lei eram o Plano Nacional de Eletrificação e o Plano de criação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás, encaminhados, juntos, ao Congresso em abril de 1954. No Plano Nacional de Eletrificação o Governo pontuou o papel do Estado e das empresas privadas no setor de energia elétrica. O Estado seria responsável pelos investimentos na área de geração de energia, que exigiam mais aporte de capital e as empresas privadas seriam responsáveis pelos investimentos na área de distribuição, no qual os investimentos demandados eram em menor monta e de giro mais rápido (PINHEIRO, 2006).

O Plano Nacional de Eletrificação não foi aprovado no legislativo, mas as propostas apresentadas nele delinearam, posteriormente, a expansão do setor elétrico no país. Dentre essas proposições pode-se enfatizar: a interligação dos

sistemas elétricos, a unificação de frequências e a padronização de tensões de transmissão e distribuição. Por trás desse conjunto de medidas, ainda previa-se uma profunda reestruturação do setor, com a emergência do Estado não só como gerador de energia, mas também como agente participativo na produção e transmissão de energia elétrica (LOPES, 1991).

Com a morte de Vargas, em 1954, houve um conturbado período político que se encerrou com a posse de Juscelino Kubitschek em 1956 (GOMES; VIEIRA, 2009). Esse presidente conseguiu uma importante solução política para esse período marcado por duas correntes ideológicas distintas (SOUZA, 2002). Ele reservou ao Estado o papel de mediador entre as empresas públicas e as privadas (nacionais e internacionais), que era o chamado tripé desenvolvimentista, garantindo-lhe, assim, o exercício de funções produtivas, financeiras e de planejamento e permitiu a maciça entrada de capital estrangeiro para o financiamento do desenvolvimento, que ainda contava com recursos fiscais e subsídios cambiais.

O Governo de Juscelino Kubitschek também foi marcado por um acelerado desenvolvimento e uma clara intervenção do Estado na formulação e execução da política de energia elétrica no país. Como principais balizadores de sua política desenvolvimentista, o presidente priorizou os setores de energia, de transportes, a indústria de base, de alimentação e a educação. No caso do setor de energia elétrica investiu-se na construção de usinas hidrelétricas e preveniu-se, para evitar nova onda de racionamento, no aproveitamento do excedente de produção do carvão, no sul do País, para a geração de energia (CABRAL; BRANDI; CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2000; SOUZA, 2002).

Para regularizar as questões relativas ao financiamento das novas concessionárias estatais de energia elétrica, o Governo emitiu o Decreto nº 41.019 que regulamentava a prestação dos serviços de energia elétrica. A

estratégia do Decreto era a mesma do Plano Nacional de Eletrificação, ou seja, estabelecer o que competia às empresas públicas e às privadas. Nesse Decreto competiu às empresas públicas a geração e a transmissão da energia elétrica, expandindo, assim, a capacidade instalada do Brasil; enquanto às empresas privadas – nacionais e estrangeiras - competiam os serviços de distribuição de energia elétrica (SOUZA, 2002).

No ano seguinte à sua posse, para evitar uma crise energética de grandes proporções e propiciar infraestrutura básica ao desenvolvimento industrial, o Estado desenvolveu um amplo programa de investimentos em geração e transmissão de energia elétrica, criando empresas públicas para executá-las, principalmente nas regiões que tinham maior demanda de energia (CABRAL; BRANDI; CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2000; SOUZA, 2002), como é o caso da região Sudeste.

Dentro deste plano, com o objetivo de solucionar os problemas de abastecimento de energia de toda a região Sudeste, que era a mais industrializada do país, foi criada em 1957 a Central Elétrica de Furnas S.A. (Furnas). O programa inicial da empresa consistiu na construção da Usina Hidrelétrica de Furnas, que entrou em operação em 1963. Essa concessionária de energia elétrica inicialmente foi constituída pela empresa CEMIG, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo (DAE-SP) e pelos grupos Light e Amforp. Posteriormente, Furnas passou a ser uma subsidiária da Eletrobrás e, desta forma, o Governo Federal tornou-se o seu principal acionista (LOPES, 1991).

Ressalta-se que a construção de Furnas expandiu os projetos de concessão de energia da CEMIG. Antes da construção dessa usina, o objetivo da empresa era atender as demandas de desenvolvimento do Estado onde foi criada, e após essa construção passou a ter uma visão global, não somente focada no

Estado. Essa nova visão global foi a base para a criação do sistema interligado brasileiro de energia elétrica, que interligou todo o sistema da região Centro-Sul do Brasil (LOPES, 1991).

Ainda no ano de 1957 a Companhia Energética de Minas Gerais deu início à construção de sua maior usina geradora. A usina de Três Marias foi a primeira a ter uma barragem com usos múltiplos – gerar energia elétrica, proteger a região contra as cheias, regularizar o rio e favorecer a navegação, fornecer água para as cidades vizinhas e irrigar as lavouras. Ela foi considerada a maior barragem do Brasil e uma das maiores do mundo, com 520 kW de potência final, uma barragem de terra de 14 milhões de metros cúbicos, 60 metros de altura e aproximadamente três quilômetros de comprimento. A usina entrou em funcionamento somente no ano de 1962 (CEMIG, 1992).

Entre os anos de 1958 e 1960 diversos estados criaram empresas de energia elétrica e elaboraram seus planos de eletrificação. Nesse período destacam-se a criação da Cemar, no Maranhão; da Coelba, na Bahia; da Energipe, em Sergipe, e; da Ceal, em Alagoas (CABRAL; BRANDI; CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2000). Foram criadas também nos estados novas empresas pela fusão e/ou incorporação de inúmeras concessionárias privadas e municipais espalhadas no seu território, como é caso da Copel, Celesc, Ceee, Cesp, etc. Essas empresas foram implementadas após determinação de que os recursos do IUEE só seriam repassados se o CNAEE aprovasse os planos estaduais de eletrificação (SOUZA, 2002).

Para a CEMIG, o final dos anos 50 foi marcado pela diversificação da sua atuação, aumentando significativamente sua participação na distribuição de energia a mais localidades em Minas Gerais e passou, assim, a influenciar significativamente no desenvolvimento da região. Várias concessionárias de energia regionais e municipais existentes, que tinham seu sistema de distribuição deteriorado, foram incorporadas e substituídas pela Empresa. Aumentou-se

também o número de consumidores, tanto industriais, quanto residenciais, que passaram a ser atendidos pela Organização. Nesse período a CEMIG atendeu aproximadamente 80 mil consumidores em 61 cidades do Estado (CEMIG, 1992). Nesse período a empresa também começou a se engajar em algumas causas sociais, como a criação de um programa habitacional para seus empregados; a inauguração de uma escola de formação e aperfeiçoamento profissional, e; a criação de um instituto de desenvolvimento industrial.

No contexto nacional, esse período também foi marcado pela construção de grandes plantas geradoras de energia elétrica, com projetos de construção que envolviam grandes barragens e acumulação de grandes volumes de água. A construção dessas novas usinas trouxe grandes problemas ambientais e sociais, pois os danos patrimoniais ocasionados pelas usinas foram multiplicados e ampliou significativamente o conjunto populacional afetado (CARNEIRO, 2000). Dentre esses danos pode-se citar: inundação de grandes regiões que muitas vezes, possuíam cidades, vilas, etc.; modificação da fauna e flora nativas; extinção de algumas espécies animais e vegetais; conflitos relacionados ao uso da terra e dos recursos naturais; entre outros. Mesmo com o aumento da amplitude dos debates das questões socioambientais, observados em todo o mundo nesse período, não foi criado nenhum instrumento legal para extinguir, ou pelo menos diminuir, os danos ambientais e sociais gerados pela expansão do setor de energia elétrica.

Esse fato ocorreu porque o aprimoramento do arcabouço jurídico não ocorre de forma espontânea (CARNEIRO, 2000). Para que haja a criação de uma legislação é necessário que a sociedade e principalmente o governo percebam a questão como parte dos interesses relevantes para todos, o que não ocorreu com as questões socioambientais nessa época. Nesse momento, os interesses econômicos sobrepuseram aos interesses socioambientais

(CARNEIRO, 2000), e mais uma vez os impactos ambientais gerados por esse setor foram esquecidos.

Sem nenhum aparato legal para regulamentação da questão, coube apenas às concessionárias de energia elétrica, responsáveis pelos danos, ressarcir ou não a comunidade e o meio ambiente, o que na maioria das vezes não acontecia, pois ainda prevalecia a lógica capitalista de minimização do custo de implantação do empreendimento (CARNEIRO, 2000).

No ano de 1960 devido a forte demanda por energia elétrica, por causa das exigências de consumo de novos setores industriais e de um acelerado processo de urbanização, foi criado por meio da Lei nº. 3.782, o Ministério das Minas e Energia (MME) com a finalidade de assumir a coordenação do setor de energia elétrica e para a realização de estudos e supervisão de todos os assuntos relativos à produção mineral e à energia do país. O MME incorporou o CNAEE, a antiga Divisão de Águas do Ministério da Agricultura, a Chesf e Furnas (CABRAL; BRANDI; CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2000; SOUZA, 2002).

O período ainda estava marcado por um aumento significativo do número de concessionárias de energia elétrica. Diante desse cenário de efervescência do setor elétrico no país foi criada, pela Lei nº 3.890-A, a Eletrobrás, que foi fundada em 1962 e significou profundas mudanças no setor de energia elétrica no país, por meio da sistematização e centralização do planejamento das questões relativas ao setor (GOMES, 2005; PINHEIRO, 2006). O objetivo dessa estatal era executar os empreendimentos previstos no Plano Nacional de Eletrificação de responsabilidade do governo federal, ou seja, realizar estudos e projetos, a construção e operação de usinas e linhas de transmissão e a implantação da indústria de material elétrico, em associação ou não com o capital privado, nacional ou estrangeiro (PINHEIRO, 2006); e coordenar e financiar investimentos públicos no setor (SOUZA, 2002).

A Eletrobrás iniciou suas atividades controlando quatro empresas subsidiárias: Chesf, Furnas, Companhia Hidrelétrica do Vale do Paraíba (Chevap) e a Termelétrica de Charqueadas (Termochar), já que podia atuar diretamente nos empreendimentos de geração de energia elétrica. Ainda em 1962 foram garantidos à Eletrobrás os recursos necessários para financiamento e expansão do setor de energia elétrica, possibilitando à Empresa o controle acionário de diversas concessionárias de energia. Desta forma, funcionando como núcleo de um conjunto de empresas subsidiárias e associadas, a Eletrobrás iniciou um processo que consolidou seu papel de controladora e principal agente financeiro do setor no país (CABRAL; MALTA; CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2002).

No que tange à CEMIG nesse momento, assim como as outras estatais do setor elétrico, deu continuidade ao plano de expansão. Para isso, em 1962, firmou um contrato com o consórcio Canambra para a realização de estudos de avaliação do potencial hidráulico do Estado sede e de parte do estado de Goiás, que resultou, entre outros, na recomendação de um rol de empreendimentos, dentre os quais se destacou a Usina Hidrelétrica Jaguará, cuja construção foi iniciada pela empresa em 1966 (LOPES, 1991). Cabe destacar, que desse período até os anos de 1980, a CEMIG incorporou diversas outras concessionárias de energia, passando de quatro para dez subsidiárias. As empresas incorporadas nessa década pela Empresa foram: a Companhia Sul Mineira de Eletricidade (CSME), a Empresa Luz e Força Ituiutabana (Elfisa), a Companhia Luz e Força de Minas Gerais (CLFMG), a Companhia Mineira de Eletricidade (CME), a Eletrificação Rural de Minas Gerais (Ermig) e os bens da Companhia Prada de Eletricidade no Estado (LOPES, 1991).

Ressalta-se que a criação da Ermig estava associada a um projeto da CEMIG para implementação da eletrificação rural em Minas Gerais. Esse projeto era considerado um desafio para a empresa por diversas questões, tais

como: inexistência de experiência anterior nessa área, realidade rural do Estado diversificada, abrangendo uma economia de subsistência e explorações comerciais, não comportando, assim, a adoção de medidas padronizadas, e; baixo consumo e limitado número de consumidores por quilômetro quadrado na zona rural. Essas situações levaram à criação dessa segunda empresa, que atuou em conjunto com cooperativas de eletrificação rural, desempenhando um papel importante no desenvolvimento agrícola do Estado (CEMIG, 1992).

No cenário nacional, o golpe militar de 1964 que depôs o presidente João Goulart permitiu o ciclo dos governos militares no país que deflagraram grandes transformações políticas, econômicas e sociais no país, afetando novamente o setor de energia elétrica (GOMES, 2005). Esse novo regime, pautado fortemente no autoritarismo, estimulou o papel da Eletrobrás como planejadora e financiadora do setor de energia elétrica e a transformou em um *holding* de empresas federais do setor elétrico, culminando com a aquisição, em 1964, de todas as concessionárias da Amforp. Cabe destacar que posteriormente as empresas que pertenciam à Amforp e atuavam no âmbito estadual passaram para os controles de seus respectivos governos estaduais (CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2001; CABRAL; MALTA; CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2002).

Nesse mesmo ano a CEMIG continuou com seu plano de expansão, realizando grandes investimentos na expansão de seu sistema de distribuição. O número de consumidores com essa ação chegou a 157 mil, distribuídos em 187 localidades, ou seja, o número de consumidores atendidos pela empresa quase dobrou em pouco mais de uma década (CEMIG, 1992). Nesse mesmo ano, a CEMIG elaborou o plano de eletrificação dos municípios o qual previa o aproveitamento da capacidade das usinas, das linhas de transmissão e das subestações já construídas para distribuir energia para mais 120 cidades (CEMIG, 1992).

De um modo geral pode-se afirmar que esse período foi marcado pelo forte incentivo ao desenvolvimento econômico, amparado principalmente pelas ações do Estado, com a criação de empresas estatais para induzir e sustentar o crescimento, e pelo capital externo para subsidiar o aporte financeiro necessário para sustentar esse crescimento. Mesmo marcado por duas correntes ideológicas distintas, uma nacionalista e estatista e outra privatista e não intervencionista, o setor de energia elétrica expandiu consideravelmente e passou também por uma radical alteração no seu perfil: de uma dominação e forte presença de empresas estrangeiras para uma forte presença de empresas estatais.

Essa afirmativa pode ser comprovada com o expressivo percentual de crescimento do setor elétrico nessa época. As empresas estatais e federais de geração de energia elétrica entre as décadas de 1950 e 1960 passaram de 6,80% para 31,30%, enquanto os investimentos estrangeiros caíram, no mesmo período, de 82,40% para 55,20% (CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2001).

5.4 Da consolidação do modelo estatal à crise do setor elétrico: de 1965 à 1980

Em consequência da grande disponibilidade de recursos externos devido à política de realismo tarifário, o período militar que se instaurou após o golpe militar de 1964 ampliou a participação do Estado no setor de energia elétrica, por meio das empresas estatais, que se tornaram os principais mecanismos do desenvolvimento econômico do Brasil (GOMES; VIEIRA, 2009).

Como já mencionado, já a partir de 1964 a Eletrobrás foi consolidada como planejadora e coordenadora do setor de energia elétrica e também transformada em *holding* de empresas federais e regionais, executoras de políticas de energia elétrica (SOUZA, 2002). Ela era composta por seis empresas subsidiárias, sendo quatro regionais (Chesf, Furnas, Eletrosul e Eletronorte) e

duas distribuidoras (Light – que atuava no Rio de Janeiro, e; Escelsa – que atuava no Espírito Santo) (PINHEIRO, 2006).

No ano de 1965, após um ano de governo, observou-se um considerável aumento da estatização e nacionalização do setor de energia elétrica. Essa situação foi possível devido à instauração do Ato Institucional nº 2 que extinguiu os partidos políticos, por meio do qual o Estado obteve o controle da capacidade geradora de energia elétrica do país, não apenas pela aquisição das empresas estrangeiras, mas também pelo crescimento da capacidade instalada das concessionárias públicas (PINHEIRO, 2006).

Ainda nesse mesmo ano de 1965 a Divisão das Águas do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM) transformou-se em Departamento Nacional das Águas e Energia (DNAE), iniciando, assim, o processo de consolidação da estrutura básica do setor elétrico, por meio da regulação setorial. Essa estrutura tinha em seu centro a Eletrobrás, como executora das ações e o Ministério de Minas e Energia, como planejador, e exerciam as funções normativas e fiscalizadoras dos serviços de energia elétrica, além de serem responsáveis pelos serviços de outorga de concessão para os aproveitamentos hídricos e demais serviços de eletricidade, incorporando as atribuições do CNAEE, que foi extinto alguns anos depois, em 1968 (LIMA, 1995; CABRAL; BRANDI; CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2000; PINHEIRO, 2006). Desta forma, o MME e a Eletrobrás assumiram os papéis de executor e formulador das políticas para o setor elétrico (SOUZA, 2002).

Nesse período o setor de energia elétrica no Brasil era constituído por 60 empresas concessionárias de energia elétrica, sendo seis federais, 27 estaduais e 27 privadas, desta forma, o Governo brasileiro detinha a maior parte das empresas do setor no país (PINHEIRO, 2006). Das seis concessionárias federais, quatro eram responsáveis pela transmissão e geração de energia elétrica em

diferentes regiões do país, tais como: Furnas com atuação no Sudeste e Centro-Oeste; Eletrosul com atuação na região Sul; Chesf com atuação no Nordeste, e; Eletronorte com atuação no setor Norte (PINHEIRO, 2006).

O governo federal começou a investir maciçamente na construção de grandes usinas de energia elétrica, beneficiando, assim, não só o setor de energia elétrica, mas também outros setores, como é o caso das empresas de engenharias que participavam das obras de construção de grandes aproveitamentos elétricos e das empresas fabricantes de bens de consumo duráveis, como é o caso dos eletrodomésticos (GOMES, 2005).

Cabe destacar que no início do ano de 1967 foi aprovada uma nova Constituição Federal que com relação ao setor elétrico levou ao esvaziamento dos fundos de eletrificação, nomeadamente FFE (LIMA, 1995; CABRAL; BRANDI; CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2000). Nesse mesmo ano foi fundada a Diretoria de Planejamento e Engenharia que era responsável pelas questões relativas ao meio ambiente (PINHEIRO, 2006). A partir desse momento começava-se a definição de uma legislação ambiental e de um aparato burocrático para lidar com essa questão. Com esse novo aparato legal as empresas de energia elétrica, ao construir novos empreendimentos, precisavam avaliar não somente a viabilidade econômico-financeira, mas também a sua viabilidade sociopolítica e ambiental (CANEIRO, 2000).

As concessionárias de energia, com essas medidas, passaram a adotar medidas indenizatórias ou compensatórias mais próximas aos anseios dos segmentos sociais, atingidos pelos empreendimentos (CARNEIRO, 2000), porém o que se percebeu por meio dessa ação não foi o crescimento de uma consciência ambiental e social no setor de energia elétrica, mas a prevalência de uma lógica de mercado, onde os custos ambientais poderiam inviabilizar economicamente o negócio.

Com o objetivo de cobrir eventuais indenizações em caso de encampação de serviços ou de empréstimos a concessionárias, para expansão de seus serviços, foi criado em 1971, pelo Governo, a Reserva Global de Reversão (RGR). Nesse sistema, as empresas concessionárias de energia repassavam à Eletrobrás três por cento de seu investimento remunerado para criar um fundo federal administrado pela Eletrobrás. Em contrapartida a essa nova tarifa o Governo reduziu o imposto de renda pago pelas empresas de energia (LIMA, 1995; CABRAL; BRANDI; CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2000).

Com a crise do petróleo em 1973, o Governo tentou reduzir a importação dessa matéria prima, já que tinha custo muito elevado e, com isso, resolveu investir em programas hidrelétricos, com a realização de grandes obras como é o caso da Usina Nuclear Angra I, em Angra dos Reis, no estado do Rio de Janeiro, que começou a operar comercialmente somente em 1985 (LIMA, 1995; CABRAL; BRANDI; CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2000). Além disso, o governo passou a subsidiar com tarifas reduzidas a implantação de indústrias eletrointensivas que substituíam o consumo de combustível por eletricidade nos processos industriais, o que obrigou o setor de energia elétrica a investir em novas plantas, maiores e mais distantes dos locais de grande consumo, elevando os custos de operação e investimentos setoriais, ações essas que levaram aos problemas nos padrões de financiamento do setor de energia elétrica a partir da década de 1980.

Além da construção da primeira usina nuclear, no início de 1973, o Brasil e o Paraguai assinaram um tratado bilateral para a construção da usina hidrelétrica de Itaipu, que foi considerada uma das maiores usinas geradoras de energia do mundo, e estaria situada no rio Paraná, município de Foz do Iguaçu, na fronteira entre os dois países. A usina de Itaipu foi inaugurada apenas em 1984 e teve a conclusão da instalação de todas as suas máquinas no ano de 1991,

atingindo uma capacidade instalada de 12.600 MW e contribuindo com cerca de 25% do total de energia elétrica consumida no Brasil. Essa concessionária pertence aos dois países em partes iguais, sendo que a parte brasileira era da Eletrobrás e a parte paraguaia da estatal Ande. O tratado assinado pelos dois países concedia o direito à aquisição, para seu consumo, de energia que não fosse utilizada pelo outro, o que significou, na prática, que quase toda a potência instalada ficava à disposição do Brasil (LIMA, 1995; CABRAL; BRANDI; CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2000; CABRAL; MALTA; CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2002).

A construção de uma usina de tão grande porte no país levou à promulgação da Lei de Itaipu, em meados de 1973, que dentre tantas outras ações impunha a compra de energia elétrica gerada por Itaipu pelas empresas Furnas e Eletrosul, já que ambas também eram da Eletrobrás, além de acentuar as funções da Eletrobrás como agência coordenadora do planejamento e da operação do sistema elétrico brasileiro (LIMA, 1995; CABRAL; BRANDI; CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2000; CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2001). Essa lei também regulamentou a operação interligada dentro do sistema elétrico, sendo a Eletrobrás a responsável por essa coordenação, o que trouxe muitos benefícios econômicos para o sistema hidroelétrico no país. Essa operação interligada promovia, dentre outras medidas, o intercâmbio de energias entre regiões, que assumiam o papel de receptoras ou de fornecedoras de energia, dependendo, respectivamente, dos períodos de estiagem ou de chuvas intensas (LIMA, 1995; CABRAL; BRANDI; CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2000; CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2001).

Com relação à CEMIG, em 1973 ela incorporou a Companhia Força e Luz, que já atendia aproximadamente 230 mil consumidores e possuía uma rede de energia subterrânea considerada a mais moderna do país. Essa aquisição possibilitou à Empresa atuar também no campo da distribuição de energia elétrica, tornando-se, assim, uma concessionária de energia integrada atuando nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica (CEMIG, 1992). Nesse período a organização também construiu e inaugurou grandes usinas hidrelétricas, expandindo sua capacidade de geração de energia. Uma única hidrelétrica, inaugurada nesse período, foi capaz de gerar mais energia do que todas as outras usinas de energia que a CEMIG detinha até o momento, conforme citou João Camilo Penna³, seu presidente à época: “São Simão, sozinha era maior que a Empresa CEMIG toda.” (CEMIG, 2013).

A organização também começou a investir em usinas termelétricas como alternativa para geração de energia em períodos de seca.

Retornando ao cenário nacional, no ano de 1974 com o objetivo de sustentar uma política de igualdade de tratamento aos consumidores de energia elétrica do país, o Governo instituiu a equalização tarifária. Essa medida determinou que as empresas que dispusessem de energia de origem hidráulica subsidiassem as empresas que usassem carvão ou óleo como combustível, já que a energia elétrica tinha um valor menor. Para atingir esse objetivo, no ano

³ João Camilo Penna é engenheiro civil. Atuou como Engenheiro de obras na Companhia Vale do Rio Doce – CVRD de 1949 a 1951, Engenheiro de Planos Projetos e Obras na CEMIG, de 1951 a 1961, Diretor Técnico da CEMIG, de 1961 a 1967. Presidente da CEMIG, de 1967 a 1975. Exerceu o cargo de Secretário de Estado da Fazenda de Minas Gerais, de 1975 a 1979. Foi Ministro de Estado da Indústria e Comércio do Brasil de 1979 a 1984. Presidente de Furnas Centrais Elétricas, de 1985 a 1989. De 1984 a 1992 foi Membro do Conselho de Administração da Itaipu Binacional. Membro da Comissão de Ética da Presidência da República, de 2000 a 2005 e do Conselho de Ética pública do Governo de Minas Gerais entre 2004 e 2005. Atualmente é membro do Conselho de Administração da Cemig.

Disponível em

<http://cemig.infoinvest.com.br/static/ptb/diretoria_conselheiros.asp?idioma=ptb#27>.

Acesso em 25 nov. 2013.

posterior, foi criada a Reserva Global de Garantia (RGG) para o qual as empresas concessionárias de energia elétrica deviam contribuir com dois por cento sobre seu patrimônio imobilizado (LIMA, 1995; CABRAL; BRANDI; CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2000; CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2001). Essa nova tarifação gerou reações contrárias dos estados que possuíam empresas concessionárias de energia superavitárias, uma vez que as empresas de distribuição rentáveis deveriam ceder parte de seus lucros para as empresas deficitárias (GOMES; VIEIRA, 2009).

O Governo, nessa época, também estava interessado em desenvolver tecnologicamente o setor de energia elétrica, já que ele impactava diretamente no crescimento do país. Para isso, criou em 1974 o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel) que contava com a participação de diversas concessionárias e, assim como os outros órgãos do Governo relacionados à energia elétrica, era controlado pela Eletrobrás e tinha como principal objetivo desenvolver uma tecnologia nacional a ser implementada nas empresas de energia elétrica (CABRAL; BRANDI; CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2000; CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2001).

No ano seguinte, em 1975, com a finalidade de aumentar a geração de energia elétrica no país, sobretudo no Sudeste, e evitar o racionamento de energia observado nas décadas anteriores, o Estado assinou um acordo de cooperação com a Alemanha para a construção de oito usinas nucleares no país, uma vez que os mananciais hidráulicos já estavam se esgotando. Essas usinas deveriam ser construídas até 1990 (CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2000).

Em 1976 foi instituída a Coordenação Geral da Presidência, que tinha como objetivo prestar assessoria direta ao presidente e coordenar a execução do

Orçamento Plurianual de Investimentos do Setor Elétrico. Dentro dessa Coordenação foi criado o Sistema de Informações Estatísticas do Setor de Energia Elétrica (Siese) (PINHEIRO, 2006).

A partir de 1979 o governo avançou definitivamente na nacionalização do setor de energia elétrica no país, ao realizar a aquisição do grupo Light pela Eletrobrás. Assim, o Governo consolidou o seu crescimento na distribuição, transmissão e geração de energia elétrica no país, restringindo a presença do capital privado apenas a pequenas empresas (CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2000).

No final do mesmo ano, uma nova crise do Petróleo desvalorizou seriamente a moeda brasileira e elevou a taxa de juros no mercado internacional, ocasionando sérias consequências ao país, já que grande parte dos investimentos para o desenvolvimento de diversos setores no Brasil, inclusive do setor de energia elétrica, eram financiados com capital externo. Para enfrentar essa crise, o Governo criou, nesse mesmo ano, a Secretaria de Controle das Estatais (Sest), vinculada à Secretaria do Planejamento e com o objetivo de enquadrar as empresas estatais que estavam em crise no programa econômico do Governo Federal. Assim, essas empresas teriam que submeter suas diretrizes econômico-financeiras, seus programas de expansão e suas políticas salariais ao governo central, diminuindo, assim, sua autonomia e consequentemente a das empresas federais de energia elétrica (LIMA, 1995).

Cabe destacar que na década de 1970 o Governo brasileiro, influenciado pelo aumento das discussões ambientais em todo o mundo e pela exigência das agências internacionais para liberação de financiamentos, voltou sua atenção para as questões ambientais no setor de energia elétrica. A partir desse momento, a construção de todas as usinas no Brasil teve que ser precedida pelos estudos de impacto ambiental. Mesmo com essa exigência, o marco legal para tratamento das questões ambientais no setor de energia elétrica foi promulgado apenas em

1981, por meio da Lei nº 6.938, que estabeleceu as diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente, obrigando as empresas de energia elaborar os estudos de impacto ambiental para conseguir a licença para execução de novos empreendimentos (CABRAL; BRANDI; CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2000; CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2001). Mesmo com a consolidação desse aparato legal, a observação das questões ambientais ainda não tinha se consolidado e grande parte das ações no setor eram observadas apenas para a captação de recursos externos. Desta forma, ainda não havia uma verdadeira preocupação com os impactos ambientais ocasionados pela implantação das usinas hidrelétricas.

Apesar dessa questão não ser debatida na maioria das concessionárias de energia elétrica no país, a empresa CEMIG iniciou algumas ações ambientais ainda na década de 1970. Em 1974 criou a estação de Hidrobiologia e Piscicultura de Volta Grande com o objetivo de estudar espécie de peixes e plantas aquáticas que tinham a capacidade de sobreviver nos rios em que as hidrelétricas são instaladas (CEMIG, 1992). A preocupação com o meio ambiente pode ser observada na fala de Guy Maria Villela Paschoal⁴, um dos seus ex-presidentes, com relação a esse projeto:

Uma barragem não deixa de forma alguma de alterar o meio ambiente natural de um rio. Então, nós procuramos, por meio de um programa que começou com a Estação de Hidrobiologia e Piscicultura de Volta Grande, estudar espécies que pudessem conviver com as novas situações. (CEMIG, 2013).

⁴ Guy Maria Villela Paschoal é engenheiro mecânico. Atuou 28 anos na CEMIG. Foi presidente da Companhia Energética de Minas Gerais entre os anos de 1985 a 1986. Disponível em <http://cemig.infoinvest.com.br/static/ptb/diretoria_conselheiros.asp?idioma=ptb#27>. Acesso em 25 nov. 2013.

A Companhia, também no final dessa década, realizou uma ação denominada “Arca de Noé”, cujo objetivo foi a preservação do equilíbrio ecológico da área inundada com a construção de sua maior usina hidrelétrica, assim como o salvamento do maior número possível de animais. É interessante observar que essa preocupação ambiental surgiu justamente em uma época em que a preocupação com as questões ambientais estavam em ascensão em todo o mundo.

Entre as décadas de 1970 e 1980 o Governo realizou um grande montante de investimentos no setor elétrico levando a capacidade instalada de energia elétrica no país a quase dobrar, ultrapassando 31.000 MW, registrando um crescimento anual de 10% nesse período (CABRAL; BRANDI; CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2000). Esse crescimento permitiu a constituição de um setor sofisticado; centralizado no que dizia a respeito de planejamento da operação e no subsídio de recursos para investimentos; eficiente, de acordo com a política vigente, e; de dimensões continentais já que serviu de modelo para outros países, por possuir uma dinâmica única e efetiva (PINHEIRO, 2006).

Ainda, segundo a autora, baseado nos estudos de Rosa, Tolmansquim e Pires (1998), muitas variáveis influenciaram esse contexto favorável entre as décadas de 1960 e 1980 para o setor elétrico, dentre os quais se podem citar: disponibilidade de capital externo a juros pequenos; políticas tributárias favoráveis às empresas do setor; instrumentos tributários de financiamento setorial, como o Imposto Único de Energia Elétrica (IUÉE) e o Empréstimo Compulsório (EC); demanda por energia elétrica crescente e; disponibilidade de recursos hidrelétricos de baixo custo e próximos aos centros de carga.

De um modo geral, pode-se caracterizar esse período por uma ampla intervenção do Estado no setor de energia elétrica, assim como nos anos anteriores, e o estabelecimento de um setor amplamente eficiente, de nível

internacional e que induziu o desenvolvimento de outros setores da economia como é o caso das construtoras e empresas de engenharia, fabricantes de bens duráveis, fornecedores de combustíveis, entre outras (SOUZA, 2002).

Esse crescimento teve seu ápice em 1979, passando a entrar em declínio devido a diversos fatores atrelados principalmente aos problemas de financiamento de sua expansão; a legislação casuística para atender interesses pontuais, subsídios a setores eletrointensivos, achatamento e uniformização tarifária (subsídios cruzados), inadimplência generalizada, entre outros (SOUZA, 2002) que desestabilizaram a indústria de energia elétrica a partir da década de 1980.

5.5 Da crise à privatização: de 1980 até os dias atuais

O grande desenvolvimento experimentado pelo setor de energia elétrica, que atingiu seu ápice no final dos anos 70, não foi observado nos anos seguintes, em consequência de uma série de fatores políticos e econômicos que resultaram num déficit da capacidade instalada e na forte privatização do setor nos anos de 1990. Entre esses fatores podem-se citar o forte endividamento das concessionárias de energia; as políticas governamentais anti-inflacionárias e a tarifa equalizada.

O crescimento das empresas de energia elétrica a partir dos anos 50 foi fortemente impulsionado por empréstimos internacionais, aumentando consideravelmente o endividamento das empresas de energia elétrica e criando um estrangulamento do setor no final dos anos de 1970, com o aumento do valor dos juros pagos. Além disso, as tarifas de energia elétrica nesse período eram utilizadas como instrumento de políticas anti-inflacionárias, mantidas abaixo dos índices de inflação, o que ocasionou na perda do valor real da tarifa contribuindo para diminuir o valor das receitas e dos impostos setoriais, colaborando, assim,

para a descapitalização das empresas de energia elétrica (GOMES; VIEIRA, 2009).

Essa medida e a uniformização das tarifas em nível nacional promulgada pela Lei nº 1.849 de 1981, que funcionava transferindo recursos das empresas superavitárias para aquelas que tinham prejuízos, fizeram com que muitas empresas deixassem de investir em seu crescimento, provocando uma queda de autofinanciamento do setor (SOUZA, 2002; GOMES, 2005; PINHEIRO, 2006). As concessionárias de energia elétrica além de ficarem descapitalizadas por essas questões, ainda foram obrigadas, pelo Governo, a destinar parte de seus recursos para pagamento da dívida externa do país (GOMES, 2005).

A situação do setor de energia elétrica no país se agravou ainda mais no final de 1982, quando o México decretou moratória e deu início à crise de liquidez do mercado financeiro internacional, com grande elevação da taxa de juros internacionais, impactando fortemente no Brasil, levando a uma severa crise fiscal, estagnação econômica e alta da inflação. Essa situação findou as possibilidades de aquisição de mais recursos pelos países devedores, interrompendo o padrão de financiamento adotado pelo Brasil nos anos anteriores (PINHEIRO, 2006). A crise fiscal reduziu absurdamente a capacidade de os governos estaduais e federal financiarem o setor, assim as concessionárias de energia não podiam contar nem com recursos externos e nem com os recursos internos reduzindo drasticamente os investimentos no setor (PINHEIRO, 2006). Como aponta Pinheiro (2006) em meados dos anos de 1970, 78% das fontes de recursos destinavam-se a investimentos, já no final dos anos 80 apenas 26% dos recursos eram destinados aos investimentos sendo o restante aplicado para o pagamento de compromissos com terceiros.

Em 1984, com a crise do setor, a CEMIG por meio da Lei Estadual nº 8.655 transformou-se em companhia energética, passando a explorar outras fontes de energia, além da hidráulica. Essa mudança foi justificada pela grande

expansão das suas atividades e sua atuação em todos os campos de energia que compreendiam a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica (CEMIG, 1992). Nesse período, a distribuição acionária da Empresa era a seguinte: 64,45% pertencentes ao Governo do Estado; 7,32% pertenciam a Eletrobrás, e; 27,72% estavam distribuídos entre mais de 110 mil acionistas particulares (CEMIG, 1992).

Cabe salientar que no ano de 1984, com o objetivo de defender a disponibilidade e a qualidade da energia distribuída no país, foi criada a Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia (Abrace), que reunia grandes empresas consumidoras, cujo consumo total de energia elétrica correspondia a 20% da energia elétrica produzida no país (GOMES, 2005).

O cenário ainda era marcado por uma nova crise do Petróleo que levou o Governo a estimular programas de redução de energia. Assim, a CEMIG iniciou a divulgação de técnicas para o uso racional da energia, para reduzir o desperdício de energia e iniciou pesquisas para o uso de energias alternativas, orientando os consumidores sobre a substituição do petróleo por eletricidade ou outras fontes energéticas (CEMIG, 1992). A partir, de 1985, com a implantação, pelo governo federal, do Programa Nacional de Conservação de Energia (Procel), a Empresa iniciou a coordenação de diversos diagnósticos energéticos e estudos de otimização de energia, também desenvolveu máquinas e equipamentos mais econômicos (CEMIG, 1992).

Esse contexto de crise econômica levou a Eletrobrás a adiar um grande número de investimentos no setor de energia elétrica. O colapso no abastecimento de energia só não ocorreu devido aos investimentos realizados nos anos anteriores e, principalmente, pelo início de operação comercial de várias usinas hidrelétricas, como Itaipu e Tucuruí, bem como pela interligação elétrica entre as regiões Sul e Sudeste e as regiões Norte e Nordeste (CABRAL;

BRANDI; CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2000; CABRAL; MALTA; CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2002).

As políticas governamentais, a falta de financiamentos externos e a falta de investimento no setor foram como já mencionadas primordiais para o enfraquecimento do setor. Para recuperá-lo, com soluções internas, as concessionárias de energia elétrica, supervisionadas pelo Ministério de Minas e Energia e coordenadas pela Eletrobrás se reuniram em 1987 para discutir sobre os problemas que o setor elétrico enfrentava e encontrar uma solução consensual para estabelecer novas regras de relacionamento (SOUZA, 2002; GOMES, 2005). Esse fórum de discussões foi denominado de Revisão Institucional do Setor (Revise) e teve como finalidade promover a análise geral da situação que se encontrava o setor de energia elétrica (SOUZA, 2002).

Essas discussões trataram de temas amplos que faziam parte de questões complexas antigas, tais como: equalização tarifária, critérios de planejamento e de concessões de usinas, energia de Itaipu, possibilidade de atuação fora da área de concessão da empresa, critérios de operação e de faturamento, entre outros. Mesmo contando com a participação das empresas federais, estaduais e demais entidades do setor elétrico, ao final de dois anos não se chegou a um consenso quanto às propostas apresentadas e o Revise acabou não deixando qualquer legado formal (CABRAL; BRANDI; CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2000).

Mesmo em meio à crise no setor de energia elétrica, a CEMIG intensificou suas ações socioambientais bem como a expansão de seus negócios, chegando neste período a atender 96% da população de Minas Gerais. Como ações ambientais realizadas neste período podem-se citar: instalação de uma assessoria de coordenação do programa ecológico, responsável pelo planejamento de uma política específica de proteção ambiental, incluindo

estudos relacionados às alternativas energéticas, como a energia eólica e a solar, a biomassa e o gás natural; a inauguração de uma estação ambiental cujo objetivo era o desenvolvimento de estudos sobre o manejo da vida animal e vegetal e conservação de um mostruário da fauna e flora nativa, além de um centro de reprodução e criação de animais silvestres, e; implantação do Centro de Coordenação de Programas Ecológicos. Nessa década a Empresa também adquiriu a sua primeira companhia distribuidora de gás natural (CEMIG, 1992).

A CEMIG também começou a investir em diferentes programas sociais para expansão do sistema de eletrificação rural. Nesse período, a Ermig, criada para essa finalidade, já havia sido extinta e suas funções incorporadas pela Organização. Nesse período a Empresa implementou dois programas importantes o Minas-Luz que tinha como objetivo abastecer com energia elétrica 70% de Minas Gerais e, assim, beneficiar dois milhões de pessoas, e; o CEMIG-Rural que previa o atendimento a 60 mil propriedades rurais do Estado por meio da construção de cinquenta mil quilômetros de rede de distribuição (CEMIG, 1992).

Com relação às questões ambientais no cenário nacional, no ano de 1986 a Eletrobrás divulgou pela primeira vez o Plano Diretor para Conservação e Recuperação do Meio Ambiente nas Obras e Serviços do Setor Elétrico (I PDMA), marco do equacionamento das questões socioambientais no setor de energia elétrica, brasileiro (LOPES, 1991). No ano seguinte, em 1987, pelo reconhecimento por parte da Eletrobrás das questões relativas ao meio ambiente no âmbito do setor, que antes eram tratadas no Departamento de Estudos Energéticos da Diretoria de Planejamento e Engenharia, foi fundada a Divisão do Meio Ambiente, tempos depois transformada em Departamento de Meio Ambiente (Dema). Esse Departamento tinha como finalidade coordenar o processo de planejamento ambiental no setor elétrico, tendo em vista as diretrizes traçadas pela Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA)

(PINHEIRO, 2006). Ainda, como destaca Pinheiro (2006, p. 43), as principais atividades do Dema eram “fornecer subsídios à participação da Eletrobrás no Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), além de funcionar como Secretaria Executiva do Comitê Consultivo do Meio Ambiente da Eletrobrás (CCMA)”.

Nesse período os custos ambientais impactaram diretamente nos custos de produção do setor. A crescente mobilização ambientalista em meados dos anos 80 e o atendimento às legislações ambientais, como o Estudo e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), aumentaram significativamente os custos para a construção de novos empreendimentos levando, inclusive, ao abandono de alguns projetos por terem se tornado economicamente inviáveis (PINHEIRO, 2006). Em alguns casos a lógica capitalista ainda sobrepunha a uma verdadeira conscientização socioambiental, que foi se alterando ao longo do tempo.

Embora ainda obedecendo muitas vezes uma ordem econômica, as questões ambientais nesse período passaram a influenciar mais a conduta das empresas de energia elétrica, refletindo em grandes transformações no setor. Uma das mais importantes transformações foi a consolidação de um aparato legal abrangente e avançado, baseado nos padrões internacionais, e de um eficiente aparato burocrático para que essa legislação fosse efetivamente cumprida, ação que foi iniciada no final dos anos de 1960. Dentro dessa nova legislação destacou-se a obrigação do licenciamento ambiental para a implantação de projetos, com efeitos potencialmente significativos sobre o meio ambiente. Outra mudança importante foi o avanço no processo de redemocratização da sociedade brasileira, criando condições favoráveis para que esses dispositivos regulatórios fossem efetivamente instituídos (CARNEIRO, 2000).

Mas o principal marco no que diz respeito às questões ambientais na década de 1980 foi a promulgação, em 1981, da Lei nº 6.938 que instituiu a

Política Nacional do Meio Ambiente. Como já citado, essa nova medida determinou normas, procedimentos e instrumentos operacionais com vistas à preservação, recuperação e proteção ambiental, bem como critérios para a especificação das atividades poluidoras ou degradadoras do ambiente, entre as quais se inscrevem os investimentos em geração e transmissão do setor elétrico. Porém, os avanços institucionais com relação às questões ambientais só adquiriram efetividade operacional na segunda metade dos anos oitenta, quando foram definidas regras para a sistemática do licenciamento ambiental (CARNEIRO, 2000).

Cabe ressaltar, que nesse período observou-se não apenas o crescimento e consolidação das legislações ambientais, mas começou também a emergir uma conscientização social e ambiental em toda a sociedade brasileira, um aumento de pressões de organismos financiadores externos e maior mobilização dos segmentos sociais atingidos pelos empreendimentos hidrelétricos em torno de mais participação nas decisões relativas à desocupação das áreas requeridas pelas construções das barragens, o que ocasionou em alterações na postura ambiental e social das concessionárias de energia elétrica (CARNEIRO, 2000).

O aumento da conscientização ambiental da sociedade pode ser comprovada por meio da criação de diversas organizações não governamentais que discutiam sobre a temática, como é o caso da Associação Mineira de Defesa do Ambiente (AMDA), fundada no final dos anos 70 e em 1982 implementou a chamada “Lista Suja”, instrumento criado para fiscalizar as empresas, contribuindo para a adequação ambiental de instituições públicas e privadas. Essa lista divulgava o nome das maiores empresas degradadoras do meio ambiente em diferentes meios de comunicação (ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE DEFESA DO AMBIENTE, 2013).

A emergência e consolidação dos movimentos sociais que lutavam pelas questões ambientais, como já mencionados, influenciaram fortemente o setor de

energia elétrica, levando a reorientações para atender a essas novas demandas. Em meados de 1986 foi elaborado o Manual de Estudos de Efeitos Ambientais dos Sistemas Elétricos, cuja finalidade era estabelecer orientações gerais para o estudo dos aspectos ambientais dos sistemas elétricos nas etapas de planejamento e operação. Esse manual orientou as empresas de energia elétrica principalmente na elaboração do EIA/RIMA (BARBOSA, 2001). Além disso, em 1987 foi criado na Eletrobrás o DPA, que estimulou a criação nas concessionárias de energia elétrica de áreas destinadas ao meio ambiente (BARBOSA, 2001). Em 1989, mesmo com uma política econômica restritiva, o quadro de profissionais ligados à área de meio ambiente nas concessionárias públicas era de 1.400 profissionais (BARBOSA, 2001).

A promulgação da nova Constituição Federal em 1988 trouxe algumas alterações no setor elétrico. A Nova Carta, nos artigos 153 e 155, extinguiu o Imposto Único sobre Energia Elétrica (IUEE), os quais permitiram a construção de toda a base da infraestrutura no país; a fixação de um prazo de cinco anos para a revogação do Empréstimo Compulsório (EC), e; aumentou o imposto de renda das empresas de energia, tendo como consequência imediata a elevação de seus custos operacionais (SOUZA, 2002; GOMES, 2005). Sem poder contar com esses recursos, a situação das concessionárias de energia elétrica, que já estava deteriorada e a equação financeira que já estava desequilibrada, agravou-se (SOUZA, 2002). Além disso, essa Constituição Federal trouxe um grande avanço com relação às causas ambientais, pois estabeleceu um capítulo específico (Capítulo VI do Título VIII, artigo 225) para o meio ambiente, garantindo como direito fundamental um meio ambiente saudável e ecologicamente equilibrado (SALDANHA, 2012).

Nesse mesmo ano o debate com relação às questões ambientais continuou em voga. Em abril de 1988 foi criado o Comitê Coordenador das Atividades do Meio Ambiente do Setor Elétrico (Comase) que tinha como

atribuição coordenar as atividades relativas ao meio ambiente, integrantes dos planos de expansão dos sistemas elétricos, estabelecendo as políticas, diretrizes, metodologias, normas e procedimentos pertinentes (LOPES, 1991), de modo a assegurar que condicionantes e consequências socioambientais fossem corretamente avaliados e considerados na elaboração dos planos de expansão das empresas (ARAUJO; SOUZA, 1993).

No ano seguinte, em 1989, a CEMIG fundou o seu Comitê de Políticas e Diretrizes sobre o Meio Ambiente, que era formado por representantes de diversas áreas da empresa, tais como: meio ambiente, jurídica, projetos, construção, operação, geração, transmissão e distribuição de energia e de recursos humanos e tinha como objetivo avaliar as questões ambientais (CEMIG, 2002). A primeira atribuição desse Comitê foi elaborar a política ambiental da Empresa, o qual continha sete princípios básicos que nortearam todos os projetos, sendo eles: planejamento, projeção e desenvolvimento de suas atividades levando em consideração suas implicações ao meio ambiente; administração preventiva das implicações ambientais de suas atividades; administração dos impactos ambientais, com a adoção de medidas mitigadoras e práticas adequadas; busca de valorização ambiental viável, que pode ir além da administração de impactos exigida pela legislação, sem, contudo, assumir função de responsabilidade de outros órgãos do Governo; consideração da importância da participação das comunidades afetadas ou interessadas durante as fases de estudos e projetos de suas atividades; cumprimento das leis, regulamentações e políticas governamentais de defesa do meio ambiente, com complementação de suas próprias regras, se necessário, e; respeito e valorização do meio ambiente (CEMIG, 2002).

Para Barbosa (2001), as mudanças de orientação com relação à postura ambiental das empresas do setor elétrico nesse período apontaram para uma mudança de uma perspectiva centralizadora e orientada, predominantemente por

critérios econômico-financeiros e de engenharia, para uma perspectiva que tentava privilegiar o processo participativo de diferentes atores sociais e da atenção às questões socioambientais. Tal constatação pode ser evidenciada por meio dos Planos 2010 (elaborado em 1988) e 2015 (elaborado em 1994). O primeiro tinha características autoritárias sem espaços para debates; já o segundo foi elaborado com a participação de diferentes segmentos sociais e introduziu as questões sociais e ambientais como as principais referências orientadoras do planejamento (BARBOSA, 2001).

No final de 1989, para realizar a supervisão automática das instalações mais importantes do sistema elétrico brasileiro e possibilitar o aproveitamento da diversidade hidrológica entre as bacias e as regiões, foi fundado o Centro Nacional de Operação de Sistemas (CNOS), interligando os principais centros de operação das empresas de energia elétrica do país e controlado pela Eletrobrás (CABRAL; BRANDI; CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2000; CABRAL; MALTA; CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL 2002).

As medidas adotadas pelo Governo após 1988 geraram uma série de questionamentos pelas empresas concessionárias estaduais com relação à gestão centralizada da Eletrobrás. Insatisfeitos com os tributos federais e com as políticas governamentais, essas concessionárias deixaram de contribuir com o RGR e o RGG, além de atrasarem o pagamento da energia suprida pelas geradoras federais e pela Itaipu Binacional (CABRAL; BRANDI; CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2000; CABRAL; MALTA; CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL 2002) gerando, assim, um processo de inadimplência agravando ainda mais a crise do setor de energia elétrica (GOMES; VIEIRA, 2009).

Essa situação, adicionada aos outros problemas já mencionados, levaram a uma contínua piora do desempenho do setor elétrico que foi agravada pela

fragilidade dos órgãos reguladores, por erros de planejamento e pelos interesses políticos locais e pressões de grupos de interesse vinculados às empresas construtoras (PINHEIRO, 2006). A autora ainda complementa que essas questões levaram as concessionárias de energia a uma série de erros que desarticularam o setor elétrico no país, conforme apontado na citação abaixo:

[...] tais elementos induziram o Setor a sugerir tarifas inadequadas, aceitar esquemas de financiamento incompatíveis com seu fluxo de caixa e a programar obras não essenciais, enquanto postergava outras importantes à melhoria de seu desempenho técnico e financeiro, como era o caso das linhas de transmissão e sistemas de distribuição (PINHEIRO, 2006, p. 46).

Dentro de todo esse contexto, no início da década de 1990 a situação do setor elétrico no Brasil era extremamente vulnerável. As concessionárias de energia estavam altamente endividadas e a União argumentava que não tinha recursos suficientes disponíveis para investir no setor, nem na expansão do sistema e nem em políticas para redução de tarifas (GOMES; VIEIRA, 2009). Além disso, nesse início de década a inadimplência das concessionárias geradoras e distribuidoras de energia passou a ser generalizada. Essas empresas alegavam que as tarifas fixadas pelo Governo Federal eram insuficientes para fazer frente ao custo do serviço (GOMES, 2005).

Destaca-se, que em 1990 mesmo em meio à crise do setor, a Eletrobrás divulgou uma nova versão mais atualizada do Plano Diretor para Conservação e Recuperação do Meio Ambiente nas Obras e Serviços do Setor Elétrico (II PDMA) (LOPES, 1991), reforçando a preocupação das empresas federais com os impactos ambientais gerados pelo setor elétrico.

Ainda nesse período também cabe mencionar que a CEMIG, mesmo contando com órgãos internos que tinham por finalidade analisar os problemas

ambientais, permaneceu por dois anos consecutivos na “lista suja”⁵⁶ da Associação Mineira de Defesa do Meio Ambiente (AMDA) por apresentar problemas na construção de barragens de perenização no Vale do Jequitinhonha, da qual só saiu com a adoção das medidas solicitadas pela ONG, como a recuperação das áreas degradadas e realização das desapropriações (CEMIG, 1992).

O ápice da crise do setor de energia aconteceu em 1992, quando a dívida das empresas de energia elétrica somou o montante de US\$25 bilhões, tornando-se praticamente impagável e não deixando condições dos agentes reguladores intervirem (GOMES; VIEIRA, 2009). Diante desse cenário e com a abertura externa promovida pelo Governo Fernando Collor de Mello, a disseminação das teses neoliberais e a pressão externa para a adoção dos princípios do Consenso de Washington (SOUZA, 2002), a privatização passou a ser uma das soluções para se enfrentar a crise.

O novo modelo para o setor de energia elétrica, proposto pelo governo Collor, previa um modelo de sistema elétrico desverticalizado, distinguindo-se os segmentos de transmissão e distribuição, que eram monopolistas; da geração e comercialização, que eram não monopolistas; além de uma política de privatização colocada num ambiente de competição entre os diversos atores, deixando as atividades de regulação técnica e econômica do setor sob a responsabilidade de uma agência independente (SAUER et al., 2003).

Esse processo de privatização ocorreu de forma lenta e gradual, pois havia fortes resistências no Congresso Nacional e fortes ponderações advindas

⁵ A “Lista Suja” da Associação Mineira de Defesa do Meio Ambiente (AMDA) foi uma lista criada em 1982 pela AMDA para divulgar, durante a semana do meio ambiente, os nomes das organizações que mais degradavam o meio ambiente em Minas Gerais. Essa divulgação era realizada por meio de outdoors, teatros de rua, manifestações e posteriormente por meio da internet. Ela foi publicada até o ano de 2005 e contribuiu para adequação ambiental de diversas empresas e mudanças em órgãos públicos.

⁶ Disponível em < <http://www.amda.org.br/?string=interna-acoes-historicas&cod=35>>. Acesso em: 30 out. 2013.

dos formadores de opinião da imprensa nacional (SOUZA, 2002). As empresas Light e Escelsa, ambas controladas pela Eletrobrás, foram as primeiras concessionárias a serem incluídas no Programa Nacional de Desestatização (PND) para serem privatizadas. Essa inclusão ocorreu no ano de 1992 (CABRAL; BRANDI; CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2000; CABRAL; MALTA; CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL 2002).

A Lei nº 8.631 conhecida como Lei Elizeu Resende, promulgada em 1993, deu início ao processo de liberalização e privatização do setor elétrico brasileiro. Essa medida contemplou um conjunto de importantes modificações institucionais no setor elétrico, tais como: a eliminação da equalização tarifária, passando as geradoras e as distribuidoras a fixar suas tarifas em função de custos de serviço; a promoção de medidas visando o equacionamento da inadimplência no setor, como a conciliação de débitos e créditos entre todos os agentes envolvidos; e outras medidas corretivas das distorções existentes sobre a estrutura econômico-financeira das concessionárias (extinção das contas CRC, despesas de combustíveis em sistemas isolados e contratos de suprimentos obrigatórios) (CABRAL; BRANDI; CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2000; CABRAL; MALTA; CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL 2002; SOUZA, 2002).

Complementares a essa medida, ainda em 1993, o governo promulgou mais duas medidas que geraram mudanças no setor. Uma delas foi o Decreto nº 915 que apoiou a criação de consórcios entre concessionárias e autoprodutores para a implantação e exploração de aproveitamentos hidrelétricos, permitindo o acesso dos autoprodutores à rede de transmissão. O primeiro consórcio desse tipo foi constituído no ano seguinte para a construção da Usina Hidrelétrica Igarapava (CABRAL; BRANDI; CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2000). O segundo Decreto foi o de nº 1.022

regulamentado pela Portaria 337 do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (Dnaee) que criou o Sistema Nacional de Transmissão de Energia Elétrica (Sintrel), que era administrado pela Eletrobrás e composto pelos sistemas de transmissão de Furnas, Eletrosul, Eletronorte, Chesf, Light e Escelsa. O objetivo do Sintrel era assegurar o livre acesso aos sistemas de transmissão, viabilizando de forma justa e equitativa a competição na geração, distribuição e comercialização de energia, conforme as tendências mundiais de evolução desse mercado (CABRAL; BRANDI; CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2000). Baseados nessas normas foram constituídos os primeiros consórcios: para a conclusão da UHE Serra da Mesa (GO), entre Furnas e a Nacional Energética, para a conclusão da UHE Itaipiranga (SC/RS), entre a Eletrosul e a associação entre Companhia Siderúrgica Nacional e o Cimento Itambé (PINHEIRO, 2006).

A usina de Igarapava, construída pela CEMIG, foi possível por meio da constituição, pela primeira vez no Brasil, de um consórcio com empresas privadas para a construção dessa usina de grande porte. Essa parceria foi uma das saídas encontradas pela empresa para captar investimentos para a expansão de sua capacidade instalada (CEMIG, 1992). Até essa data a Empresa construía suas usinas sem a participação de outras empresas e, para isso, buscava recursos nas tarifas, nos aportes do Governo Federal, por meio da Eletrobrás e nos financiamentos externos, dos quais não foi possível recorrer após o início da década de 1990 (CEMIG, 2002). Como contrapartida, as empresas privadas parceiras pagariam uma tarifa menor de energia e um retorno do investimento em, no máximo, sete anos (CEMIG, 1992).

Nesse mesmo ano de 1993, a Eletrobrás concluiu o Plano Nacional de Energia Elétrica (1993-2015) o qual exprimia as principais questões relativas ao setor de energia. Esse Plano contemplou apenas características indicativas, tais como os aspectos socioambientais, aqueles relacionados ao suprimento da

indústria nacional de equipamentos, a questão do mercado, entre outros, tendo em vista as circunstâncias externas ao setor e a instabilidade político-institucional e econômico-financeira do país (CABRAL; BRANDI; CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2000).

Com a mínima base legal estabelecida, o processo de privatizações foi acelerado no primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso quando se realizou uma ampla abertura ao capital privado e importantes mudanças no quadro regulador (GOMES, 2005).

No início de seu mandato, em 1995, o presidente FHC decretou a obrigatoriedade de licitação para as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e definiu os critérios gerais a serem aplicados nas licitações e nos contratos de concessão no país, por meio da Lei nº 8.937, regulamentando o disposto no artigo 175 da Constituição Federal. Essa medida acabou com o custo do serviço, já que o preço da energia seria dado pelo equilíbrio financeiro da concessão. Essa Lei foi complementada pela Lei nº 9.074 que instituiu o livre acesso aos sistemas de transmissão e distribuição e reconheceu o Produtor Independente de Energia (PIE), (CABRAL; BRANDI; CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2000); implantou a prática da Licitação das Concessões de Geração, Transmissão e Distribuição, determinando que o vencedor da concessão fosse aquele que assegurasse o menor custo do KW; obrigou as concessionárias com cronogramas atrasados a desistir da concessão ou associar-se a grupo privado para conclusão da obra, e; incluiu a licitação por outorga onerosa, na qual os grupos concorrentes interessados disputavam as concessões por meio de leilões, vencendo aquele que oferecesse o maior lance (PINHEIRO, 2006).

Em julho de 1995 foi realizado o primeiro leilão para privatização de uma empresa pública de energia elétrica. A Escelsa foi adquirida pelo consórcio formado pela Iven S.A., integrada pelos bancos Pactual, Icatu, *Citibank* e

Opportunity e pela GTD Participações, formada por onze fundos de pensão. O consórcio adquiriu 77% do capital da empresa. Com a venda da primeira concessionária pública de energia elétrica do país foi inaugurada uma nova fase no setor, de acordo com a política de privatização enfatizada pelo Programa Nacional de Desestatização (PND), (CABRAL; BRANDI; CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2000).

Em 1996 ocorreram outros processos de privatização os quais cabe destacar o da Light que foi adquirida pelas empresas *AES Coral Reef Inc.*, EDF Internacional S.A. (EDFI), *Houston Industries Energy Inc.*, BNDES Participações e Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), e; o da Cerj, primeira empresa concessionária estadual a ser privatizada, adquirida pelo consórcio formado pela empresa chilena Chilectra S.A., pela Eletricidade de Portugal (EDP) e pela espanhola Empresa Nacional de Electricidad S.A. (Endesa). O consórcio adquiriu 82,6% do capital ordinário da empresa (CABRAL; BRANDI; CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2000).

Ainda em 1996, com a finalidade de projetar um novo modelo para o setor elétrico no país, a Eletrobrás contratou a empresa americana de consultoria *Coopers & Lybrand*. Os objetivos principais para a contratação dessa consultoria eram a capitalização do setor de energia elétrica e a redução de custos de geração e distribuição por meio da competição que dinamizaria os fluxos de negócios entre os vários atores (PINHEIRO, 2006). Os estudos para essa redefinição do modelo institucional do setor elétrico foram concluídos no ano seguinte, em 1997, e contou com o apoio do MME. As recomendações dos consultores nortearam as ações de reformulação do setor e a privatização das quatro empresas geradoras controladas pela Eletrobrás (CABRAL; MALTA; CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2002).

A reforma do setor elétrico deveria incluir os seguintes elementos: introdução da competição na geração e comercialização da energia; criação do produtor independente de energia, que já havia sido criado pelo Decreto nº 9.074; desverticalização das empresas elétricas, separando geração, transmissão, distribuição e comercialização; livre acesso à rede, permitindo que os grandes consumidores comprassem energia fora da sua área de concessão, e; substituição do planejamento normativo pelo indicativo (ROSA, 2001). Dentre as ações sugeridas nessa proposta, destacava a criação de diversas entidades que foram criadas a partir do ano de 1996, como é o caso da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), do Mercado Atacadista de Energia Elétrica (MAE), do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), dos comercializadores de energia e da classe dos grandes consumidores e consumidores livres, que eram organizações que faziam a mediação entre as geradoras e as distribuidoras para a aquisição de energia por essas (CABRAL; MALTA; CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2002).

A Aneel foi instituída no ano de 1996 por meio da Lei nº 9.427 e substituiu o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (Dnaee). Sua finalidade principal era a regulação e fiscalização da produção, transmissão e comercialização da energia elétrica do Brasil; a outorga e a concessão, permissão e autorização para a exploração de serviços de energia elétrica e aproveitamento de potencial hidrelétrico; a análise dos reajustes tarifários; a supervisão e a fiscalização das atividades das concessionárias de energia elétrica; a promulgação de regulamentos para o setor elétrico; além do planejamento, coordenação e desenvolvimento de estudos sobre recursos hídricos (CABRAL; MALTA; CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2002).

O Mercado Atacadista de Energia Elétrica (MAE) era definido como uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos que deveria atuar de acordo com as regras do mercado e de procedimentos estabelecidos pela Aneel com o objetivo de viabilizar as operações de compra e venda de energia elétrica entre os agentes, por meio de contratos bilaterais e de mercado de curto prazo restrito aos sistemas interligados Sul/Sudeste/Centro-Oeste e Norte/Nordeste. Ele foi instituído em 1998 (CABRAL; MALTA; CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2002).

No mesmo ano também foi instituído, por meio da Lei nº 9.648, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), entidade de direito privado, sem fins lucrativos, cujos membros associados eram os agentes de geração, transmissão e distribuição, além de consumidores livres e importadores e exportadores de energia elétrica e cujos membros participantes eram o MME, os Conselhos de Consumidores, geradores não despachados centralizadamente e pequenos distribuidores. O ONS era responsável por coordenar e controlar a operação de geração e transmissão de energia elétrica nos sistemas interligados, estando sujeito à fiscalização da Aneel. Ele incorporou os ativos, o pessoal e as instalações da Eletrobrás relativas à operação do sistema interligado, como por exemplo, o CNOS, em Brasília (CABRAL; MALTA; CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2002).

Ainda, ressalta-se que em 1998, para a proposição de políticas nacionais para o setor de energia elétrica brasileiro foi instituído, pela Lei nº 9.478, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), vinculado à Presidência da República e presidido pelo MME (CABRAL; MALTA; CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2002).

As privatizações do setor de energia elétrica atingiram várias concessionárias estatais durante a década de 1990, inclusive a empresa CEMIG. Cabe destacar que no ano de 1997 uma parte das ações ordinárias da CEMIG foi

adquirida pelo consórcio *South Electric Brasil Participações*, formado pelas empresas americanas *American Energy System (AES)* e *Southern Electric* e pelo fundo de investimentos *Opportunity*. O Consórcio adquiriu 32,96% das ações ordinárias e o Estado manteve o controle acionário da empresa (CABRAL; MALTA; CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2002).

Entre os anos de 1995 a 1998 o setor de energia elétrica, com o forte movimento de privatização das concessionárias públicas de energia, teve uma grande alteração no seu modelo institucional, retornando para um modelo vigente no início do século XX com forte presença das empresas privadas estrangeiras. No início da década de 1990 as concessionárias de energia pública respondiam por cerca de 97% da distribuição de energia elétrica no Brasil, já no final dessa mesma década as empresas privadas estrangeiras já respondiam por mais da metade dessa atividade (CABRAL; BRANDI; CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2000). No setor de geração de energia, pelo processo lento de privatização devido à complexidade legal de separação de ativos e pelos recursos financeiros requeridos, cerca de 70% da geração ainda era de propriedade estatal (SOUZA, 2002).

Durante seu segundo mandato, o presidente FHC continuou fortemente com seu plano de privatizações no setor elétrico. Nesse período também se observou uma grande redução nos investimentos federais no setor devido a restrições impostas pelo próprio Governo. Além do programa de privatizações o Governo realizou diversas ações que repercutiram no setor de energia elétrica. Com transferência de pessoas, instalações e equipamentos para criar o ONS, a transferência das funções de banco de investimento do setor para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da área de planejamento do setor elétrico nacional para o Ministério de Minas e Energia, as atribuições da Eletrobrás ficaram esvaziadas (GOMES, 2005).

No início de 1999 a Eletrobrás e suas quatro subsidiárias (Chesf, Eletrosul, Eletronorte e Furnas) que representavam 41% de potência instalada de geração do país, foram incluídas pelo Conselho Nacional de Desestatização (CND) no Programa Nacional de Desestatização (GOMES, 2005). Até 2000, como salienta Souza (2002), 21 concessionárias estatais foram privatizadas, sendo 17 distribuidoras e quatro geradoras, com um valor total obtido de US\$ 32 bilhões.

Para Pinheiro (2006) os resultados alcançados durante esse período de estruturação não foram satisfatórios, acarretando prejuízos não somente para a economia do país, mas também para toda a sociedade brasileira, principalmente para a população de baixa renda que sofreu com o aumento progressivo das tarifas de energia elétrica. Ainda segundo a autora, a maior perda estaria associada à perda do papel do Estado de planejador e orientador de políticas para o setor elétrico brasileiro, que é de suma importância para o desenvolvimento social e econômico do país (PINHEIRO, 2006). Gomes (2005) também atribuiu a falta de planejamento para o setor elétrico um dos problemas mais graves do período. Esse planejamento não foi realizado porque o MME não foi capaz de criar uma estrutura adequada para sua elaboração.

Esses problemas da falta de planejamento, regulação e investimentos no setor, bem como outras questões mais profundas, levaram a uma crise no abastecimento de energia elétrica, levando o Governo, no ano de 2001, a criar a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica (GCE), que tinha como principal objetivo propor e implementar medidas emergenciais para compatibilizar a demanda e a oferta de energia elétrica, de forma a evitar interrupções no suprimento de energia. Após um mês de trabalho, a GCE implantou o Programa de Racionalização de Energia, popularmente conhecido como Apagão. O programa visava uma redução de 20% no consumo de energia das regiões

Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste, a partir de junho daquele ano, porque não existia energia suficiente para atender ao setor produtivo e à sociedade.

Até o ano de 2002 o processo de privatizações ainda não tinha sido concluído porque a geração e a transmissão de energia elétrica ainda eram realizadas pelas empresas estatais, a maioria controlada pela Eletrobrás, que ainda detinha o controle acionário das empresas distribuidoras da região Norte do país, que não conseguiram ser privatizadas (GOMES; VIEIRA, 2009). Muitos problemas observados no final dos anos oitenta ainda persistiam, ou seja, ainda não eram realizados grandes investimentos no setor de energia elétrica; a Eletrobrás continuava controlando as suas grandes empresas geradoras e algumas distribuidoras que eram deficitárias e traziam grandes prejuízos; as distribuidoras estaduais ainda tinham grandes problemas financeiros, que se agravaram pela diminuição da receita advinda da queda do consumo, provocada pelo Apagão, em 2001, mas manteve seus custos, já que o preço de compra da energia que distribuíam aumentou consideravelmente (GOMES, 2005).

Para atender de forma rápida a demanda de energia que até então era maior que a oferta, o governo federal investiu na construção de diversas usinas termoelétricas movidas a gás, por entrarem em operação mais rápido do que as usinas hidrelétricas. A maior parte dessas usinas era de propriedade da estatal Petrobrás e de investidores privados, aumentando, assim, o número de fornecedores de bens e serviços no setor elétrico (GOMES, 2005). O governo também incentivou a busca por fontes alternativas de energia, por meio da criação, em 2002, do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (Proinfa), então coordenado pelo MME e gerenciado pela Eletrobrás. O programa estabelecia a contratação de 3.300 MW de energia no Sistema Interligado Nacional (SIN), produzidos por fontes eólicas, biomassa e pequenas centrais hidrelétricas.

Com esse incentivo governamental com relação a novas fontes de energia a CEMIG fez fortes investimentos em energias alternativas, criando um centro para estudos de energias limpas e renováveis, além de iniciar a produção de energia limpa por meio da geração de energia com célula a combustível de polímero condutor iônico. Nessa época também, pela primeira vez, a CEMIG foi incluída no índice *Dow Jones* de Sustentabilidade.

Passado o período de racionamento de energia, o governo federal em 2003 começou um programa para socialização da energia, ou seja, pretendia levar energia elétrica a doze milhões de pessoas, sendo mais de 83% residentes de zonas rurais que ainda não eram atendidas. Esse programa foi coordenado pelo MME e contou com a participação da Eletrobrás e suas controladas e gestão compartilhada entre estados, municípios, agentes do setor elétrico e comunidades e foi denominado de Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Luz para Todos – Programa Luz para Todos (CABRAL; BRANDI; CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2000).

Em 2004 um novo modelo para o setor elétrico que determinou a oferta de menor tarifa como critério para participação nas licitações e empreendimentos, estabeleceu contratos de venda de energia de longo prazo e condicionou a licitação dos projetos de geração às licenças ambientais prévias. Essas mudanças foram possíveis devido à promulgação da Lei nº 10.847 que criou a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), cujo objetivo era subsidiar o planejamento técnico, econômico e socioambiental dos empreendimentos de energia elétrica, petróleo e gás natural e seus derivados e fontes energéticas renováveis, e; da Lei nº 10.848 que tratada sobre a comercialização de energia elétrica. Essas legislações também criaram diversas entidades como: a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) e o Comitê de Gestão Integrada de Empreendimentos de

Geração do Setor Elétrico (CGISE) e trouxe algumas determinações: a Eletrobrás e suas controladas foram retiradas do Programa Nacional de Desestatização (PND) e a Eletrosul foi autorizada a retomar a atividade de geração, tendo a sua denominação alterada para Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2013). Cabe ressaltar que as mudanças no setor de energia não alteraram a responsabilidade socioambiental do setor elétrico, pois as empresas ainda ficavam obrigadas a atender às legislações ambientais e a realizar o planejamento socioambiental de seus empreendimentos.

Com vistas a retornar com o planejamento do setor de energia elétrica, prática inexistente nas décadas anteriores e que era realizado pelo extinto Grupo Coordenador do Planejamento dos Sistemas Elétricos (GCPS), a Empresa de Pesquisa Energética concluiu em 2006 os estudos do Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica – PDEE 2006-2015, nos quais foram sugeridas diretrizes, metas e recomendações para a expansão dos sistemas de geração e transmissão do país até 2015 e deveria ser atualizado anualmente (CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2013).

Em 2008 aconteceu outra mudança no setor de energia elétrica. A Aneel aprovou o modelo de contrato de permissão para as cooperativas de eletrificação rural atuar como distribuidoras de energia. Esse contrato previa o ingresso das cooperativas como agentes do setor de energia elétrica, onde lhes eram impostas as seguintes condições: veto ao desempenho de outras atividades; a mudança da relação com os associados, que passaram à condição de consumidores detentores de direitos e obrigações; o ingresso das cooperativas como agentes no ambiente regulado, e; o estabelecimento de obrigações do serviço a ser prestado (CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2013).

No mesmo ano, as ações socioambientais mais uma vez foram observadas pelo setor elétrico. Eletrobrás e Itaipu assinaram uma parceria com

as Organizações das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (Onudi) que teve como finalidade a ampliação das experiências de projetos ambientais das duas empresas em outros países da América Latina, África e Caribe. Dentre as ações pode-se citar o programa Cultivando Água Boa, que previu a recuperação de passivos ambientais em 29 municípios da bacia do rio Paraná, no Brasil (CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2013).

No ano de 2009 ressalta-se a assinatura da Medida Provisória nº 466 que estabeleceu as regras para a integração dos Sistemas Isolados ao Sistema Interligado Nacional (SIN), redefiniu a utilização dos recursos arrecadados por meio da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) e o cálculo do custo total de geração de energia elétrica dos Sistemas Isolados, determinou a elaboração de mecanismos que induzam à eficiência, à valorização do meio ambiente e à utilização de recursos energéticos locais, visando à sustentabilidade econômica da geração na região Norte e alterou a Lei nº 9.991, obrigando as concessionárias a recolher ao Tesouro Nacional 1,3% da receita líquida para Pesquisa e Desenvolvimento – P&D (CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2013). Essa medida evidenciou mais uma vez a importância do meio ambiente para o setor de energia elétrica no país.

No âmbito da CEMIG, os anos a partir de 2010 foram marcados por altos investimentos em sua responsabilidade socioambiental. A CEMIG também passou a ser a maior empresa do setor de energia elétrica da América Latina por valor de mercado. As ações ambientais que podem ser destacadas nesse período foram: criação de um programa de eficiência energética que teve como objetivo distribuir eletrodomésticos mais econômicos para famílias de baixa renda, asilos e creches; criação de um centro de educação permanente cujo objetivo era a criação de um espaço cultural e educativo para os moradores da região central de Minas Gerais; realização de parcerias com outras organizações para o desenvolvimento de equipamentos ambientalmente corretos; suas ações

ambientais receberam destaque nas conferências sobre o clima e a biodiversidade realizadas pela ONU, e; lançamento de um documento no qual a Empresa propõe dez compromissos para amenizar as mudanças climáticas que afetam todo o mundo.

Enfim, ao analisar todo o histórico do setor de energia elétrica no país, pode-se afirmar que o processo de evolução ocorreu em três grandes fases. A primeira delas foi até o ano de 1930, caracterizada por uma política liberal, com um Estado não intervencionista e forte presença das empresas privadas, sobretudo as estrangeiras, no setor. O resultado desse cenário foi um setor desnacionalizado com suprimento de energia escasso e irregular (SOUZA, 2002). A segunda, até o final da década de 1980, foi marcada pela crescente intervenção do Estado no setor, buscando promover a infraestrutura necessária para o desenvolvimento do país. Nesse período houve forte nacionalização das concessionárias de energia por meio do incentivo à criação de empresas estatais. Nessa fase ainda foi observada a regulação e coordenação do setor pelo Governo que criou uma série de entidades para realizar tal finalidade. Pela alta dependência de recursos externos, pela falta de investimentos no setor, pelas políticas governamentais e pelos fatores externos, o setor de energia elétrica no final do período entrou em crise levando a uma reformulação do modelo institucional por meio de privatizações. A última fase, que iniciou nos anos 1990 foi marcada pela forte privatização do setor, com a retomada da presença das empresas estrangeiras nas áreas de distribuição e comercialização de energia.

Como podemos observar o setor de energia elétrica foi, ao longo do tempo, fortemente influenciado pelas políticas governamentais, pelo cenário internacional e pela economia. Desta forma, as ações das concessionárias de energia elétrica também seguem essa mesma lógica, podendo alterar suas práticas sociais de acordo com o contexto em que estão inseridas.

Na próxima seção debateremos sobre o discurso ambiental da CEMIG, evidenciando como suas práticas sociais com relação ao meio ambiente foram se alterando ao longo das últimas décadas, fortemente baseados nesse contexto histórico do setor elétrico brasileiro.

6 COMPREENDENDO O DISCURSO AMBIENTAL DA EMPRESA: A ANÁLISE DISCURSIVA DOS TEXTOS AMBIENTAIS DA CEMIG

6.1 Situando a prática

Como já mencionamos cada prática social é produzida e é legitimada em gêneros específicos, sendo, assim, reconhecido como um tipo de linguagem usado em domínios particulares, por isso o primeiro ponto de análise deste trabalho foi com relação ao gênero discursivo.

O principal material dessa nossa análise tratou-se do livro publicado pela CEMIG, no ano de 2012, intitulado “Águas da Luz e da Vida - Memória Ambiental da CEMIG”. Esse livro foi publicado em comemoração aos 60 anos da inauguração da Empresa e segundo a CEMIG tem como objetivo:

Resgatar a história das ações ambientais da Empresa, mostrar as conquistas e todo o avanço obtido ao longo de décadas de trabalhos realizados, apresentar estudos e trabalhos elaborados, sobretudo, valorizar todos que ajudaram a construir a imagem de liderança que a CEMIG possui nessa área (CEMIG, 2012, p. 10).

Observamos que o material analisado trata-se do gênero propaganda institucional e é composto por diferentes pré-gêneros, havendo o predomínio da narrativa onde a Empresa CEMIG apresenta sua preocupação com as questões ambientais por meio de informações que procurem reforçar sua prática.

A propaganda institucional é um dos diversos meios utilizados pelas empresas para divulgar sua imagem com o objetivo de legitimar a empresa, criando uma receptividade duradoura junto aos diferentes atores sociais (VIAN JR, 2009). Ela influi sobre o comportamento das pessoas por meio da mudança, criação ou reforço de imagens e atitudes mentais (GRACIOSO, 1995). Esse gênero caracteriza-se por ser uma técnica de persuasão ideológica que é

praticada na intenção de modificar hábitos ou cooptar sujeitos para causas político-sociais (WASSERMAN, 2009). A propaganda institucional tem entre seus propósitos: assegurar a aceitação de uma organização junto ao público em geral, dissipar falsas impressões ou corrigir concepções errôneas, estimular o interesse dos acionistas para obter sua compreensão e confiança, informar aos empregados e obter sua cooperação, criar uma atitude favorável por parte dos legisladores e funcionários do governo, entre outros (PINHO, 1990), e; confere ao discurso um status de verdadeiro (THOMPSON, 2011).

Esse gênero decorre da necessidade de legitimar a empresa envidando esforços para promover a aceitação da organização e justificando seu significado social (HALLIDAY, 1987). Para essa legitimação a organização utiliza-se de elementos como as metáforas – que permitem visualizar as ações da empresa; personificações – com as quais se atribuem sentimentos humanos à organização, e; alusões – que fazem referências a nomes respeitados, figuras históricas, eventos históricos, entre outros (HALLIDAY, 1987).

O material que analisamos apresentou metáforas com relação à CEMIG e sua criação como o “sonho elétrico e eletrizante dos pioneiros”, “motor de desenvolvimento do estado” e descrevem sua postura ambiental como “tonalidade e matizes do verde da esperança”. Ao se valer em seu discurso desse figurativo de linguagem, a Empresa acentua algumas características positivas, apresentando-a como uma empresa robusta que move toda a economia das regiões em que atua sem desprezar o meio ambiente e realizando ações, inclusive, para preservá-lo para as gerações futuras. Desta forma, como ressalta Thompson (2011), a utilização dessas expressões cria um novo e duradouro sentido para a imagem da CEMIG, sustentando e reproduzindo seu discurso ambiental. Os enunciadores ainda fizeram alusão a diversos nomes respeitados tanto na Empresa como os fundadores, presidentes, superintendentes e diretores quanto de fora dela como ambientalistas, governantes e outros meios de

comunicação. A CEMIG também apresentou documentos, reportagens, relatórios, certificações, publicações, fotos, entre outros, com o objetivo de sustentar as ações realizadas nos últimos anos.

Ainda no prefácio da coordenadoria de edição os autores do livro informaram que o propósito dessa edição surgiu:

- 1) [...] da necessidade de *resgatar e divulgar*⁷ para toda a sociedade o imenso conjunto de conhecimentos advindos das atividades desenvolvidas pelas áreas que ao longo do tempo foram responsáveis pelo trabalho ambiental da CEMIG (Prefácio da Coordenadora de Edição, *Águas da Luz e da Vida: Memória Ambiental da CEMIG*, 2012).

Esse trecho (1) reforçou o enquadramento desse texto no gênero da propaganda institucional. Outros elementos presentes no texto também o situam nesse gênero como a apresentação, pela Empresa, de sua identidade, *status*, capacidade, realizações, opiniões, sentimentos e objetivos na área ambiental, quando, ainda na apresentação inferem que a CEMIG é “referência no setor de energia elétrica em todas as suas áreas de atuação”, que “é uma referência de qualidade para toda a sociedade” e que é “uma das líderes mundiais no âmbito do meio ambiente e sustentabilidade, o que é comprovado com sua presença há 12 anos consecutivos no Índice Dow Jones de Sustentabilidade e há sete anos consecutivos no Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE/BM&FBOVESPA”; além de citar durante o texto as suas ações ambientais ao longo de sua história, enfatizando dados como o número de estações ambientais que possui seus principais projetos ambientais, fotos e documentos históricos que demonstram suas ações, além de trazer depoimentos de diversos atores sociais que testemunharam o discurso ambiental da Organização.

⁷ Em todos os trechos os grifos são nossos e indicam o elemento em análise.

Ao enunciar algumas afirmações como o pioneirismo da CEMIG; sua atuação na área ambiental por mais de 35 anos; sua liderança na área ambiental; a atuação de um corpo técnico especializado na área, e; seu saber acumulado ao longo de anos de ações ambientais, a instância enunciadora conferiu legitimidade ao conteúdo produzido e também participou da construção de uma identidade organizacional como uma autoridade nas questões ambientais.

Cabe destacar que o livro comemorativo com as memórias ambientais da Empresa foi publicado para toda a sociedade no ano de 2012, em meio às intensas discussões da Conferência Mundial Rio +20. Nesse material a CEMIG buscou dissociar sua imagem dos grandes impactos ambientais causados pelas instalações de usinas hidrelétricas e barragens e associá-la a uma imagem ambientalmente correta. Esse contexto, marcado por debates sobre meio ambiente e preservação ambiental em nível mundial, foi propício para a aceitação naturalizada de tal discurso.

Salientamos também que a CEMIG publicou outras edições comemorativas de aniversário quando completou 40 e 50 anos de existência. Cada uma delas evidenciou um aspecto da Empresa de acordo com o contexto em que foi produzida. Essas publicações foram editadas no formato de Revista Comemorativa, se enquadrando no gênero reportagem. Essas Revistas eram divididas em seções que abordavam diversos temas relativos à Empresa como: história; distribuição geração e transmissão de energia; tecnologias; gás natural; pessoal e uma única seção destinada ao meio ambiente. Os textos também apresentavam entrevistas, opiniões e relatos de diferentes atores sociais pertencentes ao quadro da CEMIG e da sociedade.

A primeira revista comemorativa foi editada em 1992 onde o contexto foi marcado pelo esgotamento e declínio do modelo de empresas de energia elétrica estatais, as quais estavam sucateadas e altamente endividadas. Começavam-se os primeiros sinais de privatização do setor e a legislação, a

partir de então, permitiu o estabelecimento de parcerias com empresas privadas para a expansão do setor elétrico. Neste cenário, a Empresa enfatizou nessa edição o “pioneirismo” em firmar convênios com a iniciativa privada para viabilizar a construção de usinas. O discurso do desenvolvimento nos textos sobressaiu ao discurso ambiental.

A segunda revista comemorativa foi editada no ano de 2002 num cenário marcado pelo racionamento de energia elétrica e pelos estímulos às fontes alternativas de energia. Neste contexto essa publicação continuou a enfatizar o desenvolvimento e preocupou-se em demonstrar as ações da Empresa na área de fontes alternativas de energia, já que as formas de geração existentes demonstravam esgotamento, sendo, portanto necessário, o investimento em pesquisas para a criação de novas matrizes geradoras de energia.

Como salienta Fairclough (2003), alguns recursos sociolinguísticos podem ser úteis por desvelar ideologias em textos. A narrativa apresentada no livro de memórias ambientais utilizou como recurso linguístico, em grande parte do texto, a impersonalização por espacialização, em que os participantes do discurso ambiental são substituídos por referência direta aos espaços os quais estão relacionados (VAN LEEUWEN, 1997). Com exceção da apresentação, capítulos 1 e 8, as outras partes do texto apresentam frases como: “A CEMIG busca, a cada dia, tornar disponível [...]”, “A estação vem operando em conformidade com a ISSO 14001 [...]”, “A estação ambiental desenvolve trabalhos [...]”. Em outros casos utiliza-se a impersonalização por autonomização em que os atores são representados por meio de uma referência aos seus enunciados, como no caso da citação “O inventário possibilitou a implantação de um centro de manejo e reprodução de animais silvestres em outras unidades ambientais do estado” (VAN LEEUWEN, 1997). Em ambos os casos, como observa Van Leewen (1997), esse tipo de recurso sócio semântico concede uma espécie de autoridade impessoal aos enunciados, sendo, portanto,

mais difícil associar o enunciado a alguém e, assim, ganhando o estatuto de objetividade, o que implica na valorização desse discurso ambiental como verdadeiro.

Apesar desses recursos linguísticos serem predominantes no texto, há algumas partes em que os atores sociais são representados por meio da personalização por nomeação, nos quais esses atores são apresentados pela sua identidade individual única (VAN LEEUWEN, 1997). Observamos essa inclusão, sobretudo no capítulo oito o qual é intitulado de “Memórias Vivas da CEMIG, gente que fez e faz história”. Nesse capítulo são apresentados depoimentos de diferentes atores sociais os quais de alguma forma participaram da prática social da Organização. A evidenciação dessas pessoas reforça a sua importância nas atividades da Empresa e conferem uma legitimidade maior ao seu discurso.

Além da representação dos atores sociais no texto, observamos também a retomada de diferentes textos nos processos de construção de sua narrativa, destacando outras vozes, como de funcionários, ambientalistas, diferentes mídias, filósofos, pesquisadores, além de diversas personalidades históricas que são retomadas por meio de frases que foram proferidas em diferentes contextos. Ao enfatizar essas vozes a instância enunciativa do texto busca legitimar a imagem da CEMIG como uma organização ambientalmente correta, dando materialidade e veracidade ao discurso proferido. Essas vozes são incluídas apenas para ratificar a prática social da Empresa e não para conferir dialogicidade no texto, que continua com forte caráter monológico.

Os textos da CEMIG são distribuídos por meio eletrônico a uma pluralidade de receptores, já que essas publicações são direcionadas a toda a sociedade. Essa forma de distribuição dos textos permite uma grande acessibilidade do material por diferentes atores sociais, auxiliando, assim, a construção de um discurso hegemônico, porém os enunciadores não dominam a

forma de consumo já que não existe uma interação face a face entre o produtor e o receptor do texto. Esse distanciamento, espaço temporal, faz com que os enunciadores tenham pouca possibilidade de intervenção na forma de interpretação pelo receptor, da prática social.

Ao analisar o material de pesquisa notamos a presença de dois discursos predominantes os quais denominamos de “discurso ambiental desenvolvimentista” e o “discurso ambiental legal”, os quais serão analisados na seção a seguir. Salientamos que tais representações encontram-se intrinsecamente relacionadas nos textos analisados e a separação foi realizada apenas para facilitar a apresentação dos dados e para esclarecer os argumentos apresentados.

6.2 Os discursos: ambiental desenvolvimentista e ambiental legalista

Ao analisar os textos selecionados para esta pesquisa observamos a existência de dois diferentes discursos que buscam legitimar as práticas ambientais da CEMIG e consolidar uma posição de pioneirismo e “autoridade” no assunto ambiental. Os discursos são complementares e desvelam uma ideologia instrumental a uma ideologia realmente verde. Cabe ressaltar que ambos os discursos apresentaram diversas vozes que suportaram e naturalizaram as práticas da Empresa, fortalecendo a sua imagem como ambientalmente correta.

A própria história de criação da CEMIG evidencia o seu caráter desenvolvimentista pautada numa lógica econômica-instrumental. Ao examinarmos o contexto em que se deu a sua fundação verificamos que o principal objetivo de sua constituição era apoiar e impulsionar o crescimento e o desenvolvimento do Estado e, como salientado no texto, a Empresa tornou-se “o motor de desenvolvimento do estado”. Neste sentido, ao relatar as ações

ambientais desenvolvidas desde o princípio de sua constituição, percebemos que as mesmas foram realizadas em prol desse desenvolvimento e que os impactos ambientais gerados foram como salientados em diversos trechos do texto, para melhorar “a qualidade de vida da população”. O próprio título do livro “Águas da Luz e da Vida”, principal texto analisado, faz uma alusão à importância da energia elétrica, colocando-a em grau de paridade com o meio ambiente, ou seja, ao analisarmos a frase observamos que a água é um elemento importante tanto para gerar luz (energia elétrica) quanto para gerar a vida (meio ambiente).

A água, já no primeiro capítulo do livro, assume uma grande importância para a CEMIG, não como recurso natural responsável pela existência da fauna e da flora, mas como uma matéria-prima utilizada para produção de energia para gerar o desenvolvimento latente do Estado, conforme podemos observar no trecho (2) abaixo:

- 2) No princípio eram as águas das bacias hidrográficas de Minas uma enorme urgência de desenvolvimento e o sonho eletrizante dos pioneiros (A CEMIG história dos pioneiros, Águas da Luz e da Vida: Memória Ambiental da CEMIG, 2012).

No trecho (2) além de destacar a água como matéria-prima essencial para o desenvolvimento do Estado, que era desejo dos atores sociais responsáveis pela construção da CEMIG, os autores do livro ainda parafraseiam uma passagem bíblica citada em Gênesis. No texto bíblico a água é um dos elementos responsáveis pela origem da vida na Terra, no texto da CEMIG a frase é evocada para legitimar a água como recurso principal do desenvolvimento e progresso humano. O uso do discurso indireto aproxima a voz do enunciador com a voz do texto bíblico e dessa forma apropria-se de um discurso já legitimado para reforçar e legitimar a sua prática social.

A CEMIG também destacou em seu livro de memórias ambientais uma citação do poeta modernista Manoel de Barros, a qual é evidenciada no trecho (3). Essa citação também apreendeu a passagem bíblica para explicar a grande importância para toda a sociedade da água e da luz, relegando o meio ambiente ao segundo plano. Ao retomar essa citação no texto a CEMIG mais uma vez legitimou seu discurso econômico ambiental, pois justificou e naturalizou a utilização da água primeiramente como matéria-prima.

- 3) “O mundo não foi feito em alfabeto. Senão que primeiro em água e luz. Depois árvore”. (Manuel de Barros, citado em *Águas da Luz e da Vida*, 2012).

Outros fragmentos mencionados logo no capítulo introdutório do livro de memórias ambientais evidenciam o caráter instrumental das ações da CEMIG. Assim como nos trechos anteriores o texto apresenta outra voz para sustentar sua posição de ambientalmente responsável. Neste caso utilizou-se o discurso direto para sustentar sua própria posição, dada a importância do autor da citação nas questões ambientais para a CEMIG:

- 4) “é necessário atender todos os interesses afetados sem perder de vista o *imperativo de fazer mais com menos*” (Mário Bhering, Ex-Presidente da CEMIG, citado em *Águas da Luz e da Vida: Memória Ambiental da CEMIG*, 2012).
- 5) Essas necessidades imperativas de conciliar desenvolvimento e sustentabilidade levaram a CEMIG a uma permanente busca de soluções *satisfatórias a todos os interesses envolvidos*. Este é um diferencial que veio fazer dela uma empresa *tão* premiada e *tão* vencedora na área de sustentabilidade, considerada *mesmo* pioneira e paradigmática em soluções e medidas de alcance ambiental (A CEMIG história dos pioneiros, *Águas da Luz e da Vida: Memória Ambiental da CEMIG*, 2012).

Nos trechos (4) e (5) foi demonstrado o caráter econômico da CEMIG quando salientado que se deve colocar em harmonia o desenvolvimento e meio ambiente para satisfazer todos os atores sociais, que de alguma forma têm algum relacionamento com a Empresa. O uso do advérbio de intensidade “tão” enfatiza o reconhecimento externo que a Empresa tem com suas ações ambientais, visando atestar a sua competência na área ambiental e, assim, reforçar o seu discurso verde. Além disso, a utilização do operador argumentativo “mesmo” indicou o pioneirismo da CEMIG como o argumento mais forte, o que evidencia a busca da Organização em assumir uma postura de “superioridade” no assunto quando se trata de empresas geradoras de energia elétrica, legitimando assim, o seu discurso de “modelo” para as outras empresas do setor elétrico nas questões ambientais.

Outro fragmento, disposto no informativo mensal distribuído aos funcionários da CEMIG e disponibilizado em meio eletrônico a todos os interessados, ressaltou o interesse puramente econômico nas práticas sociais no âmbito ambiental da Empresa. Ressaltamos que ao divulgar suas práticas ambientais para esse público a CEMIG busca reproduzir seu discurso hegemônico entre seus funcionários para conseguir o consentimento de todos os membros que fazem parte da organização.

- 6) Após a sua criação, a Empresa partiu para as providências práticas. A sua *preocupação inicial* era a geração de energia, e Minas Gerais oferecia o primordial para propagar o desenvolvimento industrial do Estado e iluminar as cidades: água. A abundância desse recurso natural foi indispensável para gerar *energia limpa* a todos os seus consumidores. Com a construção das usinas hidrelétricas, que usam a força das águas e *têm a vantagem de não poluir o meio ambiente*, o objetivo principal começou a ser alcançado. A CEMIG era conhecida como ‘fábrica de usinas’ (“Especial 60 anos”, Energia da Gente, ano IX, n. 88, 2012).

No fragmento (6) a CEMIG, por meio do seu discurso, buscou naturalizar a água como um recurso fundamental não só para o desenvolvimento industrial, mas também para a iluminação pública. Diferentemente do desenvolvimento industrial, que interessa apenas a poucos atores sociais, a iluminação das cidades abrange toda a população, o que evidencia os benefícios da energia elétrica para todos, tornando-a indispensável às nossas vidas, justificando, assim, todas as ações que são realizadas pela Empresa e que provocam algum impacto ao meio ambiente. A Empresa, em seus textos, ainda argumentou que a opção pelo uso da água como principal meio para gerar energia elétrica é uma ação ambiental, já que essa atividade não polui a natureza. Ao retomar essa afirmação no texto a CEMIG constrói e legitima, para seus funcionários, um discurso ambiental, já que sua prática social não traz prejuízos para o meio ambiente. Cabe destacar que a palavra “vantagem” pertence a um discurso econômico e ao trazê-la para o discurso ambiental a Empresa aproxima os dois discursos, evidenciando que o desenvolvimento é condição *sine qua non* para a preservação ambiental.

Nesse trecho (6) os enunciadores também trouxeram outra voz ao texto quando citou que a CEMIG era considerada uma ‘fábrica de usinas’. Ao retomar a fala de um enunciador externo que ressaltou a grandeza da Organização, quando iniciou suas atividades, o enunciador legitima e naturaliza a sua prática social no âmbito ambiental junto aos seus funcionários, já que esse é o público alvo da publicação em que o trecho foi veiculado. A associação dessa voz ao discurso ambiental nos evidenciou um discurso contraditório, pois uma Empresa considerada uma grande construtora de usinas não pode ser considerada uma empresa ambientalmente correta, já que essas construções causam grandes impactos ambientais, como demonstrou a Empresa em outras citações.

Nesse trecho (6) a CEMIG ainda enfatizou as usinas hidrelétricas como “energia limpa” para reforçar aos leitores a sua consciência ambiental. Porém,

como salientam Inatomi e Udaeta (2005), em seus estudos sobre os impactos ambientais na produção de energia, as hidrelétricas do ponto de vista ambiental não podem ser consideradas uma boa solução ecológica, pois elas interferem de forma drástica no meio ambiente, destruindo a fauna, a flora, a biodiversidade, além de provocar grande liberação de gás metano, quando inundam áreas de florestas, contribuindo para o efeito estufa e pela rarefação da camada de ozônio.

A CEMIG reconheceu que sua atividade produtiva causa impactos ambientais, mas tenta reduzir a importância desses impactos de diferentes formas. Uma delas é quando infere que mesmo causando impactos negativos à fauna e à flora, as barragens contribuem para o meio ambiente, pois são responsáveis pelo surgimento e evolução de espécies, como pode ser observado no trecho (8). Ao fazer tal afirmação a CEMIG minimizou os efeitos negativos de sua ação e atribuiu uma qualidade ambiental equivocada às barragens, ressaltando, assim, o seu discurso ambiental. Essa qualidade é equivocada porque o surgimento e evolução de novos sistemas ecológicos ocorrem devido à necessidade de adaptação para sobrevivência nesse meio que foi modificado por um agente externo e não por uma questão verdadeiramente ambiental. Outra forma é equiparando o meio ambiente às barragens, quando afirmou que a Natureza “também” traz prejuízos às suas barragens, igualando as condições desses dois elementos, assim, na relação entre meio ambiente e as usinas de energia não há competição, pois ambos estão equilibrados, já que causam impactos um ao outro.

Ao utilizar o modalizador “também” os autores do texto adicionaram um novo argumento que ressaltou o grau de igualdade entre as barragens e a natureza, reforçando a ideia de equilíbrio entre esses dois elementos. Esse argumento também é salientado quando se afirmou que as atividades da Empresa causam danos ambientais, mas o meio ambiente, da mesma forma, causa danos às atividades da CEMIG. Assim, a Organização naturaliza seu

discurso como puramente ambiental e justifica os problemas ambientais gerados. Ainda, para naturalizar seu discurso, os enunciadores do texto utilizaram, no trecho (7), o recurso linguístico de impersonalização por autonomização na expressão “a experiência mostra”, implicando na atribuição do enunciado como verdadeiro e levando à conclusão de que Empresa já tem conhecimento a respeito do que afirma, tornando o discurso hegemônico.

- 7) *A experiência mostra* que a construção de barragens em rios impõe modificações na dinâmica dos ecossistemas aquáticos e do entorno. A barragem afeta o equilíbrio físico, químico e biológico, criando e fazendo evoluir novos sistemas ecológicos. Assim como as barragens afetam o meio ambiente, elas *também* são afetadas por ele, sofrendo com as atividades humanas ao longo da bacia hidrográfica na qual se inserem (Programas Ambientais, Águas da Luz e da Vida: Memória Ambiental da CEMIG, 2012).

Muitas ações ambientais da CEMIG foram realizadas para atender ao seu desenvolvimento econômico, reduzindo os custos de sua operação e melhorando sua imagem junto à sociedade, como é o caso do programa de arborização e manejo de árvores e redes. Embora esse programa esteja classificado como uma ação ecológica, seu principal objetivo é reduzir os custos com a rede elétrica, provocados pelas árvores que são plantadas nas cidades, como podemos observar nos trechos assinalados abaixo:

- 8) Para que a eletricidade chegue até o consumidor com qualidade, é preciso reduzir qualquer conflito entre as redes elétricas e as árvores. Em março de 2009, a CEMIG criou o Programa de Manejo Integrado de Rede, em parceria com a Prefeitura [...] (Arborização e Manejo de Árvores e Redes, Águas da Luz e da Vida: Memória Ambiental da CEMIG, 2012).
- 9) A CEMIG executa a poda das árvores que interferem em sua rede, necessária principalmente nos períodos que antecedem as chuvas mais intensas, de forma a

evitar acidentes e desligamentos da rede elétrica (Arborização e Manejo de Árvores e Redes, Águas da Luz e da Vida: Memória Ambiental da CEMIG, 2012).

- 10) Os benefícios já podem ser percebidos, incluindo a manutenção do compromisso estratégico para o programa pela administração superior; o alinhamento de projetos e atividades dentro do programa; uma melhor compreensão da importância de selecionar e utilizar as metodologias certas para garantir resultados e benefícios para a organização, além de melhorar a percepção pública da CEMIG como uma empresa que se preocupa com o ambiente no qual atua (Arborização e Manejo de Árvores e Redes, Águas da Luz e da Vida: Memória Ambiental da CEMIG, 2012).

No excerto (8) os autores do texto ao afirmarem que para gerar energia elétrica de qualidade precisam realizar as podas das árvores, justificam essa ação como ambientalmente correta. A utilização do modalizador “é preciso” indicou que o falante aderiu a essa prática e a considera verdadeira, ou seja, uma prática realmente ambiental, sendo a única solução para a questão. Desta forma, o enunciador universalizou essa ação humana na natureza como inevitável. Notamos também que o trecho apresentou a relação entre as árvores e a rede elétrica como um conflito, onde a rede elétrica e não o meio ambiente é o mais afetado nessa relação, fortalecendo, assim, um discurso pautado na ideologia de mercado (ou capitalista).

No trecho seguinte (9), o enunciador ao utilizar o modalizador “necessária” continua justificando a poda das árvores como uma ação indispensável para garantir a qualidade de vida à sociedade, uma vez que o acesso à energia elétrica é vista como tal pela Empresa, naturalizando, assim, suas práticas econômicas como atitudes ambientais.

No fragmento (10) observamos que a CEMIG afirmou, mais uma vez, seu compromisso puramente instrumental ao adotar essa ação, pois não atribuiu nenhum benefício de caráter ambiental e ético como resultados já alcançados com essa prática. A utilização do operador argumentativo “além de” ressaltou a

direção do enunciado para um discurso desenvolvimentista, pois confirmou que o programa também cria uma imagem para a sociedade de empresa que tem preocupações ambientais, embora sua prática social seja voltada para as questões econômicas.

Outra ação realizada pela Empresa que é designada como ação ambiental e que tem, sobretudo, um cunho econômico é o programa de controle de queimadas. A CEMIG considera esse programa como uma prática de preservação do meio ambiente de suma importância para conservação de áreas naturais, como estações ambientais e áreas remanescentes de usinas, mas em seu discurso percebemos que se trata de uma prática que visa à redução dos custos de suas atividades, como podemos notar no fragmento (11):

- 11) A CEMIG possui diversas instalações que anualmente, no período seco, podem sofrer danos e prejuízos em decorrência de incêndios florestais, como as estações ambientais, áreas remanescentes de usinas hidrelétricas e termelétricas, subestações, linhas de transmissão e redes de distribuição. Para fazer frente a esse problema, a Empresa iniciou, em 1984, um trabalho integrado com o Instituto Estadual de Florestal – IEF e com a Polícia Florestal do Estado, com o objetivo de reduzir o número de desligamentos em linhas de transmissão e subtransmissão motivados pela prática de queimadas, principalmente em canaviais e pastagens (Controle de Queimadas, Águas da Luz e da Vida: Memória Ambiental da CEMIG, 2012).

Cabe destacar que a preocupação da CEMIG com relação às queimadas restringe-se apenas às áreas que estão sob a responsabilidade da Empresa, assim ela orienta suas ações apenas para esse domínio, desvelando o caráter financeiro dessa prática, já que suas ações são realizadas para evitar prejuízos que resultarão em custos para suas instalações. Mesmo tendo um caráter meramente instrumental, a Empresa procura enfatizar e reforçar essa ação como uma prática

ambiental de suma importância para a sociedade e, para isso, o enunciador trouxe ao texto outros atores sociais que têm como função primordial a preservação do meio ambiente, que são o IEF e a Polícia Florestal. Ao associar suas ações em parceria com esses órgãos a CEMIG se colocou também como uma organização que tem como principal premissa a preocupação com todo o meio ambiente, conferindo, assim, autenticidade à sua prática ambiental.

Para legitimar seu discurso ambiental a CEMIG também recorreu, por diversas vezes, aos prêmios ambientais conquistados ao longo de sua história. Ao ressaltar esses prêmios ela trouxe outras vezes ao texto que confirmaram o seu compromisso com as questões ambientais e sua prática social ambiental, consolidando-a como uma referência no assunto. As premiações mais ressaltadas em suas diversas publicações foram: o seu reconhecimento como empresa sustentável pelo Índice Dow Jones de Sustentabilidade e outros índices do mercado financeiro, como observamos na passagem (12) destacada abaixo:

12) A CEMIG é referência na economia global, reconhecida por sua atuação sustentável.

Há 12 anos consecutivos faz parte do Dow Jones Sustainability Index World – DJSI e em 2011 a companhia mineira foi selecionada pela sétima vez consecutiva para compor a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE, da Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa.

A CEMIG *também* é a única concessionária do setor elétrico da América Latina a fazer parte do The Global Dow Index. Criado em 2008, o índice americano inclui 150 empresas de 25 países, consideradas líderes mundiais e tem por objetivo servir como referência no mercado internacional (A CEMIG – Compromissos Históricos, Águas da Luz e da Vida: Memória Ambiental da CEMIG, 2012).

Ao citar essas premiações a Empresa não só fundamentou o seu discurso ambiental como desvelou o caráter instrumental-econômico desse discurso.

Essas premiações são referências para diversos investidores que se baseiam nesses índices para realizar investimentos, neste caso, além de demonstrar a responsabilidade socioambiental da Empresa, essas titulações criam valor aos acionistas.

Ao utilizar o operador argumentativo “também” no trecho (l) a Empresa buscou, mais uma vez, legitimar a sua sumidade nas questões ambientais e econômicas, já que é a única Empresa do setor a figurar em todos esses índices financeiros. O enunciador ainda salientou a importância dos índices ao enumerar a pequena quantidade de empresas que fazem parte dessa lista, ressaltando, assim, a notoriedade de figurar nessas classificações.

Cabe destacar que para que as empresas possam ser classificadas no Índice Dow Jones de Sustentabilidade elas precisam adotar uma série de práticas sustentáveis, como afirmou o gerente de sustentabilidade empresarial da CEMIG no trecho (13) a seguir:

- 13) O Índice Dow Jones divide a avaliação em três dimensões, dentro do critério da sustentabilidade empresarial: econômica, ambiental e social. Na dimensão econômica são solicitadas informações sobre governança corporativa, gerenciamento de riscos e crises, código de conduta, relacionamento com clientes, oportunidades de mercado e gerenciamento do risco de preço. Na dimensão ambiental avalia-se a política e o sistema de gerenciamento ambiental, ecoeficiência e performance ambiental, relatórios ambientais, estratégia climática, biodiversidade, projetos de infraestrutura, geração, transmissão e distribuição de energia elétrica [...] (“Ponto a Ponto”, Energia da Gente, ano VI, n. 63, 2009).
- 14) [...] a Empresa executa suas atividades conforme os princípios de desenvolvimento sustentável, sendo capaz de criar valor para os acionistas e conseguir aproveitar as oportunidades, gerenciando os riscos associados aos fatores econômicos, ambientais e sociais. Representa, *também*, a qualidade e melhoria contínua da gestão da Empresa, que *deve* integrar a

atuação ambiental e social como forma de sustentabilidade no longo prazo (“Ponto a Ponto”, Energia da Gente, ano VI, n. 63, 2009).

Dentro desse contexto percebemos que muitas práticas ambientais realizadas pela CEMIG são objetos de avaliação para seleção do Índice, o que evidenciam o interesse da Empresa em assumir esse discurso ambiental. Neste caso podemos inferir que a Organização pautou suas práticas ambientais numa ideologia instrumental, já que o seu objetivo maior é figurar nessa seleta lista do mercado financeiro e não, necessariamente, ter um compromisso ambiental com toda a sociedade, colocando a natureza como principal agente, como é adotado na ideologia verde. Assim, a Empresa busca criar valor de mercado e não puramente a preservação do meio ambiente. Ainda analisando os excertos mencionados acima, o enunciador, no trecho (14) ao utilizar o modalizador “deve” ainda acrescentou o sentido de obrigatoriedade da CEMIG em assumir uma postura sustentável como forma de consolidar a empresa no mercado, sustentando, assim, sua posição economicista e desenvolvimentista.

Esse discurso ambiental desenvolvimentista, que é pautado numa ideologia econômica-instrumental, ainda foi destacado no livro de memórias ambientais da Empresa por meio do capítulo oito, no qual são apresentados depoimentos de diversos atores sociais que foram importantes para a história da CEMIG, que participaram da construção desse discurso ambiental. Ao trazer essas vozes a esse discurso, o enunciador legitimou suas ações, já que esses relatos provariam que as práticas para preservação do meio ambiente foram de fato implementadas pela CEMIG, visando o bem de toda a sociedade. Muitos desses depoimentos ainda buscaram fortalecer o discurso de pioneirismo, inovação e de referência ambiental, criando, assim, um discurso hegemônico a respeito de sua prática ambiental.

De acordo com a CEMIG o tema ambiental sempre esteve presente entre as preocupações de seus dirigentes, os quais a Empresa nomeou de “lideranças ambientais”. Dentre todos os seus “líderes ambientais” um teve mais destaque, pois, segundo a própria Organização, foi o primeiro a incutir a ideia de preservação ambiental entre os membros organizacionais, possibilitando, assim, a criação de uma consciência ambiental organizacional. Esse presidente foi o engenheiro Mario Bhering que presidiu a CEMIG entre os anos de 1966 a 1968 e de 1983 a 1984. Na sua segunda gestão o engenheiro emvidou esforços para que todos os funcionários da Organização atentassem para a conservação do meio ambiente ao executar suas atividades. Essa recomendação foi pautada na crescente conscientização da sociedade com relação à responsabilidade ambiental, observada na década de 80 a qual foi marcada pelo crescimento de debates e efervescência das questões ligadas ao meio ambiente, o que fez com que muitas empresas, incluindo a CEMIG, alterassem a sua postura frente às novas exigências sociais, como notamos nos trechos (15) e (16) abaixo:

- 15) [...] o pessoal em Minas não lia muito jornal na época, mas eu lia – e encontro meia página criticando severamente a CEMIG porque havia derrubado um bambuzal para construir uma linha de transmissão (Memórias Vivas da CEMIG, Águas da Luz e da Vida: Memória Ambiental da CEMIG, 2012).
- 16) Um jornalista visitou a fazenda onde seria feita a devastação e escreveu a história com riqueza de detalhes. Imaginem a confusão! Chamei meu pessoal e falei: “Nunca mais façam uma coisa dessas sem eu saber!”. “Mas Dr. Mário, temos que fazer um ângulo assim e não um ângulo assado e vamos gastar mais tantas torres”. Retruquei: “Olha o que aconteceu!”. Era um pessoal bem intencionado, mas formado naquela visão economicista, muitas vezes ignorando a teoria do custo marginal e danado na vontade de simplesmente fazer o mais econômico (Memórias Vivas da CEMIG, Águas da Luz e da Vida: Memória Ambiental da CEMIG, 2012).

Observamos, nos trechos (15) e (16), que a Empresa não tinha muita preocupação ambiental até início dos anos 80, optando por realizar suas atividades pautadas apenas em questões financeiras. Porém, sua postura se alterou ao verificar que a sociedade estava mais atenta às questões ambientais e à posição da Empresa com relação à responsabilidade socioambiental e que a falta dessas ações poderia acarretar em grandes prejuízos econômicos. As expressões utilizadas pelo Engenheiro demonstraram que sua grande preocupação era com a reputação da Empresa diante do fato noticiado à sociedade, já que a reportagem foi veiculada num meio de comunicação de grande circulação entre diferentes camadas sociais. Essa preocupação ficou evidente quando em sua fala Mario Bhering ressaltou: o tamanho que a reportagem ocupava na edição do jornal; pelo uso do advérbio “severamente” o qual intensificou as críticas sofridas pela Empresa devido à “devastação” causada; pelo uso da frase exclamativa e da palavra “confusão” para referir-se ao resultado da reportagem junto à sociedade, e; pelo uso do imperativo ao chamar a atenção dos funcionários envolvidos nessa atividade. Esse discurso nos levou à conclusão de que a CEMIG apropriou-se da responsabilidade socioambiental corporativa estratégica, conforme salientado por Fleming, Roberts e Garten (2013), cujo foco da prática social ambiental é reprimir as externalidades negativas, como foi o caso dessa ação.

Após esse episódio, a CEMIG começou a preocupar-se mais com as questões ambientais e, assim, iniciou a conscientização de todos os seus funcionários com o objetivo de alterar a prática ambiental da Organização e a sua imagem perante a sociedade. Para isso divulgou no informativo interno, direcionado aos seus funcionários, o novo “código” de conduta que deveria ser adotado por todos. Ao retomar na íntegra esse informativo no livro de memórias ambientais, a CEMIG procurou reforçar que desde o início das discussões sobre o tema a Empresa já agia proativamente, e dessa forma, demonstrar que a

Empresa já buscava inculcar esse discurso ambiental em seus funcionários. Ainda cabe destacar que a adoção dessas práticas ambientais pelos membros organizacionais a partir desse momento foi impositiva, já que a alta direção elaborou um “código” para ser seguido. Ao retomarmos o significado dessa palavra percebemos a obrigatoriedade de sua adoção, uma vez que se trata de um conjunto de leis que deve ser rigorosamente obedecido.

- 17) Considerando a crescente conscientização da sociedade em relação à ecologia e responsabilidade da CEMIG com o ambiente em que atua, *estou recomendando* a toda empresa especial empenho, no sentido de minimizar os danos causados pelas nossas obras sobre a natureza.

Solicito a cada *companheiro* transmitir a todos os subordinados essa preocupação, pois apesar do bom nome que a CEMIG possui como prestadora de serviços públicos *é necessário* intensificar os cuidados visando à conservação do meio ambiente.

Sabemos que a construção de usinas, linhas e redes de distribuição, *quase sempre* provocam distúrbios ecológicos. Mas uma série de providências acauteladoras, as adotadas desde a concepção do projeto até a sua entrada em operação, *podem* minimizar o problema [...].

[...] Além dessa conscientização, outras providências, por meio de uma programação de curto, médio e longo prazos serão adotadas nos novos projetos, no sentido de intensificar a reposição, do que, muitas vezes *somos forçados* a subtrair da natureza.

Contudo, com a efetiva colaboração de todos os órgãos e pessoas envolvidas em tais empreendimentos, o que contribuirá inclusive para melhorar *ainda mais* a imagem da nossa Empresa nessa *importante área* (CEMIG Notícias, abr./1983, citado em Memórias Vivas da CEMIG, Águas da Luz e da Vida: Memória Ambiental da CEMIG, 2012).

Diferentemente dos outros excertos apresentados, o trecho (17) demonstrou o comprometimento e a inclusão do enunciador como parte da CEMIG. Essa aproximação entre a Empresa e o autor se dá principalmente nas

citações que trataram da consciência ambiental. Ao retomar a primeira pessoa do plural nessas passagens, o autor universalizou a sua posição com a dos outros funcionários da CEMIG, caracterizando a prática ambiental como algo hegemônico. Em outras passagens do trecho (17) o autor se distanciou das outras vozes do texto, ao utilizar a primeira pessoa do singular, ressaltando a sua posição de autoridade diante dos demais, e dessa forma, ordenando qual a postura que se deve cumprir.

Podemos observar também que Mário Bhering procurou minimizar os danos ambientais causados pela CEMIG ao utilizar a expressão “somos forçados a subtrair da natureza”. Desta forma, ele inferiu que os prejuízos ambientais são inevitáveis e que a CEMIG é obrigada a causá-los para um bem maior, retirando, assim, toda a responsabilidade da Empresa pelos impactos negativos gerados.

Por fim, notamos também no fragmento (17) que o autor buscou, por meio de seu discurso, consolidar a postura ambiental da CEMIG ao utilizar o modalizador “ainda mais”. Ao fazer isso, o enunciador retomou que a Empresa já possui essa ideologia ambiental e ao adotar essas novas práticas a sua postura será ainda mais acentuada, reproduzindo, assim, o seu discurso ambientalista.

Além dessa iniciativa, esse presidente da CEMIG aumentou o número de profissionais na Empresa que trabalhavam na área de meio ambiente e estimulou a capacitação da equipe, conforme destacado abaixo:

- 18) Entre 1983 e 1984, o então presidente da CEMIG, Mario Bhering, com uma visão futurista, autorizou a contratação de novos pesquisadores, triplicando o corpo técnico da equipe de meio ambiente da Empresa. Outro grande avanço foi o incentivo à participação de empregados em congressos e seminários, com apresentação de trabalhos na área. Além disso, houve estímulo à conclusão dos cursos superiores e especializações (Conservação e Manejo da Ictiofauna Programas Ambientais, Águas da Luz e da Vida: Memória Ambiental da CEMIG, 2012).

Como já discutimos neste trabalho, todo discurso organizacional é realizado pelos membros organizacionais (CARRIERI; DA SILVA; PIMENTEL, 2009), os quais também influenciam e implementam a responsabilidade socioambiental no âmbito das organizações (AGUINES; GLAVAS, 2012); assim, é necessário para qualquer empresa que deseja alterar sua prática social garantir a adesão de seus funcionários à essa prática. Ainda cabe destacar, como salienta Thompson (2011), que esses valores socialmente partilhados moldam as ações e atitudes do indivíduo fazendo com que a ideologia seja hegemônica.

Ao estimular a capacitação dos funcionários e o seu acesso ao conhecimento na área ambiental, como observamos no trecho (18) exposto acima, a Empresa iniciou um processo de conscientização dos membros organizacionais em relação às causas ambientais, com o objetivo de consolidar uma ideologia pautada na preservação do meio ambiente. Ao fazer isso, a CEMIG começou a alterar a visão de seus funcionários e gradativamente as suas práticas. Cabe ressaltar, que até então, os funcionários tinham apenas uma visão economicista de suas atividades como destacado no fragmento (16), o que tornava o discurso ambiental da CEMIG desconectado de sua prática, uma vez que a Empresa já se dizia ambientalmente responsável desde a década de 70.

Ao mobilizar seus membros organizacionais a CEMIG fez seus funcionários adquirirem uma consciência ambiental e, assim, eles envidaram esforços em torno dessa temática. Ao garantir a adesão e consentimentos das práticas ambientais no ambiente organizacional a Empresa naturalizou esse discurso, tornando-o hegemônico não somente na organização, mas para toda a sociedade.

O atual presidente da Empresa, Djalma Bastos de Moraes, assim como parte dos anteriores, também se apropriou de um discurso ambiental

desenvolvimentista que é pautado numa ideologia instrumental-econômica. Ao destacar a participação da CEMIG na Matriz Energética Limpa em suas falas, ele legitimou as práticas ambientais da Empresa, conforme evidenciado no fragmento (19) exposto abaixo:

- 19) Pois tendo apresentado na última década um crescimento como nunca havia acontecido antes, a Companhia não reduziu nem um quilowatt de sua matriz energética limpa. Pelo contrário, vem investindo cada vez mais em fontes alternativas, como a eólica, a solar, a energia de biomassa... Nesse mesmo período seu valor de mercado mais do que triplicou e atingiu um índice de praticamente 100% de todos os consumidores ligados na mesma área de concessão. Com isso, Minas Gerais mostra para o Brasil que existe um *modelo* no qual é viável e muito bem-vindo que o desenvolvimento econômico ande a par e passo com a preservação do meio ambiente (Memórias Vivas da CEMIG, Águas da Luz e da Vida: Memória Ambiental da CEMIG, 2012).

Nesse trecho (19) o atual presidente da CEMIG não só reforçou o discurso desenvolvimentista como o discurso ambiental dentro da mesma esfera, afirmando que é possível o desenvolvimento do setor elétrico no país ocorrer juntamente com a preservação ambiental, pautando-se, portanto, nas premissas do desenvolvimento sustentável. Ao fazer tal afirmação, o enunciador ainda colocou a Empresa como uma referência nessa questão, já que alia essas duas questões, ao produzir energia limpa, expandir a geração de energia elétrica e ainda aumentar o seu valor de mercado. Essas afirmações foram apropriadas da corrente da responsabilidade social corporativa denominada de *Social Issues Management* (KREITLON, 2004; FARIA; SAUERBRONN, 2008). Como já mencionamos essa corrente adota a responsabilidade socioambiental como uma estratégia ou como uma visão pragmática, em que ela é entendida como uma vantagem competitiva e como uma forma de agregar valor aos acionistas.

Cabe destacar que a CEMIG passou a investir em fontes alternativas no final da década de 70 incentivada pelas políticas dos governos federal e estadual, visando buscar soluções energéticas para a superação da crise do petróleo na qual o mundo todo se defrontava nesse período. Embora a Empresa enfatize em diversos textos o seu pioneirismo no desenvolvimento de pesquisas em energias renováveis para legitimar seu discurso ambiental, esse investimento só ocorreu em virtude dessa demanda governamental e teve como objetivo a continuidade da prestação do serviço, já que as fontes hidráulicas poderiam não ser suficientes para atender a crescente demanda, conforme podemos observar nos trechos (20), (21) e (22) abaixo:

- 20) Na área de desenvolvimento energético, a CEMIG intensificou as pesquisas de fontes alternativas e não convencionais de energia, em consonância com as políticas de racionalização do consumo de derivados de petróleo, adotadas pelos governos federal e estadual em decorrência do segundo choque do petróleo. Além de estudos sobre o potencial de energia eólica e solar e de viabilidade da utilização do gás natural em Minas, a empresa preocupou-se com o levantamento das possibilidades de produção e utilização da energia de biomassa, como lenha, carvão vegetal, álcool, bagaço de cana, resíduos agroindustriais e óleos vegetais, sem falar no programa de eletrotermia, voltada para a substituição do consumo de derivados de petróleo por energia elétrica (A CEMIG e o desenvolvimento da indústria de Energia Elétrica em Minas Gerais, Usinas da CEMIG: 1952-2005, 2006).
- 21) Como a CEMIG sempre se preocupou com a crescente demanda de eletricidade a um número cada vez maior de consumidores, ela começou a explorar outras fontes de energia potencialmente sustentáveis [...] (“Especial 60 anos”, Energia da Gente, ano IX, n. 88, 2012).
- 22) Há uma expectativa de que até 2025 o consumo de energia no Brasil aumente entre 2 a 2,5 vezes em relação ao consumo atual. Dentro dessa realidade, o Brasil terá que explorar todas as alternativas energéticas disponíveis e, seguindo uma tendência mundial, o aumento do uso de fontes de energia

renováveis com certeza é um caminho *obrigatório* sendo que novas alternativas (eólica, solar e biomassa, principalmente) deverão ter uma participação na matriz energética brasileira (Vice-Presidente da CEMIG, Memórias Vivas da CEMIG, Águas da Luz e da Vida: Memória Ambiental da CEMIG, 2012).

As pesquisas e a utilização de fontes alternativas de energia pela CEMIG, como observamos nos fragmentos acima, são uma estratégia de mercado e não possui em sua essência uma ideologia verde, mas uma ideologia capitalista pautada no desenvolvimento econômico. Essa postura também é enfatizada pela CEMIG em outros textos que são veiculados aos seus funcionários. Nesses textos o discurso que sobressaiu foi o da geração de energia renovável como vantagem competitiva, como destacamos nos fragmentos (23) e (24).

- 23) “A Cemig é um bom exemplo, pois ela entendeu há tempos que, além de ajudar na preservação ambiental, tais projetos criam uma reputação diferenciada para a Empresa. Com bons indicadores ambientais, a Companhia consegue atrair capitais de longo prazo, graças ao respeito conquistado junto aos investidores”, argumenta Marco Antônio” (consultor ambiental) (“Preservação na Prática”, Universo CEMIG, ano 2, nº 5, 2011).
- 24) Para o gestor de Implantação de Empreendimentos, a opção por diversificar a matriz energética, hoje predominantemente hidráulica, possibilita a ampliação das possibilidades de negócios e permite que a Cemig tenha uma participação de mercado cada vez maior (“Ventos cheios de Energia”, Universo CEMIG, ano 1, nº 4, 2010).

Ao retomar a voz de um especialista na temática ambiental no trecho (23) a CEMIG buscou consolidar a imagem de referência nas questões ambientais. A predileção pelo uso do discurso direto reforça a intenção da

Empresa em valorizar sua prática social ambiental pautada no discurso ambiental desenvolvimentista.

No trecho (24), assim como no trecho anterior, notamos a presença da ideologia econômica na qual o discurso ambiental da CEMIG é pautado. Porém, diferentemente do trecho (23), o enunciador utilizou o discurso indireto aproximando a voz do autor com o da Companhia, demonstrando que ambos partilham da mesma consciência ambiental.

A apropriação do discurso ambiental como estratégica ou como conceituamos nessa análise de discurso ambiental desenvolvimentista, também pode ser observado pelas falas de seu atual vice-presidente, Arlindo Porto, conforme fragmento (25):

- 25) *Consideramos* que todas as dimensões da sustentabilidade são importantes e *devem* andar juntas na estratégia da CEMIG. *Tenho* a convicção de que a sustentabilidade *deve* permear todas as ações da Companhia, dentro do compromisso que temos com o desenvolvimento da sociedade. Desta forma, no planejamento estratégico e em *nossas* atividades, *a CEMIG tem procurado destacar* a importância que *damos* ao tema como estratégia que faz parte dos *nossos* negócios (Arlindo Porto, Vice-Presidente da CEMIG, Memórias Vivas da CEMIG, Águas da Luz e da Vida: Memória Ambiental da CEMIG, 2012).

No trecho (25) o enunciador utilizou, em algumas passagens, os verbos na primeira pessoa do plural, demonstrando, assim, não somente que faz parte das práticas ambientais da CEMIG como também trouxe ao trecho outras vozes que compõem essa equipe e realizam todas essas ações, legitimando, assim, seu discurso. Em uma das afirmativas o autor se distanciou dessas vozes ao utilizar a primeira pessoa do singular, apresentando apenas a sua opinião, já que não tem certeza de que a opinião que expressa é comum aos outros funcionários. Percebemos também, nesse fragmento (24), que ao utilizar o modalizador

“deve” o autor denota um sentido de obrigatoriedade para a realização das ações de responsabilidade socioambiental em todas as esferas da CEMIG, universalizando, assim, essas ações.

Ao utilizar o recurso linguístico da impersonalização por espacialização no final do trecho (25) “[...] a CEMIG tem procurado destacar” o enunciador conferiu à Empresa um *status* de superioridade e legitimidade perante os membros organizacionais, já que é ela e não o enunciador com sua equipe que divulga as práticas ambientais da Organização. Ao fazer isso, o autor conferiu autenticidade ao que expressa.

A ideologia instrumental que permeia o discurso ambiental da Instituição também pode ser observada no depoimento de um dos seus ex-superintendentes ressaltado no fragmento (26) abaixo:

- 26) *Partimos* para vários outros tipos de estudos, mas não tinha essa conotação ambiental, porque uma coisa que a gente batia na tecla de que meio ambiente está para qualquer atividade que se faça como medicina e segurança do trabalho. Ela é de responsabilidade de todos, de qualquer atividade. Mas são só normas e procedimentos, ela não é o fim como eles querem que ela seja hoje. O que é a matéria-prima da Cemig? É a água. E onde é que guarda a água? No reservatório. Se o reservatório contamina, vai afetar a geração, vai afetar as máquinas, seja por bactéria, seja por assoreamento, vai reduzir o volume de água, vai reduzir a matéria-prima. *Ela* então trata o reservatório, trata de tudo aquilo que pode afetar a sua atividade. Essa era a tônica do meio ambiente, são os procedimentos com base em normas que se desenvolvem por meio da necessidade de cada atividade. Essa era a filosofia do meio ambiente. Isso tudo partiu de quando a *CEMIG assumiu* esse desafio de piscicultura e hidrobiologia tinham que dar certo e abriu outros campos para *nós* (Ex-superintendente da CEMIG, Memórias Vivas da CEMIG, Águas da Luz e da Vida: Memória Ambiental da CEMIG, 2012).

Por meio do excerto (26) observamos que o enunciador participou de diversos estudos que visavam o desenvolvimento da CEMIG e apropriou-se do discurso da Empresa como o seu próprio discurso, o que demonstrou o caráter hegemônico desse discurso ambiental desenvolvimentista. Por meio dessa passagem notamos também que as práticas ambientais no ambiente organizacional já era algo naturalizado, pois já estava incutido em todas as atividades da Empresa, de tal modo que não era necessário realizar estudos específicos a respeito do meio ambiente; enfim, as ações ambientais aconteciam naturalmente.

Notamos, por meio da fala desse ex-superintendente, que embora o discurso ambiental seja considerado como algo naturalizado, sua prática é apoiada apenas nas dimensões legal e econômica da responsabilidade socioambiental, sem permear pela dimensão ética, já que o falante enunciou que ela “não é o fim que eles querem que ela seja hoje”, ou seja, a responsabilidade socioambiental não é o objetivo final da Organização como desejam todos os atores sociais que apoiam a preservação do meio ambiente. O enunciador também fortaleceu a dimensão econômica ao ressaltar que as ações de meio ambiente, desenvolvidas pela Empresa, são para atender a necessidade de suas atividades que são a geração, transmissão e distribuição de energia.

O discurso ambiental desenvolvimentista também foi enfatizado pela Companhia ao trazer para seu livro de memórias ambientais citação de outros autores. Essa intertextualidade, embora manifeste as distâncias do contexto em que realmente foram criadas e ao trazê-las ao texto, conforme salienta Fairclough (2003), as diferenças entre as duas vozes são reduzidas por meio da abstração do que realmente foi dito. Assim, ao posicionar essas citações, os enunciadores apropriam-se desses discursos para legitimar o seu próprio discurso. O fragmento (27) é um desses exemplos:

- 27) “Eu também quero a volta à natureza. Mas essa volta não significa ir para trás, e, sim, para frente” (Friedrich Nietzsche, citado em *Águas da Luz e da Vida: Memória Ambiental da CEMIG*, 2012).

Nesse contexto do livro de memórias ambientais da CEMIG, a citação de Nietzsche legitimou a preocupação da Empresa com a natureza, mas, sobretudo uma preocupação com o desenvolvimento constante, o qual deve ser sempre almejado. Ao apoderar-se do discurso desse renomado filósofo alemão a CEMIG reforçou sua responsabilidade socioambiental e justificou que os danos que causa ao meio ambiente são indispensáveis para o desenvolvimento da sociedade, como já destacado em outras passagens dos diversos textos analisados nesta pesquisa.

Além do discurso ambiental desenvolvimentista, a CEMIG apropriou-se da legislação ambiental brasileira para sustentar seu discurso ambiental, principalmente para criar uma imagem de pioneirismo e modelo para empresas do setor elétrico no campo ambiental. Ao analisarmos as práticas ambientais adotadas pela Empresa e o contexto em que emergiram, percebemos que houve uma evolução dessas ações juntamente com a evolução da legislação ambiental, reforçando os preceitos da ADC em que a prática social é historicamente situada. Também cabe destacar que as práticas ambientais se intensificaram a partir do final da década de 1980, quando houve não somente uma institucionalização legal das questões ambientais como também se observou um aumento de pressões da sociedade para a adoção de uma postura ambiental, já que o planeta começou a demonstrar sinais de esgotamento. Nesse período também o setor elétrico passava por uma fase de grandes mudanças, às quais exigiram uma reorientação das posturas das empresas do setor para se manterem no mercado.

As ações ambientais da Empresa, conforme relatado nos materiais analisados, iniciaram-se ainda no final da década de 1970 como podemos

observar no trecho (28). Nesse período, o setor elétrico estava em ampla expansão e grande parte das organizações não demonstravam preocupações com o meio ambiente, o que conferiria um caráter pioneiro à CEMIG. Porém, nessa época também surgiram as primeiras legislações ambientais no país, as quais exigiram a adoção, por parte das organizações, de uma postura ambiental, o que evidencia a verdadeira razão pela realização de determinadas ações ambientais. Assim, muitas dessas legislações estão por trás de várias práticas ambientais adotadas pela CEMIG, desde então.

- 28) Há 18 anos quando a palavra ecologia ainda era pouco usual no vocabulário brasileiro, a CEMIG já se preocupava com a questão ambiental (“Antes de Serem Comuns”, Revista CEMIG 40 anos, 1992).

As primeiras ações ambientais da CEMIG foram: a elaboração do primeiro Estudo Ambiental para Implementação de São Simão, em 1970, e; o Levantamento Ecológico das Represas do rio Grande em parceria com Furnas, em 1975. A primeira ação foi derivada de uma negociação entre a CEMIG e o governo para a liberação da construção da Usina de São Simão, que era considerada a maior usina da Empresa e uma das maiores da América Latina. O acordo foi realizado com o objetivo de minimizar os impactos gerados pela instalação dessa Usina. Já a segunda ação é resultado das exigências legais que emergiram como já mencionamos, a partir do início dos anos de 1970.

O Levantamento Ecológico das represas levou ao surgimento da Estação de Hidrobiologia e Piscicultura da CEMIG, como pode ser observado no trecho (29) em destaque:

- 29) No início dos anos 70, a legislação em vigor determinava que o setor elétrico brasileiro *deveria* recuperar a fauna aquática a partir da construção de estações de piscicultura. As ações de estocagem de

peixe ganharam impulso após a promulgação do Decreto-Lei nº 221 (28/02/1967) e a publicação da Portaria nº 46/Sudepe (27/01/1971). Esses instrumentos delegaram à Superintendência do Desenvolvimento da Pesca – Sudepe a função de determinar o melhor mecanismo de proteção à fauna a ser utilizado por proprietário ou concessionário de represa em cursos de água, além de outras resoluções legais.

O resultado foi a criação de estações de espécies nativas e não nativas destinadas ao repovoamento. Diante disso, em parceria com Furnas e Cesp, criaram um grupo de trabalho para implantar um programa para o desenvolvimento da pesca, para atender aos empreendimentos do rio Grande e afluentes (Conservação e Manejo da Ictiofauna, Memórias Vivas da CEMIG, Águas da Luz e da Vida: Memória Ambiental da CEMIG, 2012).

Considerando, como salienta Fairclough (2003), o que é dito em um texto é dito em oposição ao não dito, mas tomado como dado podemos inferir, por meio do excerto acima, que a CEMIG realizou suas primeiras práticas sociais ambientais devido a uma obrigatoriedade legal, embora em grande parte de seu discurso não enfatize a legislação como a origem dessas suas ações ambientais. Ao fazer isso, o enunciador apropria-se de outras vozes ocultando seu real enunciador para enfatizar a imagem de referência ambiental que deseja criar para os diferentes atores sociais. Cabe destacar que alguns anos depois a Empresa alterou o nome da Estação de Hidrobiologia para Estação Ambiental. Ao realizar essa alteração a CEMIG passou a discursar que essa foi a sua primeira Estação Ambiental – como destacamos no fragmento (30) – desta forma sugere que a criação de suas estações ambientais foi efetivada antes do surgimento da legislação específica, legitimando, assim, a imagem de pioneirismo.

- 30) Originalmente denominada Estação de Hidrobiologia e Piscicultura de Volta Grande [...] Primeira estação ambiental da CEMIG, sua criação foi idealizada no

tempo da construção da Usina de Volta Grande [...] (Estação Ambiental Volta Grande, as 10 estações ambientais, Águas da Luz e da Vida: Memória Ambiental da CEMIG, 2012).

Ainda é válido ressaltarmos que essas primeiras realizações no âmbito ambiental deram origem às outras práticas ambientais da CEMIG, como destacado no fragmento (31), consolidando, assim, a apropriação do discurso ambiental legal.

- 31) O grande desafio era enfrentar o setor e fazer com que as portarias fossem cumpridas. Era preciso tratar a formação dos reservatórios, fazer a hidrobiologia e fazer a piscicultura e esse programa deslanchou. Esse programa foi o princípio de tudo (Ex-superintendente da CEMIG, Memórias Vivas da CEMIG, Águas da Luz e da Vida: Memória Ambiental da CEMIG, 2012).

Após a criação da “primeira” estação ambiental, a CEMIG implementou outras nove estações ambientais. A criação dessas unidades foi iniciada a partir da década de 1980, após a publicação da Lei nº 6.902 que dispôs sobre a criação de estações ecológicas e áreas de proteção ambiental e da Lei nº 6.838 de 1981 que estabeleceu a Política Nacional do Meio Ambiente, e teve seu *boom* a partir da década de 1990, após a publicação do Decreto nº 99.274 de 1990 que regulamentou as Leis nº 6.902 e 6.838. Esse contexto evidencia o caráter legal na adoção da prática ambiental da Empresa, embora a Organização evidencie pouco a questão legal em seu discurso ambiental, como já mencionado.

Apesar de não evidenciar tanto essa questão em suas publicações, podemos observar, na análise do material selecionado para esta pesquisa, que a legislação ambiental teve grande influência na prática ambiental da Organização a partir dos anos 80, fazendo eclodir setores especializados em meio ambiente

dentro da própria CEMIG e estimulando a parceria entre ela e outros órgãos, como podemos notar no fragmento (32):

- 32) Na década de 80 começou a consolidar no Brasil a legislação ambiental voltada para a necessidade e obrigatoriedade de licenciamento para empreendimentos que pudessem causar impactos ao meio ambiente. De fato, foi só em 1986 que o licenciamento ambiental se apresentou como instrumento de gestão, melhoria e acompanhamento do desempenho ambiental. É por essa época que as equipes de meio ambiente e de licenciamento ambiental foram formados na CEMIG, com o apoio técnico de diversas universidades, centros de pesquisas e empresas de consultoria, o qual foi fundamental [...] na implantação de programas para identificação e mitigação dos impactos ambientais dos empreendimentos da CEMIG (Superintendente da CEMIG, Memórias Vivas da CEMIG, Águas da Luz e da Vida: Memória Ambiental da CEMIG, 2012).

Retornando às estações ambientais da CEMIG, ao citar em seus textos a criação das mesmas, a CEMIG prefere ressaltar outras questões que não as legais, como: a grandiosidade de suas estações, destacando suas dimensões; a variedade de espécies encontradas nessas áreas e sua importância para o desenvolvimento de pesquisas e formação de profissionais na área de preservação ambiental, como pode ser observado nos trechos (33), (34) e (35) abaixo:

- 33) A Estação Ambiental São Simão conta com uma área de 394 ha e está localizada em parte no município de Santa Vitória – MG e parte do município de São Simão (Estação Ambiental de São Simão, As 10 estações ambientais, Águas da Luz e da Vida: Memória Ambiental da CEMIG, 2012).
- 34) A fauna é bastante rica, composta por animais de variadas espécies, tais como capivaras e antas, muito frequente às margens do reservatório; no interior das

matas podem-se observar o lobo-guará, o cachorro-domato, o tamanduá bandeira, o veado-campeiro e o tatu-canastra. Outras espécies frequentemente registradas são a paca, o tatu-peludo [...] animais típicos do cerrado [...] (Estação Ambiental de São Simão, As 10 estações ambientais, Águas da Luz e da Vida: Memória Ambiental da CEMIG, 2012).

- 35) A estação tornou-se uma importante escola de técnicos especializados nos problemas específicos do setor elétrico brasileiro, e, portanto, na formação de mão-de-obra qualificada para a elaboração dos Estudos de Impacto Ambiental e Relatórios de Impacto Ambiental – EIA-RIMA de usinas hidrelétricas quando da promulgação da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente 01/86 (Estação Ambiental de Peti, As 10 estações ambientais, Águas da Luz e da Vida: Memória Ambiental da CEMIG, 2012).

Ao quantificar o tamanho de suas estações, conforme o excerto (33), e a variedade de animais encontrados nessas áreas, conforme trecho (34) a CEMIG legitima suas ações ambientais e a importância dessas práticas para o meio ambiente. Desta forma, ela busca coibir todos os impactos negativos que foram causados com a construção de suas usinas e barragens. Ao enfatizar a formação de profissionais na área ambiental, como se pode observar no trecho (35) a Empresa reforça seu discurso de referência na área do meio ambiente, principalmente no que diz respeito ao cumprimento da legislação ambiental vigente, evidenciando, mais uma vez, sua posição desenvolvimentista e legal.

A CEMIG também enfatizou como prática ambiental o repovoamento dos rios e reservatórios de espécies de peixes como apresentado no fragmento (36):

- 36) O repovoamento com espécies nativas de peixes em reservatórios e rios é realizado de forma pioneira pela CEMIG desde 1976. A soltura de alevinos para recompor os *estoques* de peixes de interesse ecológico (espécies ameaçadas de extinção) e econômico suplementa as populações já existentes na região,

visando à manutenção em ambientes aquáticos impactados por causas naturais ou ação humana (Conservação e Manejo da Ictiofauna, Memórias Vivas da CEMIG, Águas da Luz e da Vida: Memória Ambiental da CEMIG, 2012).

Analisando todo o contexto do setor elétrico brasileiro, observamos que essa ação de “pioneirismo” também foi amparada na legislação ambiental. Os já citados, Decreto-Lei nº 221, promulgado em 1967 e Portaria nº 46/Sudepe, de 1971, obrigavam as empresas do setor elétrico a preservar a fauna dos rios e reservatórios bem como recompor o ambiente degradado. Assim, a CEMIG apropriou-se das obrigações legais para construir um discurso ambiental. Cabe ressaltar que a Organização apropriou-se desse discurso legalista, mas a sua ideologia continuou ancorada na ideologia econômica, fato esse observado principalmente pelo uso da palavra “estoque”, a qual tem um sentido puramente instrumental para referir-se à quantidade de peixes que são utilizados para recomposição da fauna aquática. Ao buscarmos os significados dessa palavra, verificamos que os mesmos estão associados a definições como: quantidade de mercadorias que se dispõem; depósito de mercadorias para venda ou exportação; quantidade acumulada de produtos; quantidade acumulada de bens e valores, entre outros; sendo comum a todas essas definições o sentido de bem de consumo. Desta forma, ao utilizar esse termo o enunciador denota um sentido de “mercadoria” aos peixes, reduzindo-os a mais uma atividade econômica da CEMIG.

Observamos, também, no final do trecho (36), que a Companhia busca demonstrar que a redução do número de peixes no meio aquático em que possui suas instalações não está associada apenas à sua atividade produtiva, mas também está associada às causas naturais, ou seja, também sofrem ação da natureza. Além disso, ao propagar esse texto, o enunciador não apenas demonstrou que a CEMIG não é o único agente a causar os impactos no meio

ambiente, mas também inferiu que a Empresa assumiu a posição de mãe natureza, já que ela também tem a função de recompor os danos causados pela própria ação ao meio ambiente.

Ao analisarmos as publicações da CEMIG, também notamos que essa ação ambiental de repovoamento de fato não tem impactos significativos no meio ambiente, mas contribui fortemente para pesquisas e para a imagem da Organização. Essa nossa constatação pode ser confirmada por meio da fala de um de seus superintendentes, destacada no fragmento (37) disposto abaixo, que enfatizou que essa prática ambiental é “simbólica”, ou seja, a Organização jamais conseguirá recompor toda a fauna e flora que foram afetadas por meio do desenvolvimento de suas atividades, mas de certo essa ação será vista por grande parte da sociedade como uma importante prática social, legitimando o discurso ambiental da Empresa.

- 37) O ato de repovoar *continua simbólico*. É muito difícil você repor quantitativo de nossa fauna, mesmo que sejam milhares de alevinos, porque na natureza um curimatá contém milhões de ovas, então ele se reproduz muito mais em termos de quantidade com muito mais velocidade. Mas tudo isso ajudou muito, porque uma estação de piscicultura que já fazia pesquisa na reprodução de peixes nesse início da formação da responsabilidade ambiental (Superintendente da CEMIG de 1996 a 1994, Memórias Vidas da CEMIG, Águas da Luz e da Vida: Memória Ambiental da CEMIG, 2012).

Além dessas práticas mencionadas acima, o reflorestamento de áreas degradadas, principalmente das matas ciliares, iniciado pela CEMIG no início da década de 90 também desvela a legislação por trás do discurso ambiental. Se observarmos o contexto em que essa prática ambiental foi iniciada pela Empresa, como pode ser observada no trecho (38) destacado a seguir, verificamos que a mesma se respalda no parágrafo segundo do artigo 225 da

Constituição Federal de 1988, a qual determina que “Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a **recuperar o meio ambiente degradado**, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei” (grifo nosso). Mais uma vez a CEMIG se apropriou do discurso legal transformando-o em sua prática ambiental.

- 38) O Programa de Reflorestamento Ciliar foi implantado em 1990, em convênio com a Universidade Federal de Lavras e a Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa Extensão – FAEPE, na Estação Ambiental de Itutinga e em 1991 expandido para a Estação Ambiental de Volta Grande. O objetivo principal do programa é o desenvolvimento de tecnologias para a recomposição das matas ciliares (Reflorestamento Ciliar, Programas Ambientais, Águas da Luz e da Vida: Memória Ambiental da CEMIG, 2012).

A Organização, ao adotar essa prática de reflorestamento, não só cumpre o aparato legal como também traz ao seu discurso outro ator social externo à Empresa, a Universidade Federal de Lavras (UFLA), organização de renomado conhecimento técnico. Ao associar-se à UFLA na produção de tecnologia para o meio ambiente a CEMIG legitimou sua imagem inovadora, a qual busca construir durante todo o seu discurso ambiental. Além disso, a CEMIG ainda retoma a voz da UFLA para comprovar que essa sua ação ambiental está sendo executada de forma adequada, legitimando, assim, sua ação como podemos observar no fragmento (39):

- 39) *Os trabalhos de pesquisa desenvolvidos resultaram na publicação de diversas teses de doutorado, dissertações de mestrado, artigos em revistas científicas nacionais e internacionais. O grande volume de conhecimento gerado pelo programa culminou com a criação do Centro de Excelência em Mata Ciliar na UFLA, alargando o âmbito de sua ação e contribuindo para a melhoria das condições de pesquisa.*

Desta forma, o objetivo de proteger as margens do reservatório das usinas da CEMIG, evitando os processos erosivos e mantendo a vida animal – terrestre e aquática – vem sendo cumprido rigorosamente (Reflorestamento Ciliar, Programas Ambientais, Águas da Luz e da Vida: Memória Ambiental da CEMIG, 2012).

Constatamos que no trecho destacado acima o enunciador se valeu do recurso linguístico de impersonalização por autonomização (“os trabalhos de pesquisa resultaram”; “o conhecimento culminou”), desta forma o enunciador distanciou a voz da UFLA do discurso, aproximando-a de seu próprio discurso, culminando na naturalização desse discurso ambiental como sendo o seu próprio discurso.

A CEMIG também investe em programas de educação ambiental desde o final da década de 1990. Essa ação não só é importante para ganhar a adesão e o consentimento de seu discurso ambiental, junto à sociedade, como também visa cumprir as exigências legais para a obtenção do licenciamento ambiental para a exploração de suas barragens e usinas, conforme podemos notar no próprio discurso da Empresa:

- 40) A promoção de atividades de educação ambiental está listada no processo de Licenciamento Ambiental Corretivo da Usina Termelétrica de Igarapé (Estação Ambiental Igarapé, As 10 Estações Ambientais, Águas da Luz e da Vida: Memória Ambiental da CEMIG, 2012).

Assim, essa prática ambiental também ganha os contornos de um discurso ambiental legalista, embora a Companhia, assim como faz em outras passagens, não ressalta o cumprimento da legislação ao citar os motivos pelos quais pratica a educação ambiental, preocupando-se apenas em demonstrar a importância dessa ação para toda a comunidade, como destacamos abaixo:

- 41) A CEMIG trabalha com educação ambiental pelos seguintes motivos: a responsabilidade social; a imagem da Empresa; a promoção do desenvolvimento sustentável e a formação da consciência, objetivando uma mudança de comportamento (Terra da Gente – Programa CEMIG de Educação Ambiental nas Escolas, Programas Ambientais, Águas da Luz e da Vida: Memória Ambiental da CEMIG, 2012).

Apesar de não desvelar o caráter legalista de sua ação no trecho (41), a Empresa ressalta o caráter econômico que também fortalece esse discurso. Ao enunciar que realiza a Educação Ambiental também pela imagem da Empresa, ela demonstra que se preocupa em consolidar uma imagem positiva para agregar valor aos seus acionistas, assim, essa ação como tantas outras que mencionamos, são impulsionadas pela ideologia instrumental. Além disso, é interessante notar que a Empresa discursa que um dos seus objetivos é a “formação de uma consciência” e uma “mudança de comportamento”, assim, ela não somente promove uma mudança de atitude dos atores sociais envolvidos nessa prática como também associa sua imagem à preservação ambiental, distanciando-se daquela imagem negativa que as empresas do setor elétrico possuem no campo ambiental, legitimando, assim, suas práticas já que fortalece um discurso de que a Organização de fato realiza ações ambientais altamente significativas para a sociedade.

Vale ressaltar que os atores sociais abordados por essa ação da Empresa são estudantes cursando a segunda fase do ensino fundamental e, ainda, estão formando a sua identidade e ideologia. Desta forma a Empresa atinge seu objetivo de criar uma imagem ambientalmente responsável, fixando, assim, esses elementos ao seu discurso e alcançando a hegemonia do seu discurso ambiental. Esse discurso também é absorvido pelos familiares desses estudantes, uma vez que os mesmos irão replicar todas as informações apreendidas durante

o programa de educação ambiental para parentes e amigos, naturalizando essa postura ambiental para boa parte da sociedade.

Além de criar uma imagem ambientalmente correta para esse público, a CEMIG também busca fortalecer essa prática social ambiental dentro do ambiente organizacional. A consolidação dessa consciência ambiental nos seus membros organizacionais e o dever de criar uma imagem de empresa preocupada com o meio ambiente foram observados em diversas publicações da CEMIG, como é o caso do fragmento que destacamos a seguir:

- 42) Segundo Leotacílio, a vantagem desse trabalho é justamente poder levar a CEMIG no peito. “Todos percebem o amor e a dedicação que temos. No final, isso resulta numa propaganda corpo a corpo com nosso público, que também são nossos clientes, e todos saem daqui levando uma imagem da melhor energia do Brasil e a mais verde pela sua responsabilidade socioambiental” (“Questão Ambiental Levada a sério por empregados”, Energia da Gente, ano VI, n. 56, 2009).

O ator social citado era um funcionário da CEMIG que atuava há 12 anos em uma das estações ambientais da Companhia. Ao retomar sua voz na reportagem de forma direta, a CEMIG enfatizou a criação de uma consciência ambiental entre seus funcionários, demonstrando, assim, a existência de um discurso ambiental naturalizado e hegemônico. A fala desse empregado também demonstrou que ele tem grande comprometimento com a Organização e com os valores ambientais partilhados, pois mencionou que a leva no peito, ou seja, em seu coração. Ao fazer tal enunciação, percebemos que de fato ele apropriou-se do discurso ambiental da CEMIG e o reproduz de forma eficiente nas suas atividades rotineiras. Assim, esse compromisso que o funcionário tem com a CEMIG e com seu discurso ambiental legitima essa prática social para outros

atores sociais que passam a associar o nome da Empresa com a preservação ambiental, como o próprio enunciador afirmou no final do trecho acima citado.

Assim como a Empresa investe em ações de educação ambiental para a obtenção do licenciamento ambiental, como mencionado anteriormente, outras práticas ambientais também são realizadas com o mesmo objetivo. Entre essas práticas podemos citar: os programas de monitoramento de qualidade da água; os inventários da fauna e flora; reflorestamento ciliar; reintrodução de fauna silvestre e integração com a sociedade. Todas essas ações são citadas pela CEMIG como práticas ambientais onde não há nenhuma menção ao cumprimento da legislação. Ao fazer isso a Organização oculta o caráter legal que está por trás de boa parte de seu discurso ambiental. Esses programas são evidenciados como uma ação espontânea da Empresa, legitimando a sua preocupação com o meio ambiente. Abaixo, destacamos alguns trechos que evidenciaram esses programas e os objetivos focalizados pela CEMIG.

- 43) O Profauna – programa de reintrodução de fauna silvestre – teve início no ano de 1998 com o objetivo de reintroduzir espécimes de fauna nativa em áreas de conservação ambiental da Empresa (Programas Ambientais, Profauna, Águas da Luz e da Vida: Memória Ambiental da CEMIG, 2012).
- 44) Por meio do Programa de Monitoramento da Qualidade da Água de Reservatórios da CEMIG são coletados dados físico-químicos e biológicos, pelos quais é possível avaliar as condições ecológicas do ecossistema aquático. Essas coletas geram um grande volume de dados [...] que possibilita uma avaliação integrada no tempo e no espaço, além de permitir que a sociedade acompanhe a evolução da qualidade da água dos reservatórios pela Internet [...]. (Programas Ambientais, Monitoramento da Qualidade da Água, Águas da Luz e da Vida: Memória Ambiental da CEMIG, 2012).
- 45) De forma aderente à sua política socioambiental, a Empresa implementou em 2005, um programa de integração com a comunidade destinado a ser um

fórum permanente de diálogo com essa população (Programas Ambientais, Integração com a Comunidade, Águas da Luz e da Vida: Memória Ambiental da CEMIG, 2012).

Cabe destacar que o programa de integração com a comunidade, que ressaltamos no trecho (43), não só atende a exigência legal como também garante o consentimento e a adesão da sociedade ao discurso ambiental junto às comunidades que atua, tornando, assim, o seu discurso hegemônico. Com essa prática a CEMIG não só altera a percepção que a população tem de suas atividades produtivas como também estimula a divulgação das suas práticas ambientais para a sociedade em geral, como evidenciamos nos trechos (46) e (47). Percebemos, também, que o programa é fundamental para que a CEMIG estabeleça parcerias com atores sociais chave e, assim, também naturalize seu discurso:

- 46) O principal aspecto desse programa está associado à percepção do público em geral de que enchentes estariam associadas à operação das usinas em decorrência da abertura das comportas dos reservatórios [...] Além de passar todas as informações, a CEMIG acolhe demandas da população, estabelece parcerias com lideranças locais, órgãos e atores responsáveis pela segurança e prevenção dos efeitos das enchentes [...] (Programas Ambientais, Integração com a Comunidade, Águas da Luz e da Vida: Memória Ambiental da CEMIG, 2012).
- 47) Um bom indicador de abrangência do plano são as matérias positivas, publicadas de forma espontânea pelos canais de comunicação, o que confirma a sua importância para fomentar uma relação de confiança, colaboração e proximidade com a comunidade (Programas Ambientais, Integração com a Comunidade, Águas da Luz e da Vida: Memória Ambiental da CEMIG, 2012).

A partir da década de 90 todas as práticas ambientais da Empresa são pautadas por sete princípios estabelecidos pela sua Política Ambiental. Esses princípios foram elaborados no ano de 1990 quando os debates sobre a relação entre o Meio Ambiente e o Setor Elétrico estavam em evidência. Em 1986, como já mencionado neste trabalho, a Eletrobrás criou o Conselho Consultivo do Meio Ambiente o qual alguns anos depois – em 1989 – elaborou o I Plano Diretor do Meio Ambiente para o setor elétrico. É interessante ressaltar que nesse período o presidente da Eletrobrás era o engenheiro Mário Bhering, ex-presidente da CEMIG, que ainda mantinha forte vínculo com a Empresa, o que influenciou na elaboração dessa Política Ambiental da Organização.

Os princípios dessa Política Ambiental são apresentados abaixo e demonstram o forte engajamento nas dimensões legal e econômica da responsabilidade socioambiental.

- 48) Princípio nº 1: A CEMIG planeja, projeta e desenvolve suas atividades, levando em consideração as implicações relativas ao meio ambiente.
- Princípio nº 2: A CEMIG *administra* preventivamente as implicações ambientais de suas atividades.
- Princípio nº 3: A CEMIG *administra* os impactos ambientais *significativos* de suas atividades, adotando medidas mitigadoras e práticas adequadas.
- Princípio nº 4: A CEMIG busca a valorização ambiental *viável* que *pode* ir além da administração de impactos exigidos pela legislação, *sem, contudo*, assumir funções de responsabilidade de outros órgãos dos Governos Federal, Estadual ou Municipal.
- Princípio nº 5: A CEMIG considera *enriquecedora* a participação das comunidades afetadas ou interessadas, durante as fases de projeto de suas atividades.
- Princípio nº 6: *Além* do cumprimento das leis, regulamentos e políticas governamentais aplicáveis, a CEMIG *pode* vir a complementá-los com suas próprias regras, se necessário.
- Princípio nº 7: O respeito e a valorização do meio ambiente constituem responsabilidade de *todos os empregados e parceiros* da CEMIG e de suas

subsidiárias (Política Ambiental, Introdução – No princípio eram as águas, Águas da Luz e da Vida: Memória Ambiental da CEMIG, 2012).

Notamos que a Política Ambiental da CEMIG, destacada no trecho (48), é pautada nas dimensões econômica e legal da responsabilidade socioambiental, o que nos comprova a ideologia instrumental que está por trás de seu discurso ambiental. Ao afirmar que a CEMIG busca “uma valorização ambiental viável” a Empresa demonstrou que suas ações de preservação do meio ambiente só são realizadas se forem exequíveis e que ofereçam resultados à Organização, o que evidencia o caráter instrumental de suas ações. A CEMIG também deixou claro em sua Política Ambiental a realização de ações em consequência das exigências legais, que determinam a obrigatoriedade na realização dessas atividades ambientais.

A utilização do modalizador “pode”, demonstrou que a Organização não tem a prática ambiental pautada em outras dimensões além da legal como um dever máximo da Empresa, ou seja, a prática ambiental pautada em outras dimensões é apenas uma possibilidade, podendo ou não ser executada, dependendo ou não de sua viabilidade, principalmente econômica. Assim, o trecho nos evidenciou que as ações ambientais da Empresa, em sua maioria, são pautadas ora nas questões legais ora nas questões econômicas, o que reforça nossas inferências anteriores.

A CEMIG ainda evidenciou que a preservação ambiental, além das dimensões legal e econômica, não é dever das organizações e, sim, do Estado, ao afirmar que não assume as “responsabilidades dos Governos Federal, Estadual e Municipal”. Além disso, a CEMIG ainda colocou a preocupação com o meio ambiente como uma responsabilidade de todos os atores sociais, reduzindo, assim, a sua obrigação de recuperar o ambiente que degrada com suas atividades produtivas.

Essa Política Ambiental da CEMIG também é utilizada pela Empresa como instrumento de justificação dos danos ambientais causados, como podemos notar no fragmento (49):

- 49) A Política Ambiental da CEMIG traduz, assim, o esforço da Empresa em efetivar ações que minimizem danos à natureza e, ao mesmo tempo, *não impeçam* a população de receber os benefícios do desenvolvimento econômico e social (“Defesa do Meio Ambiente – imagem de respeito”, Revista dos 50 anos da CEMIG, 2002).

Ao enfatizar que essa prática social possibilita o acesso ao desenvolvimento, notamos, mais uma vez, a presença da ideologia econômico-instrumental nas ações ambientais da Organização. Ao propalar que a Natureza impede o progresso da sociedade a CEMIG inverte os papéis sustentados pela ideologia verde, na qual o meio ambiente é o significante de maior importância. Nesse discurso apresentado pela Empresa o desenvolvimento está em primeiro plano e os impactos ambientais são apenas consequências necessárias para o bem-estar da população.

O discurso ambiental legal propalado pela Organização, também ficou evidente no capítulo seis do livro de memórias ambientais da CEMIG, pois o capítulo descreveu sobre o licenciamento ambiental e avaliações ambientais. Ao apropriar-se da voz do governo, por meio da menção à legislação, a Empresa demonstrou que se compromete com o cumprimento das mesmas em suas ações ambientais e que essas leis, portanto, balizam seu discurso ambiental, embora não evidencie isso claramente na maior parte de suas publicações. Por fim, nesse trecho a CEMIG ainda destacou a criação de um órgão interno, cuja função é garantir o cumprimento de toda a legislação ambiental vigente, o que fortalece nossa constatação de que sua prática ambiental está fortemente pautada na dimensão legal.

Ainda, cabe destacar que na década de 1990 o setor elétrico, mais uma vez passou por profundas transformações. A maioria das empresas era estatal e a partir desse período foram privatizadas. Nesse contexto, a avaliação ambiental passou a ser pré-requisito para aquisição de qualquer empreendimento hidrelétrico, já que tanto a legislação ambiental quanto as pressões sociais estavam em evidência nesse período. Além disso, a preservação ambiental e a recuperação de áreas e faunas degradadas passaram a ser exigências de diversas instituições financiadoras para concessão de recursos financeiros, principalmente as internacionais, que realizam grande aporte de recursos a esse setor. Assim, a adoção dessas práticas era de suma importância para o desenvolvimento e fortalecimento da CEMIG.

Como já mencionamos boa parte do discurso ambiental da CEMIG está pautada na questão legal, desta forma a evolução dessa prática social ocorreu paralelamente ao surgimento dos aparatos legais. Assim como nos anos 80 e 90 a prática ambiental foi embasada principalmente na Política Nacional do Meio Ambiente e no Licenciamento Ambiental, nos anos 2000 a Empresa apropriou-se do discurso das certificações para sua prática ambiental, como é o caso da série ISO, as quais estavam em grande evidência nesse período. Essas certificações atestam que as empresas possuem uma padronização das práticas ligadas à gestão ambiental e, assim, conferem um “selo de qualidade” para as empresas. Desta forma, as organizações que possuem esse tipo de reconhecimento imprimem legitimidade às suas práticas. Cabe ressaltar que essas certificações são parte dos critérios de avaliação para diversas premiações, como é o caso do Índice *Dow Jones* de Sustentabilidade que é almejado todos os anos pela CEMIG, dada a sua notoriedade no mercado.

A Empresa atribuiu parte de seu “sucesso” na área ambiental à implantação do Sistema de Gestão Ambiental, que é um dos princípios da NBR 14001, como podemos notar no fragmento (50) abaixo:

50) A CEMIG vem, ao longo de sua história, implementando inúmeras ações ambientais de sucesso integradas ao seu negócio. Essas ações passam pela implementação dos Sistemas de Gestão Ambiental, cujo processo se iniciou no ano 2000, quando a Direção da Empresa definiu critérios mínimos para adequação ambiental de suas instalações [...] Ao final de 2011 o parque gerador da CEMIG teve todas as suas grandes usinas certificadas ambientalmente, quer seja com a ISO 14001 ou com o Sistema de Gestão Ambiental Nível 1 [...] A sustentabilidade da CEMIG construída ao longo desses anos tem a gestão ambiental como um de seus pilares, fundamental para que a CEMIG se mantenha nesse patamar, contribuindo para a melhoria de toda a sociedade (A Gestão Ambiental, Introdução, Águas da Luz e da Vida: Memória Ambiental da CEMIG, 2012).

Ao apropriar-se da voz das certificações em seu discurso ambiental, como destacamos no trecho (50), a CEMIG consolidou seu discurso ambiental, já que tal certificação é uma forma de atestar que determinadas ações ambientais estão de fato sendo implantadas pela Empresa. Por meio dessas certificações a CEMIG também fortaleceu seu discurso de empresa pioneira e modelo na área ambiental, ao destacar em seu texto que diferentemente das outras empresas do mesmo setor, todas as suas usinas são certificadas.

Enfim, ao analisarmos o discurso ambiental da CEMIG notamos que o mesmo permeia as dimensões econômica e legal da responsabilidade socioambiental corporativa (ou *Social Issues Management*) e que ambas são investidas pela ideologia instrumental-econômica que permeiam o contexto globalizado em que estamos inseridos. Desta forma, a Empresa vale-se de uma responsabilidade socioambiental estratégica, cujos objetivos são melhorar a sua imagem junto à sociedade, reprimindo os elementos negativos que estão associados à sua atividade econômica, e; agregar valor aos seus acionistas. O fragmento (25) que se refere ao depoimento do atual vice-presidente da CEMIG

demonstrou o caráter da responsabilidade socioambiental como estratégia empresarial, reforçando, assim, nosso argumento.

O discurso desenvolvimentista e o discurso legal se aproximam a todo o momento do discurso ambiental da CEMIG e são altamente demarcados pelo contexto, ou seja, a evolução da legislação e o incentivo ao crescimento econômico ficam evidentes nas práticas ambientais da Empresa ao longo de sua história. Ambos são apropriados pela CEMIG para legitimar suas práticas ambientais junto aos membros organizacionais e, sobretudo, à sociedade e naturalizar suas ações degradadoras como indispensáveis para a melhoria da qualidade de vida de toda a população. Desta forma, a sociedade não somente aceita essas ações como também associa a imagem da CEMIG com a responsabilidade socioambiental. Esses discursos são reproduzidos não somente pelos textos da Organização – como sites, revistas institucionais, comerciais, entre outros – mas, também, pelos seus membros organizacionais nas suas atividades rotineiras, já que os mesmos internalizaram o discurso ambiental da Empresa, como evidenciamos em alguns fragmentos dessa nossa análise.

Notamos, também, que a partir da década de 90 a Empresa começou a associar o desenvolvimento às práticas ambientais e sociais da Organização, o que demonstrou que ela se apropriou do discurso da sustentabilidade, que estava recém-criado, para reforçar sua prática social. Vale ressaltar que o conceito de desenvolvimento sustentável engloba o alinhamento das dimensões econômica, ambiental e social e, desta forma está amparado numa ideologia instrumental e não propriamente numa ideologia ambiental, portanto, ao adotá-lo a Organização realiza ações ambientais, porém com mais objetivos lucrativos.

Ao analisarmos os modos de operações gerais da ideologia presente no discurso ambiental da CEMIG, de acordo com o arcabouço teórico de Thompson (2011), verificamos que foram utilizadas diferentes estratégias de construção simbólica. Os enunciadores empregam a racionalização e a universalização

como estratégia típica da construção simbólica para sustentar a legitimação, ou seja, representar seu discurso ambiental como justo e digno de apoio. A racionalização é representada quando o autor desenvolve uma cadeia de raciocínio que procura defender ou justificar seu discurso, convencendo os atores sociais de que ele merece apoio (THOMPSON, 2011); como observamos, dentre outros, nos excertos (17), (36) e (49). Já a universalização é quando o enunciador universaliza questões que servem apenas a alguns indivíduos como servindo ao interesse de todos (THOMPSON, 2011). Como observamos, por exemplo, nos trechos (4) e (6).

Ainda, como estratégia de reificação como modo de operação da ideologia o enunciador se vale, em diversos fragmentos, da nominalização/passivação. Ao utilizar essa estratégia os autores do texto buscaram apagar os atores da ação pretendendo, assim, representar a prática social sem o sujeito que produziu essa prática (conforme sugere Thompson, 2011), como é o caso dos trechos (07), (25) e (39) ou, até mesmo diluindo esses atores sociais, como é o caso do trecho (39).

Em todos os textos analisados notamos a presença de interdiscurso, ou seja, a presença de dois discursos hegemônicos que são propalados pela CEMIG: o ambiental desenvolvimentista e o ambiental legalista e que apontam para a mesma direção, isto é, ambos propalam um discurso ambiental fortemente vinculado à ideologia instrumental. Nos recortes selecionados não percebemos nenhum conflito entre esses dois discursos, como já mencionamos, eles são complementares e cooperam para estabelecer um discurso puramente ambiental, que após análise percebemos que estão associados à ideologia instrumental-econômica e buscam naturalizar e legitimar as práticas ambientais da Empresa.

O discurso ambiental desenvolvimentista percebe nas questões econômicas e de mercado as razões para a execução das práticas ambientais e está articulado no texto em diversos fragmentos como os já citados (2), (4), (5),

(6), (19), (23) entre outros, nos quais observamos o caráter econômico na adoção dessas práticas, por meio de utilização de palavras pertencentes ao campo econômico, pela ênfase nos resultados financeiros e na agregação de valor de mercado ao adotar essas práticas, pela associação do desenvolvimento como algo inevitável e vital para a sociedade e, sobretudo, pela colocação dos recursos naturais primordialmente como matéria-prima. Já o discurso ambiental legalista tem como razão de suas práticas ambientais a legislação vigente e está articulado no texto em diferentes trechos, como (41), (43), (45), (48), (49), (50) etc., nos quais notamos o caráter legal-instrumental dessas ações por meio da apropriação da legislação ambiental vigente, bem como das regras e critérios de avaliação de órgãos certificadores, como ISO e de organizações premiadoras como é o caso da BMF. Em ambos os discursos há o efeito de legitimação, não só da preocupação da CEMIG com as questões ambientais, mas, também, de legitimação da realização de múltiplas ações de caráter ambiental. Há também o efeito de naturalização dessa prática social, isto é, o discurso é dado como senso comum onde todas as ações relacionadas ao meio ambiente foram sempre realizadas pela Organização de forma espontânea, sem nenhuma interferência externa.

A sobreposição desses discursos pode ser observada na Política Ambiental da CEMIG, destacada no fragmento (48). Nesse recorte evidenciamos a presença dos dois discursos numa diretriz que norteia todas as ações da Empresa, o que reforça que esse interdiscurso possui uma relação de complementariedade, estabelecendo um discurso ambiental instrumental hegemônico.

Por fim, cabe destacar que em todas as suas publicações a CEMIG apoiou seu discurso ambiental no pioneirismo e na referência para o setor elétrico de suas práticas ambientais. Por vezes, esse discurso apresentou-se contraditório, por isso o evidenciamos na próxima seção.

6.3 Referência e Pioneirismo nas questões ambientais?

A CEMIG, como já mencionado, busca consolidar uma imagem de pioneirismo e referência em todo o seu discurso ambiental para reforçar a sua posição de liderança na adoção de uma postura ambiental no setor elétrico. Porém, o que notamos nessa análise é que por vezes esse discurso é bastante contraditório e que seu pioneirismo está fortemente relacionado à institucionalização e evolução da legislação ambiental brasileira.

A Empresa se intitula como pioneira do setor elétrico nas questões ambientais por realizar uma série de ações ditas ambientais ainda no início da década de 70, como as destacadas nos fragmentos (28) e (29) expostos acima, porém, as ações realizadas posteriormente pela Empresa, como as apresentadas pelos fragmentos (16), (17) e (18) contradizem essa afirmação. Assim percebemos que as ações ambientais não começaram de fato na década de 70, como amplamente divulgadas pela CEMIG, mas somente após o final da década de 1980, período marcado pelo aumento das pressões sociais e consolidação do aparato legal.

Para consolidar seu discurso de pioneirismo na área ambiental, além das ações já citadas, observamos que a CEMIG, em suas publicações, evidenciou a deflagração da primeira ação de salvamento de animais durante o enchimento do reservatório da usina hidrelétrica São Simão. Esse trabalho foi uma exigência governamental para a liberação da construção dessa usina. Embora considerada pela Empresa como uma prática ambiental de sucesso, percebemos, ao analisar os relatórios, que o enchimento do reservatório ocasionou prejuízos irreparáveis para o meio ambiente. Para valorizar essa ação a CEMIG a descreveu como uma “saga”, como podemos notar no trecho (51) abaixo, comparando-a, assim, como um fato heroico e de grande relevância.

(51) No final de 1977, a CEMIG produziu um documento interno intitulado “Aproveitamento Hidrelétrico de São Simão – Divisão de obras de apoio e do reservatório – Desmobilização Final e Serviços de Salvamento durante o Enchimento do Reservatório”.

Sob esse título impessoal e objetivo, dezenas de fotos dos personagens ativos dessa cena revivem os dias de calor, as velozes lanchas percorrendo o grande lago, as caixas de cobras, os miquinhos, as paradas para o almoço, a cena viva acompanhada de dados que recompõem a *saga* de salvamento de plantas, peixes e animais, diante da *força inevitável das águas* acumuladas para gerar energia elétrica para *milhões de outras pessoas, plantas, peixes e animais* (Estação Ambiental de São Simão, As 10 estações ambientais, Águas da Luz e da Vida: Memória Ambiental da CEMIG, 2012).

A CEMIG narrou o fato com alguns detalhes que procuravam ressaltar a grandeza e a dificuldade da operação para assim comprovar o feito como algo realmente épico, engrandecendo tanto a sua atividade econômica quanto a prática ambiental de salvamento de animais. Além disso, como ressaltamos no trecho (51), a Empresa procurou colocar a construção dessa Usina como algo indispensável, enfatizando a quantidade de pessoas que se beneficiariam com a geração de energia, além de estender esse benefício também aos animais e plantas.

No relatório elaborado durante a operação na década de 70, os participantes da ação narraram todas as ações que foram realizadas para a captura dos animais que viviam na região alagada. A Empresa quantificou todos os recursos financeiros, materiais e humanos, bem como a quantidade de dias que foram despendidos para concluir todo o trabalho de salvamento. A ação foi realizada durante três meses e contou com o apoio da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG).

Essa ação não foi bem planejada no início, pois vários animais morreram devido a uma série de motivos, como destacado abaixo. Assim, a ação não pode ser considerada como uma ação de preservação ambiental:

- 1) Logo a seguir notou-se que a operação necessitava ser feita em conjunto de pelo menos três barcos para se fazer o cerco aos animais ilhados em árvores [...] foi observado também a necessidade de construção de gaiolas para facilitar a soltura dos animais capturados em áreas bem afastadas da inundação. Esta providência visou evitar que os animais voltassem a ficar ilhados [...] observou-se também a necessidade de não se misturar espécies diferentes nos sacos de animais e gaiolas [...]. Em virtude da rápida elevação da água, a equipe de salvamento deveria ser bem maior [...]. Na impossibilidade de se trabalhar à noite, muitos animais que não puderam ser recolhidos durante o dia não foram salvos, pois no outro dia as árvores já estavam submersas. Alguns morreram afogados, outros escaparam nadando (Estação Ambiental de São Simão, As 10 estações ambientais, Águas da Luz e da Vida: Memória Ambiental da CEMIG, 2012).

Apesar de todos os problemas narrados, a CEMIG finalizou o seu relatório relatando o sucesso da operação, como destacamos no trecho (53) abaixo:

- 2) Certamente, não foi um trabalho fácil. Com efeito, as mordidas de animais, por exemplo, foi uma preocupação constante, exigindo o uso de luvas artificiais. Por outro lado, a exposição contínua ao calor, o mau posicionamento dentro dos barcos provocaram alguns problemas de saúde. Mas os bons resultados do programa de salvamento, visando à preservação da fauna da região de São Simão, compensaram qualquer sacrifício [...] Os animais foram salvos [...] O grande lago de São Simão não foi o túmulo de uma fauna rica e preciosa. A CEMIG cumpriu suas obrigações para com a ecologia, ajudado pela PMMG. (Estação Ambiental de São Simão, As 10

estações ambientais, *Águas da Luz e da Vida: Memória Ambiental da CEMIG*, 2012).

Assim como nos trechos anteriores e como em todo esse relatório, a CEMIG enfatizou as dificuldades enfrentadas pelos membros que participaram dessa ação para enaltecer a sua prática ambiental, mostrando que a Empresa fez muito mais que sua obrigação. A Organização também afirmou, de forma genérica, que os animais foram salvos ignorando todos aqueles que morreram por erros na missão de salvamento. Por fim, a CEMIG ainda finalizou seu relatório ressaltando que cumpriu o seu dever de salvar a fauna existente na região inundada, o que de fato não ocorreu em sua plenitude, já que muitos animais não foram resgatados e o dever não partiu de uma atitude altruísta, mas, sim, por força da legislação. O enunciador ainda retomou a voz da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), a qual possui renomado prestígio junto à sociedade, para legitimar sua prática ambiental.

Cabe destacar que na época em que essa ação foi realizada o setor elétrico passava por um momento de expansão e a preocupação ambiental estava limitada ao cumprimento da legislação vigente. As reivindicações ambientais limitavam-se a pequenos grupos ambientalistas e algumas organizações não governamentais e a posição do governo era de apoiar o desenvolvimento econômico a qualquer custo, embora já tivesse algum aparato legal que garantia a preservação ambiental. Por isso, por trás dessa ação estava a exigência legal, embora a CEMIG ao retomá-la não fez nenhuma menção a isso e ainda tentou naturalizar suas práticas ambientais, ressaltando a sua adoção numa época em que elas ainda não eram o principal interesse de grande parte das organizações com fins lucrativos.

Outro argumento que contraria esse discurso de pioneirismo iniciado nos anos 70 é a fala de um dos ambientalistas destacados no livro de memórias ambientais da CEMIG. Atualmente, tal ator social elabora os materiais didáticos

utilizados nos programas de educação ambiental da Companhia. Destacamos esse argumento a seguir:

- 3) Eu posso falar da minha relação com a CEMIG como ambientalista, como zoólogo. Como ambientalista fui lá 35 anos atrás, eu era da primeira ONG ativista e nós descobrimos que havia tido uma mortandade de peixes e nós fomos lá protestar. Isso antigamente era comum nas empresas, mas hoje quase nunca acontece [...] eu estive lá como ambientalista, fui lá reclamar, de lá para cá a coisa mudou tanto, que é modelo hoje em dia [...]. Então, naquela época a mentalidade ecológica não existia, mas mesmo assim a CEMIG nos recebeu. Porque naquela época o que acontecia era briga. Os ambientalistas chamando as empresas de poluidoras, as empresas dizendo que os ambientalistas não queriam o progresso e os dois reclamando do governo, que não fazia nada [...] (Ângelo Barbosa Monteiro Machado, ambientalista, Memórias Vivas da CEMIG, Águas da Luz e da Vida: Memória Ambiental da CEMIG, 2012).

A fala do enunciador no fragmento (54) evidenciou não apenas a falta de preocupação ambiental da CEMIG no final dos anos 70, como também demonstrou a mudança da postura ambiental da Empresa ao longo dos anos, ressaltando a sua posição atual de referência nas questões ambientais, imagem que foi construída com a participação de diferentes atores sociais como universidades, órgãos ambientais, centros de pesquisa, entre outros. Embora nos dias atuais a Empresa discursasse que já praticava ações ambientais, notamos que essa prática de fato não era realizada e percebemos que a postura da Empresa era similar à grande maioria das organizações da época, onde o desenvolvimento se sobrepunha às causas ambientais.

Esse fragmento também demonstra que as ações para preservação da ictiofauna destacadas no fragmento (29) foram realizadas somente para cumprir a legislação e não foram eficientes, uma vez que mesmo com a implementação

da mesma, as atividades da Empresa continuaram a culminar na mortandade de peixes.

Nessa época a CEMIG era conhecida como já mencionamos, como uma “fábrica de usinas” e, assim como as outras estatais do segmento elétrico, contavam com forte apoio governamental. Isso conferia a essas empresas um grande poder e liberdade de ação. Sendo assim, suas práticas eram tidas como corretas e inquestionáveis. Ressaltamos no fragmento (55) esse poder da CEMIG e a sua falta de apropriação do discurso ambiental que ainda não era hegemônico.

- 4) Neste início todo o setor elétrico, inclusive a CEMIG, reinava absoluto, eram entes que estavam entre Deus e os homens, pairavam acima de qualquer coisa. Eram superpoderosos e faziam aquilo que queriam. Eu tive com eles relações às vezes conflituosas e até mesmo curiosas. Uma vez ouvi alguém da CEMIG dizer: “Quem esses caras pensam que são?”. Nessa época eu era presidente da Câmara de Biodiversidade do Copam e eles realmente eram uma potência, como ainda são, e realmente quem éramos nós para conversar com a CEMIG?
Só que novos ventos sopraram e fui testemunha da modificação, eu diria que radical da CEMIG a esse respeito. Foi até bom ter escutado essa frase que hoje seria impensável escutar de qualquer empregado da CEMIG. Hoje o meio ambiente está absolutamente no centro das decisões empresariais, como não poderia deixar de ser (Castor Cartelle Guerra, ambientalista, Memórias Vivas da CEMIG, Águas da Luz e da Vida: Memória Ambiental da CEMIG, 2012).

Podemos notar que as empresas do setor elétrico eram quem ditavam as regras. Nem mesmo os órgãos governamentais eram capazes de dialogar com a CEMIG a respeito das questões ambientais, já que o enunciador se identifica como membro do Conselho da Política Ambiental do Estado (Copam) e evidenciou essa falta de diálogo com a Empresa. O enunciador também colocou

a Empresa acima dos homens, reforçando seu grande poder perante toda a sociedade, assim, todas as suas práticas eram consideradas legítimas.

Percebemos que o autor do trecho (55), assim como o ambientalista citado no trecho anterior, buscou enfatizar a evolução da postura da CEMIG com relação ao meio ambiente e à comunicação com a sociedade, já que atualmente a Empresa mantém programas que visam à integração e debates com a comunidade. A intenção da CEMIG ao se valer dessas falas em suas publicações é demonstrar uma mudança de sua ideologia e, portanto, de seu discurso. Quando afirmou que é “testemunha da modificação” da Empresa o falante confere legitimidade a essa alteração de postura, uma vez que ele é considerado uma autoridade no assunto já que é um ambientalista, que inclusive integrou importantes órgãos ambientais. A necessidade da CEMIG em enfatizar a sua mudança de postura se faz necessária devido à mudança do contexto, pois atualmente as ações ambientais e a comunicação com a sociedade são valorizadas em diferentes esferas.

O enunciador termina o seu depoimento destacando a importância que a CEMIG, nos dias de hoje, atribui às questões ambientais, comparando-as às atividades-fins da Organização, conforme abaixo. No início, a preocupação com o meio ambiente era incipiente e, hoje, passou a ser assunto principal da pauta da Organização.

- 5) Eu diria uma frase de gozação: “CEMIG, quem te viu quem te vê”. Hoje a CEMIG é outra CEMIG, e meio ambiente para ela é a mesma coisa que linha de transmissão, hoje faz parte da Empresa. Houve uma época em que a CEMIG me assustava pela força que tinha e hoje a CEMIG tem todo o meu respeito, porque realmente o meio ambiente entrou na filosofia da CEMIG e isso é uma visão de futuro e de modernidade. Então para ser uma empresa que orgulha os mineiros tem que estar sempre na vanguarda (Castor Cartelle Guerra, ambientalista, Memórias Vivas da CEMIG,

Águas da Luz e da Vida: Memória Ambiental da CEMIG, 2012).

As discussões sobre meio ambiente no âmbito da CEMIG, segundo um de seus ex-superintendentes, teve início de fato apenas em meados dos anos 80 após a implantação de uma área específica na Empresa para tratar sobre as questões ambientais. Em seu depoimento, além de fazer essa afirmação o enunciador comprova que até esse período a prática ambiental da CEMIG era derivada da legislação ambiental, como já evidenciamos na seção anterior.

- 6) Mas num determinado momento, a CEMIG tomou uma decisão política de fazer meio ambiente, *além de* energia, e esse momento é 6 de junho de 1983, quando foi criada uma área específica de meio ambiente [...] Então o presidente Mário Bhering falou: “agora está na época da CEMIG *também* se engajar. Cumprir a lei está tudo muito bom, *mas agora* a CEMIG *também* vai fazer meio ambiente”. Isso tudo é uma função de posicionamento político depois de uma porção de bobagens que o setor elétrico havia feito (Joanito Campos Júnior, Superintendente de 1983 a 1991, Memórias Vivas da CEMIG, Águas da Luz e da Vida: Memória Ambiental da CEMIG, 2012).

Cabe ressaltar que a área para assuntos do meio ambiente na CEMIG foi implementada apenas depois da determinação de seu presidente Mário Bhering, após a Organização sofrer pesadas críticas a respeito dos problemas ambientais gerados na década de oitenta, ressaltados no fragmento (15). Os diversos prejuízos que uma imagem negativa podia acarretar para a Empresa a levaram a adotar uma nova postura. A utilização dos modalizadores “além de”, “também”, “mas agora” demonstraram essa tentativa da Empresa em alterar sua prática ambiental, deixando de pautá-la apenas no aparato legal. A transformação desse discurso, como o enunciador afirmou, também seria importante para superar e

ocultar todas as devastações ambientais já causadas pelas empresas do setor elétrico, inclusive a CEMIG.

Mesmo intensificando suas ações ambientais a partir da década de 1980, o discurso ambiental da CEMIG ainda era dissociado da prática, o que o torna contraditório. Embora afirme que envidou grandes esforços para consolidar uma nova consciência ambiental na Organização a partir de 1983, verificamos que a Empresa ainda não tinha alterado sua prática ambiental, pois entre os anos de 1991 e 1992 a CEMIG foi considerada uma empresa sem preocupações ambientais, como podemos notar no trecho (58):

- 7) Por dois anos consecutivos – 91 e 92, a CEMIG figurou na “lista suja” da Associação Mineira de Defesa do Meio Ambiente – AMDA, em decorrência de problemas apresentados na construção de barragens de perenização no Vale do Jequitinhonha. Com medidas efetivas, seguindo, inclusive, ações propostas pela AMDA, a Empresa investiu para recuperar as áreas degradadas e reavaliou as desapropriações. Resultado: a CEMIG, no ano de seus 40 anos, saiu da “lista suja”, sem dúvida um marco junto aos ambientalistas (“Antes de Serem Comuns, Revista CEMIG 40 anos, 1992).

Assim, notamos que as ações ambientais da CEMIG iniciaram-se de fato apenas a partir da década de 90. Se analisarmos o contexto veremos que esse período foi marcado por intensos debates ambientais e aumento da cobrança de toda a sociedade por uma postura pautada na responsabilidade socioambiental e sustentabilidade. Foi também nesse período que a legislação ambiental se institucionalizou, levando grande parte das organizações a realizar obrigatoriamente ações de preservação ambiental.

Como já mencionamos, além de construir uma imagem de pioneirismo a CEMIG, em suas publicações, busca construir uma imagem de notoriedade. Ao construir um discurso pautado no pioneirismo a CEMIG, de certa forma, já

consolida uma posição de referência sobre todas as empresas do setor elétrico, porém em alguns trechos ela busca enfatizar essa postura de forma mais clara. Ela reforça esse discurso de referência principalmente ao destacar sua colocação em diferentes índices que medem as ações ambientais da organização, como é o caso da sua classificação durante 12 anos consecutivos num dos índices que ela considera como um dos mais importantes para comprovar a preocupação ambiental, o Índice *Dow Jones* de Sustentabilidade. Por ser a única empresa do setor de energia elétrica na América Latina a figurar nesse índice a CEMIG se apropria desse discurso para legitimar as suas ações ambientais e alicerçar sua postura de modelo ambiental.

Além disso, ela enfatiza a sua postura de referência ao citar programas que são modelos para o setor como os mencionados abaixo:

- 8) Hoje, os pesquisadores acham que Peti é o modelo ideal porque tem todo o conforto e, se a pesquisa ainda for de interesse dela, a CEMIG ainda paga por isso [...] (Ambientalista, Memórias Vivas da CEMIG, Águas da Luz e da Vida: Memória Ambiental da CEMIG, 2012).
- 9) Em piscicultura a CEMIG é modelo, gasta dinheiro para pesquisar o melhor jeito de fazer escada para peixe. Ou seja, a comunidade científica gosta de trabalhar com a CEMIG (Ambientalista, Memórias Vivas da CEMIG, Águas da Luz e da Vida: Memória Ambiental da CEMIG, 2012).

Os trechos (59) e (60), além de fortalecer a sumidade da CEMIG em diferentes projetos ambientais, ainda legitima essa notabilidade ao afirmar que outros atores sociais que possuem notoriedade na área ambiental, como é o caso de pesquisadores, realizam trabalhos junto à CEMIG, o que reforçaria o conhecimento da CEMIG no assunto atrelados à sua prática ambiental. Cabe destacar que esses dois fragmentos também desvelam que a mudança de discurso ocorrida desde a sua fundação não alterou os elementos ideológicos que

suportam seu discurso ambiental, ou seja, ela continua apropriando-se da ideologia instrumental (capitalista), apesar de ser uma empresa Estatal que deveria ser orientada pelo interesse público, ou seja, pelo bem comum. Percebemos essa questão quando o enunciador cita que a Empresa investe em pesquisas que reduzem seus custos, como é o caso das pesquisas para desenvolver a escada para peixes, a qual pode diminuir os danos nas turbinas que são ocasionados pela migração dos peixes dos reservatórios.

Outro fragmento (61), que expomos abaixo, também ressaltou a imagem de referência da CEMIG, dessa vez na área de responsabilidade socioambiental, como um todo:

- 10) Nesse período tivemos oportunidade de, ao lado de ótimos profissionais, ajudar a consolidar, internamente e junto ao público externo, a imagem de uma grande empresa, vitoriosa em seus resultados econômicos e sociais, e também reconhecida como modelo de responsabilidade socioambiental (Superintendente, Memórias Vivas da CEMIG, Águas da Luz e da Vida: Memória Ambiental da CEMIG, 2012).

Podemos notar que a CEMIG acredita que essa imagem de modelo nas questões ambientais já foi consolidada, pois a afirmação de um de seus atuais superintendentes é categórica a esse respeito. Ao fazer tal afirmação, não somente nesse fragmento, mas em diversas outras publicações, a Empresa consolidou essa imagem para todos os atores sociais, naturalizando, assim, seu discurso e tornando-se de fato um exemplo a ser seguido por outras empresas do setor de energia elétrica.

Após toda essa discussão, na próxima seção apresentaremos as nossas reflexões finais a respeito da nossa pesquisa. Nele, apresentamos uma breve síntese de nosso estudo, retomamos a resposta ao nosso problema e objetivos de

pesquisa, evidenciamos as limitações de nossa pesquisa e oferecemos algumas sugestões para pesquisas futuras.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

7.1 Do princípio ao fim?! Uma síntese de nosso trabalho

O setor de energia elétrica no país, assim como os outros setores, foi fortemente influenciado pelos contextos político e econômico ao longo dos anos. Desde o seu surgimento no país, no final do século XIX até os dias atuais o setor passou por grandes transformações, passando de um setor com características monopolistas, com forte presença de capital internacional, sem intervenção do Estado e sem preocupações ambientais, para um setor marcado pela presença de empresas estatais com forte intervenção do Estado, culminado num setor com a presença de empresas de capital aberto, com pouca intervenção do Estado e marcado por um grande aparato legal de proteção ambiental.

A CEMIG surgiu no início dos anos 50, fortemente influenciada pela ânsia do desenvolvimento de Minas Gerais, já que as concessionárias de energia existentes não eram capazes de atender a demanda de energia elétrica latente para o crescimento do Estado, e; pelas pretensões políticas de Juscelino Kubitschek, o qual almejava a presidência da República e a criação de uma empresa de eletricidade de grande porte seria importante para sua campanha presidencialista.

No início das operações da Empresa não havia nenhuma preocupação com os impactos ambientais gerados. A posição assumida pela Organização estava em consonância com o discurso dos dirigentes do país, a qual primava pelo desenvolvimento à preservação do meio ambiente. Desse modo, a CEMIG realizou grandes obras no setor elétrico, ficando conhecida como “fábrica de usinas”.

No final dos anos 60 e no início da década de 70 começaram a surgir algumas legislações ambientais que ocasionaram algumas mudanças nas ações

das empresas do setor de energia elétrica, inclusive na CEMIG. Nessa época a Empresa realizou algumas ações de caráter ambiental entre as quais se destacam: elaboração de estudos ambientais para implantação da usina hidrelétrica de São Simão, criação de sua primeira estação ambiental e o primeiro programa de salvamento de animais, na ocasião do enchimento do reservatório da Usina de São Simão, todas motivadas pela legislação ambiental vigente e pelas exigências de órgãos ambientais para a liberação da construção de grandes usinas geradoras de energia.

Por meio dos documentos analisados podemos observar que a Empresa enfatiza essas ações para legitimar a imagem de pioneirismo na área ambiental. Em todo o seu discurso a Empresa menciona a realização dessas ações num período em que as discussões ambientais ainda não permeavam a maioria das organizações no país, porém, omite o que de fato motivou a realização dessas ações, tornando esse discurso de pioneirismo, desde a década de 70, contraditório.

Outro fato que demonstrou que a Empresa ainda não se preocupava com as questões ambientais desde o período mencionado acima foram as falas de seus antigos diretores, presidentes e superintendentes, os quais afirmaram que a causa ambiental só permeou o ambiente organizacional nos anos 80, após diversas ações de seu presidente Mário Bhering. Esse presidente preocupou-se com a repercussão de algumas atividades realizadas pela Companhia que causaram sérios danos ao meio ambiente e que foram severamente criticadas por diferentes atores sociais, assim, para melhorar a imagem da CEMIG perante a sociedade ele implementou uma série de ações ambientais.

É interessante destacar que essas ações ambientais na CEMIG e alteração para uma consciência ambiental de seus membros organizacionais começaram a se intensificar no mesmo período em que as questões ambientais passaram a fazer parte do dia a dia de muitas organizações no país.

A preocupação com as questões ambientais começaram a introduzir-se no ambiente organizacional do Brasil no final da década de 80 e início dos anos 90, motivada por uma série de fatores como o aumento das discussões sobre o meio ambiente em diferentes esferas; o surgimento de um aparato legal mais abrangente, com destaque para a inclusão do tema ambiental em nosso maior aparato regulador, a Constituição Federal; o aumento das pressões sociais para que as empresas se responsabilizassem pelos danos ambientais causados, incluindo a mobilização e atuação de diversas ONG's; entre outros.

Foi nesse mesmo período, como já mencionado acima, que observamos que a CEMIG intensificou suas ações ambientais por meio da criação de estações ambientais, intensificação de pesquisas, criação de projetos e programas voltados para a preservação do meio ambiente, ações voltadas para conscientização dos membros organizacionais sobre a importância da conservação da fauna e flora, elaboração de uma política ambiental para nortear as ações da empresa, criação de setores na Organização exclusivamente voltados para essa temática, entre outras.

Mesmo com a implementação dessas ações a CEMIG de fato não tinha uma prática social voltada para a conservação da natureza, pois entre os anos de 91 e 92, como constatamos, figurou na chamada "lista suja" da Associação Mineira de Defesa do Ambiente (AMDA). Essa relação era famosa na época por denunciar as empresas poluidoras de Minas Gerais, assim, ao figurar nessa lista a Empresa nos demonstrou que não possuía um discurso ambiental até meados dos anos 90. Cabe destacar que a Empresa deixou de fazer parte dessa lista ao adotar ações que foram propostas pela ONG, deste modo, parte de suas práticas ambientais após esse período foram balizadas pelas exigências dessa organização.

Com o aumento das discussões sobre a temática ambiental e o aumento da cobrança da sociedade para que as empresas adotassem uma postura

ambientalmente correta, a CEMIG continuou a investir em ações ambientais. Continuou com a implantação de estações ambientais, programas de resgate e salvamento de animais em áreas que seriam inundadas, realização de parcerias com renomadas universidades para realizações de pesquisas, principalmente nas áreas de fauna aquática e de produção de sementes; programas e projetos voltados para a conservação da fauna e da flora, programas de educação ambiental, pesquisas relacionadas à geração de energia elétrica por fontes alternativas, entre outros.

Com a realização dessas e outras ações ambientais a CEMIG a partir dos anos 2000 passou a ganhar algumas premiações e certificações na área ambiental. Já no início desse período teve uma usina certificada com a ISO 14001 relacionada à gestão ambiental. Ao conseguir essa certificação a Empresa comprovou que adotava padrões internacionais para preservação do meio ambiente. Além dessa certificação, a CEMIG começou a figurar no índice Dow Jones de Sustentabilidade e anos depois no Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE da BMF&Bovespa.

Notamos que essas certificações alcançadas e a participação constante nesses índices financeiros são importantes para a valorização da marca CEMIG, que atualmente é a maior no setor de energia elétrica na América Latina e dessa forma cria valor aos acionistas. Para alcançar essas premiações é necessário que a empresa adote uma série de condutas ambientais, tais como: políticas e sistemas de gerenciamento ambiental, ecoeficiência e performance ambiental, relatórios ambientais, estratégia climática, biodiversidade, projetos de infraestrutura, geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, etc. Assim, muitas práticas ambientais são realizadas dentro desse escopo, evidenciando, assim, um dos motivos que sustentam o discurso ambiental.

A CEMIG também se valeu dessas premiações para se posicionar como uma empresa modelo para o setor, pois essas premiações contemplam apenas

150 empresas e ela é a única do setor elétrico da América Latina a ganhar essas premiações. Ao se confirmar como referência ela naturaliza e legitima sua prática social ambiental. Cabe destacar que muitas ações realizadas para alcançar esse padrão de referência foram efetivadas com a participação de outros órgãos, por meio de parcerias, como é o caso da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade Federal de Lavras (UFLA), porém a CEMIG apropria-se das atividades realizadas por essas instituições, aumentando, assim, a sua notoriedade na área ambiental.

Também é interessante salientar, que ao analisar o *corpus* de nossa pesquisa, observamos que com o passar dos anos, após um intensivo trabalho da CEMIG, os membros organizacionais começaram a assumir uma postura ambiental na realização de suas atividades, o que fez com que a organização assumisse um discurso ambiental, que se tornou, no ambiente organizacional, um discurso hegemônico, menos heterogêneo, naturalizado e legitimado entre os membros organizacionais.

Outro ponto interessante desta pesquisa é que embora assuma um discurso pautado na preservação do meio ambiente a CEMIG evoca a água, sobretudo como uma matéria-prima essencial para a produção de energia elétrica, sendo, portanto, indispensável para a melhoria da qualidade de vida almejada pela sociedade, encobrindo que ela também é um recurso natural que abriga uma infinidade de espécies animais, minerais e vegetais. Também afirma que a produção de energia elétrica por meio de hidrelétricas é uma atividade “limpa” que não polui o meio ambiente, uma vez que a água – um recurso natural - é o elemento principal para a geração de eletricidade, porém, ela oculta os grandes impactos na fauna e flora, gerados pela construção e durante a operação dessas usinas. Ao reforçar a água como elemento principal para melhoria da qualidade de vida da população, ela justifica todos os danos ambientais causados e os coloca como indispensáveis na busca por um bem

maior. Além disso, ao propalar a geração de energia por hidrelétricas como uma atividade ambientalmente responsável, a CEMIG consolida sua imagem de empresa parceira do meio ambiente. Desta forma, ela naturaliza suas práticas ambientais, legitimando, assim, seu discurso ambiental para a sociedade.

Enfim, a CEMIG, por meio de seu sítio eletrônico, revistas, informativo mensal aos funcionários, propagandas, livros comemorativos, entre outros busca consolidar um discurso ambiental demarcado pelo pioneirismo e referência na área, questões essas que são muitas vezes contrárias aos fatos. Esse discurso é propalado para toda a sociedade, o que o torna hegemônico, naturalizado e legitimado em diferentes esferas sociais, assim, a CEMIG é vista atualmente como uma empresa que assumiu a preocupação com o meio ambiente e a sustentabilidade, tornando-se um exemplo a ser seguido por outras organizações.

Na próxima seção abordamos as considerações finais do nosso trabalho, retomando as questões principais que nos nortearam durante toda a realização desta pesquisa. Cabe ressaltar que esse próximo ponto não é o fim da pesquisa, mas pode ser visto como o começo para novos estudos organizacionais focados no meio ambiente.

7.2 Nossas interpretações finais

Nesta dissertação propusemo-nos a compreender, a partir de textos veiculados pela CEMIG que abordavam questões ambientais, o discurso ambiental da referida Organização, particularizando os aspectos ideológicos e sociopolíticos inerentes a práticas discursivas constitutivas do discurso organizacional. Mais especificamente, buscamos: a) recuperar a história da organização estudada, destacando a sua inserção no contexto sócio-histórico do setor elétrico brasileiro; b) apreender o processo de apropriação do discurso ambiental, evidenciando os aspectos jurídicos e políticos-ideológicos que

marcaram as práticas discursivas, veiculadas pela Organização sobre a sua responsabilidade socioambiental. Para tanto nos valem da abordagem teórico-metodológica da Análise do Discurso Crítica (ADC), utilizando o método de análise de tridimensional proposto por Norman Fairclough. Destacamos que o breve resgate histórico que realizamos sobre a evolução do setor elétrico e a inserção da CEMIG nesse contexto macro nos ajudou a contextualizar e compreender melhor o discurso ambiental da Empresa e os aspectos ideológicos e sociopolíticos inerentes às práticas discursivas.

A partir da análise do *corpus* selecionado para a pesquisa, observamos a presença de dois discursos que buscam legitimar e naturalizar as práticas ambientais da CEMIG, os quais classificamos como “discurso ambiental desenvolvimentista” e “discurso ambiental legalista”. Esses discursos mantêm uma relação de cooperação, buscando torná-los hegemônicos, não somente no ambiente organizacional, mas para toda a sociedade.

O discurso ambiental desenvolvimentista é marcado por práticas sociais pautadas numa lógica econômica-desenvolvimentista, o qual busca ressaltar a importância do desenvolvimento do setor de energia elétrica para a melhoria da qualidade de vida da população e, com isso, justifica todos os danos ambientais causados pela Empresa. Já o discurso ambiental legalista ressalta todas as ações ambientais que foram realizadas pela CEMIG por força da legislação vigente e das exigências de órgãos ambientais, porém, ocultando, em grande parte, essas vozes que a obriga a praticar tais ações, assim, a prática ambiental é entendida como uma ação espontânea da Organização.

Embora apresentando motivações distintas, isto é, um discurso pautado nas questões econômicas e de desenvolvimento e outro pautado nas questões legais e ambos os discursos são investidos da ideologia econômica-instrumental (utilitarista), na qual os aspectos sociopolíticos de maior importância são a orientação para o mercado e a lucratividade, contrapondo muitos princípios

pautados na ideologia verde, cujo significante de maior importância é a natureza. Esses aspectos estão em relevância em grande parte das práticas discursivas organizacional da empresa estudada, como demonstramos no decorrer de nossa análise.

Essa ideologia instrumental também é desvelada no discurso ambiental da Organização, quando observamos que a responsabilidade socioambiental da Empresa está relacionada à abordagem estratégica e pautada na visão econômica, que tem como principal objetivo a melhoria da imagem da CEMIG para a criação de valor aos seus acionistas. Assim, a Empresa adotou o discurso ambiental por objetivos econômicos, os quais até o momento foram alcançados, já que a Empresa é internacionalmente reconhecida como uma empresa sustentável e também a empresa do setor, dentre as organizações da América Latina, com o maior valor de mercado estimado.

A Organização apropriou-se desse discurso principalmente por meio da legislação ambiental vigente a qual obrigou uma mudança de sua postura de forma mais efetiva a partir do final dos anos 80. Não só a legislação ambiental foi importante para a adoção desse discurso ambiental, mas, também, pudemos observar que as pressões da sociedade e especialmente de organizações não governamentais foram fundamentais para que a CEMIG adotasse uma prática ambiental. O interesse em fazer parte de importantes índices como o Índice *Dow Jones* de Sustentabilidade também fundamentaram muitas condutas ambientais da Organização.

A CEMIG apropriou-se da legislação ambiental vigente, propalando seu discurso ambiental, primeiramente na esfera organizacional, para obter a adesão dos membros organizacionais e, posteriormente passou a reproduzi-lo, por meio de diferentes meios de comunicação, para toda a sociedade.

Esse discurso ambiental é marcado pela presença de metáforas e alusões que buscam produzir um novo sentido para a imagem da CEMIG, que antes

estava relacionado às construções de usinas de grande porte, e; legitimar a Empresa como ambientalmente responsável. Seus textos também buscam dissociar a imagem da Empresa da geração de grandes impactos ambientais, reforçando que a geração de energia hidrelétrica não agride o meio ambiente, já que se utiliza de um recurso natural.

Para tornar seu discurso ambiental verdadeiro observamos que a Organização utiliza em seus textos recursos linguísticos como a impersonalização por espacialização (substituição do autor pela Empresa) e impersonalização por autonomização (substituição do autor por uma referência aos seus enunciados). Isso concede objetividade ao discurso tornando-o verdadeiro. Em outros pontos utiliza-se da personalização por nomeação, isto é, evidencia o ator responsável pela fala para legitimar e naturalizar suas práticas ambientais.

Notamos, também, no *corpus* analisado, que os textos da CEMIG apresentam intertextualidade, ou seja, a presença de outras vozes no discurso ambiental da Empresa como de funcionários, ambientalistas, diferentes mídias, filósofos, pesquisadores, além de diversas personalidades históricas para dar materialidade e veracidade ao seu discurso, já que muitas dessas vozes trazidas ao texto são de personalidades renomadas. Em parte do texto a CEMIG evidencia a presença dessas vozes para legitimar seu discurso, em outras partes oculta essas vozes apropriando do discurso do outro para reforçar e naturalizar uma ação como sua. Mesmo trazendo outras vozes ao seu discurso, ressaltamos que elas são incluídas apenas para ratificar a prática social da Empresa e não para conferir dialogicidade ao texto, que continua com forte caráter monológico.

Grande parte dos textos da CEMIG, que apresenta a sua prática ambiental, está disponível para todos os atores sociais em forma digital e esses podem ser acessados por meio de seu endereço eletrônico, o que auxilia na construção de um discurso ambiental hegemônico.

Ainda, destacamos que a CEMIG, por meio de seu discurso ambiental, busca construir uma imagem de pioneirismo e modelo na área ambiental, apresentando diversos dados e trazendo outras vozes ao texto para reforçar essa imagem. Porém, observamos que a Empresa começou a adotar as práticas ambientais apenas a partir da década de 90, como boa parte das organizações brasileiras, e essa adoção foi fortemente influenciada, como já mencionamos repetidas vezes, pelo surgimento da legislação ambiental, e; que sua imagem de referência foi, em parte, alcançada pela adoção de ações ambientais usadas como parâmetros para que algumas organizações concedam premiações importantes na área ambiental. Mesmo apresentando essas contradições a Organização legitima esse discurso ambiental, tornando-se uma referência na área ambiental para o setor elétrico.

Assim, após toda essa discussão, concluímos que a CEMIG legitima e naturaliza seu discurso ambiental, tornando-o hegemônico para toda a sociedade, construindo, assim, uma imagem de Empresa ambientalmente responsável. Seu discurso é investido por uma ideologia instrumental e o principal objetivo de sua responsabilidade socioambiental é o ganho econômico. Não negamos a existência de benefícios trazidos ao meio ambiente pela Empresa com a realização de suas ações ambientais, apenas evidenciamos que elas são motivadas principalmente por questões instrumentais e não apenas por questões éticas, cujo objetivo primordial seria a preservação do meio ambiente.

Cabe destacar que nossa pesquisa está aberta a múltiplas conclusões, o que também a torna um novo ponto de partida para novas pesquisas no campo dos estudos organizacionais. Além disso, não exploramos todas as categorias analíticas existentes para a interpretação do *corpus* seguindo o método de análise tridimensional proposto por Norman Fairclough, assim, o mesmo *corpus* pode ser utilizado em outras análises.

Por ser uma análise de profundidade foi necessária a delimitação do *corpus* para nosso estudo e, assim, generalizações devem ser evitadas e as conclusões que apresentamos devem ser entendidas, como já enfatizamos, como apenas uma dentre múltiplas interpretações possíveis.

Acreditamos que nosso trabalho, ao tomar como referência a abordagem teórico-metodológica da ADC e por desvelar a ideologia presente no discurso ambiental, diferenciou-se de outros estudos organizacionais que exploram a responsabilidade socioambiental, preenchendo uma lacuna de pesquisa existente, pois o estudo da ideologia permitiu uma análise mais completa da organização, permitindo compreender não apenas os elementos que foram expostos pela Organização, mas, principalmente aqueles que permanecem ocultos; deixando, assim, uma contribuição teórica que possibilitou um avanço nos estudos sobre organização e responsabilidade socioambiental. Ao analisar a prática social e a ideologia da organização por meio de seu discurso (linguagem em uso), evidenciamos a importância do papel da linguagem para um melhor entendimento da organização e, desta forma, abrimos espaço para que outros pesquisadores possam utilizá-las nos estudos organizacionais. Como contribuição empírica, nosso estudo pode auxiliar essa e outras tantas organizações a compreender suas práticas socioambientais, bem como pode auxiliar outros pesquisadores nessa compreensão. Assim, esperamos que as discussões travadas nesta dissertação possam ter contribuído para a problemática ambiental no ambiente organizacional e que a abordagem utilizada em nosso trabalho possa ser utilizada por outros estudiosos para preencher outras lacunas de pesquisa.

Sugerimos como agenda para pesquisa futura, a análise semiótica das ilustrações e imagens apresentadas em todo o material, voltada para as questões ambientais da CEMIG, em especial a análise das imagens do livro “Memória Ambiental da CEMIG: Águas da Luz da Vida”. Por meio dessa análise será

possível explorar outras questões na área ambiental. Sugerimos, também, um estudo com o objetivo de compreender os efeitos desse discurso socioambiental organizacional para os diferentes atores sociais envolvidos com a Cemig, tais como: acionistas, gestores, empregados públicos, consumidores, fornecedores e outras organizações. E, por último, sugerimos a replicação dessa pesquisa em empresas de outros setores para compreender as ideologias que operam no discurso ambiental organizacional.

REFERÊNCIAS

AGUINIS, H.; GLAVAS, A. What We Know and Don't Know About Corporate Social Responsibility A Review and Research Agenda. **Journal of Management**, v. 38, n. 4, p. 932-968, 2012.

ALESSIO, R. **Responsabilidade social das empresas no Brasil: reprodução de posturas ou novos rumos?**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, 151 p.

ALONSO, A.; COSTA, V. Por uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil. Em ALIMONDA, H. (Comp.) **Ecología Política. Naturaleza, Sociedad y Utopía**. Buenos Aires: CLACSO, p. 115 -135, 2002.

ALVESSON, M. Organization: from substance to image. **Organization Studies**, Michigan, v. 11, n. 3, p. 373-394. 1990.

ALVESSON, M; DEETZ, S. Teoria crítica e abordagens pós-modernas para estudos organizacionais. In: CLEGG, S.; HARDY, C. & W. NORD, W. (Orgs.). **Handbook de Estudos Organizacionais**. São Paulo: Atlas, v. 2 , p. 227-266, 1998.

ANDREOLI, C. V. Principais resultados da política ambiental brasileira: o setor público. **Revista de Administração Pública**, v.26, n.4, p. 10-31, 1992.

ARAÚJO, B. J.; SOUZA, J. A. **Desafios para a reflexão do Setor Elétrico: Políticas Públicas e Sociedade**. 1993, 58 p.

ASHLEY, P. A. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005, 340 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 26000** – Diretrizes sobre Responsabilidade Social. Rio de Janeiro, 2010, 110 p.

ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE DEFESA DO AMBIENTE. Ações históricas. Disponível em: <http://www.amda.org.br/?string=interna-acoes-historicas&cod=35>. Acesso em: 24 de set/ 2013

BANCO MUNDIAL. **Public sector roles in strengthening corporate social responsibility: a baseline study**. Washington, 2002. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/privatesector/csr/>> Acessado em: 20 mai/ 2013.

BANERJEE, S. B. Corporate social responsibility: The good, the bad and the ugly. **Critical Sociology**, v. 34, n. 1, p. 51-79, 2008.

BARBOSA, N. P. **Setor elétrico e meio ambiente: a institucionalização da “questão ambiental”**. 2001. 240 p. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional)-Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

BAZERMAN, C. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. Tradutores Judith Chambliss Hoffnagel. 3 ed. São Paulo: Cortez, p. 19-46, 2009.

BRANDÃO, N. A.; DIAS, E. F. A. Questão da Ideologia em Antônio Gramsci. **Trabalho & Educação**, v. 16, n. 2, p. 81-98, 2012.

BREEZE, Ruth. Legitimation in corporate discourse: Oil corporations after Deepwater Horizon. **Discourse & Society**, v. 23, n. 1, p. 3-18, 2012.

CABRAL, L. M. M.; BRANDI, P.; CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. **Energia elétrica no Brasil -500 anos**. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2000, 281 p.

CABRAL, L. M. M.; MALTA, M. H.; CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. **Eletrobrás – 40 anos**. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2002, 196 p.

CALIXTO, L. Responsabilidade Socioambiental: Pública ou Privada? **Contabilidade Vista & Revista**, v. 19, n. 3, p. 123-147, 2009.

CARNEIRO, R. **Estado, mercado e o desenvolvimento do setor elétrico brasileiro**. 2000, 400 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas- Sociologia e Política, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

CARRIERI, A. P. O meio ambiente: discurso consistente ou prática vazia? Uma reflexão sobre os discursos ambientais, a teoria organizacional e o caso brasileiro. **Revista de Administração Pública**, v. 37, n. 6, p. 1209 -1231, nov/dez. 2003.

CARRIERI, A. P.; DA SILVA, A. R.; PIMENTEL, T. O tema da proteção ambiental incorporado nos discursos da responsabilidade social corporativa. **RAC. Revista de Administração Contemporânea**, n. 1, p. 1-16, 2009.

CARROLL, A. B.. The four faces of corporate citizenship. **Business and Society Review**, v. 100, n. 101, p. 1-7, 1998.

CEMIG. **Revista Cemig 40 anos: de 1952 a 1992**. Minas Gerais, 1992, 64 p.

CEMIG. **Revista dos 50 anos da CEMIG**. Minas Gerais, 2002, 89 p.

CEMIG. A Cemig e o desenvolvimento da indústria de Energia Elétrica em Minas Gerais. In: BRANDI, P., LAMARÃO, S., CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL(Orgs.). **Usinas da Cemig: 1952-2005, a história da eletricidade em Minas e no Brasil**. Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, Rio de Janeiro, p. 8 -51, 2006.

CEMIG. **Relatório Anual e de Sustentabilidade 2012**, p. 1 -165, 2013.

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. **Energia elétrica no Brasil** – breve histórico 1880-2001. Rio de Janeiro: O Centro, 2001, 224 p.

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. Linha do Tempo. Disponível em <<http://memoriadaeletricidade.com.br/Default.asp?pagina=destaques/linha&menu=368&iEmpresa=Menu#368E NO>>. Acesso em 20. out. 2013.

CHAUÍ, M. de S. **Que é ideologia**. São Paulo Editora Brasiliense, 26 ed., 1988, 125 p.

CHIN, M. K.; HAMBRICK, D. C.; TREVIÑO, L. K. Political Ideologies of CEOs The Influence of Executives' Values on Corporate Social Responsibility. **Administrative Science Quarterly**, v. 58, n. 2, p. 197-232, 2013.

CHOULIARAKI, L.; N. FAIRCLOUGH. **Discourse in late modernity: rethinking Critical Discourse Analysis**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999, 224 p.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. Critical discourse analysis in organizational studies: towards an integrationist methodology. **Journal of Management Studies**, v. 47, n. 6, p. 1213-1218, 2010.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPÉIAS. **Livro Verde da Comissão Européia: promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas**. Bruxelas: CCE, 2001.

- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1991, 430 p.
- COSTA, M. A. N. Fazer o bem compensa?: uma reflexão sobre a responsabilidade social empresarial. **Revista Crítica De Ciências Sociais**, n. 73, p. 67-89, 2005.
- COSTA, A.M.; CARVALHO, J. F. L. dos. Legitimidade, discursos organizacionais e responsabilidade social empresarial. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v.4, n. 2. p. 1-15, 2005.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006, 432 p.
- DIAS, R. F.; CABRAL, L. M. M.; BRANDI, P.; LAMARÃO, S. CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL (Colaborador). **Panorama do setor de energia elétrica no Brasil**. Rio de Janeiro: O Centro, 1988, 333 p.
- EAGLETON, T. **Ideologia: Uma Introdução**. São Paulo: Boitempo/ Universidade Estadual Paulista, 1997, 140 p.
- EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Balanco Energético Nacional 2013**. Rio de Janeiro: EPE, 2013, 55 p.
- FAIRCLOUGH, N. **Language and power**. London: Longman, 1989, 226 p.
- FAIRCLOUGH, N. A Critical Discourse Analysis of Gender Relations in Brazil. **Journal of Pragmatics**, n. 23, p. 97-183, 1995.
- FAIRCLOUGH, N. Discurso, mudança e hegemonia. *In*: PEDRO, Emília Ribeiro (Org.). **Análise crítica do discurso**. Lisboa: Caminho, p. 77-103, 1998.
- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001, 316 p.
- FAIRCLOUGH, N.; GRAHAM, P. W. Marx as critical discourse analyst: the genesis of a critical method and its relevance to the critique of global capital. **Estudios de Sociolinguística**, v. 3, n. 1, p. 185-229, 2002.
- FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003, 270 p.

FAIRCLOUGH, N. Peripheral Vision Discourse Analysis in Organization Studies: The Case for Critical Realism. **Organization Studies**, v. 26, n. 6, p. 915-939, 2005.

FAIRCLOUGH, N.; MULDERRIG, J.; WODAK, R. Critical discourse analysis. Discourse Studies: a multidisciplinary introduction. In: VAN DIJK, T.A. (Ed.). **Discourse Studies: a multidisciplinary introduction**. London: SAGE Publications, 2011. p. 357.

FARIA, A.; SAUERBRONN, F. F. A responsabilidade social é uma questão de estratégia? Uma abordagem crítica. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 1, p. 7-34, 2008.

FELIX, L. F. F. (2003). **O ciclo virtuoso do desenvolvimento responsável**. Em Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades. São Paulo/Petrópolis: Instituto Ethos, v.2, p. 13-42, 2003.

FERRAZ, M. G. L.; PASSADOR, C. S. **Responsabilidade Social Ecosocioeconômica**. 2006. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/Semead/9semead/resultado_osemead/trabalhosPDF/323.pdf> Acesso em: 6 mai.2013.

FERREL, O. C.; FERRELL, J.; FERREL, L. **Ética Empresarial: dilemas, tomadas de decisões e casos**. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso, 2001, 139 p.

FLEMING, P.; ROBERTS, J.; GARSTEN, C. In search of corporate social responsibility: Introduction to special issue. **Organization**, v. 20, n. 3, p. 337-348, 2013.

FRANK, J. D., HIRONAKA, A.; SCHOFER. The Nation-State and the Natural Environment over the Twentieth Century. **American Sociological Review**. Washington, v. 65, n. 1, p. 96-116, feb/2000.

GOMES, J. P. **O campo da energia elétrica no Brasil – de 1880 a 2002**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Gestão Empresarial, Centro Acadêmico e de Pesquisa, Fundação Getúlio Vargas. Escola Brasileira de Administração Pública, 2005, 182 p.

GOMES, J. P.; VIEIRA, M. M. F. O campo da energia elétrica no Brasil de 1880 a 2002. **Revista de Administração Pública (RAP)**, v. 43, n. 2, p. 295-321, 2009.

GRACIOSO, F. **Propaganda institucional**: nova arma estratégica da empresa. São Paulo: Atlas, 1995, 128 p.

GRAMSCI, A. **Selections from prison notebooks**. New York: International Publishers, 1971, 483 p.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**: introdução ao estudo da filosofia de Benedetto Croce. Civilização Brasileira, 1975, 494 p.

GRAMSCI, A. **Concepção Dialética da História**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1978, 341 p.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980, 444 p.

GUIMARÃES, R.; FONTOURA, Y. Desenvolvimento sustentável na Rio+ 20: discursos, avanços, retrocessos e novas perspectivas. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 10, n. 3, p. 509-532, 2012.

HALLIDAY, T.L. **A retórica das multinacionais**: a legitimação das organizações pela palavra. São Paulo: Summus Editorial, 1987, 110 p.

INATOMI, T. A. H.; UDAETA, M. E. M. **Análise dos impactos ambientais na produção de energia dentro do planejamento integrado de recursos**. Brasil Japão3. Trabalhos2005. Coordenadoria de Relações Institucionais e Internacionais. UNICAMP–Universidade Estadual de Campinas, p. 1 – 14, 2005.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. Homepage Institucional. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br>>. Acesso em: 3 mai. 2013. 2005.

JACOBI, P. **Meio ambiente e redes sociais**: dimensões intersetoriais e complexidade na articulação de práticas coletivas. São Paulo : Universidade de São Paulo, p. 1 – 28, 2009.

JONES, M. T. Missing the forest for the trees: a critique of the corporate social responsibility discourse. **Business & Society**, v. 35, p. 7- 41, 1996.

KALLIO, T. J.; NORDBERG, P. The Evolution of Organizations and Natural Environment Discourse Some Critical Remarks. **Organization & Environment**, v. 19, n. 4, p. 439 - 457, 2006.

KAVINSKI, H. **A apropriação do discurso da sustentabilidade pelas organizações:** um estudo multicaso de grandes empresas. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Organizações e Desenvolvimento)–FAE Centro Universitário, Curitiba, p. 1 – 110, 2009.

KREITLON, M. P. A ética nas relações entre empresas e sociedade: fundamentos teóricos da responsabilidade social empresarial. In Enampad, Curitiba, **Anais...** v. 28, 2004, 13 p.

KREITLON, M. P. McMoral, iPolítica, Cidadania Wireless: Reflexões para o Ensino e a Pesquisa em RSE no Brasil. **Revista de Administração Contemporânea.** v. 16, n. 2, p. 271-289, 2012.

LAYRARGUES, P. P. **A natureza da ideologia e a ideologia da natureza:** elementos para uma sociologia da educação ambiental. 2003, 105 p. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

LEFF, E. **Racionalidade ambiental:** a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, 110 p.

LEIS, H. **A modernidade insustentável:** as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea. São Paulo : Editora Vozes, 1999, 261 p.

LEITCH, S.; PALMER, I. Analysing texts in context: current practices and new protocols for critical discourse analysis in organization studies. **Journal of Management Studies**, v. 47, n. 6, p. 1194 - 1212, set./ 2010.

LIMA, J. L. **Políticas de governo e desenvolvimento do setor de energia elétrica:** do Código de Águas à crise dos anos 80 (1934-1984). Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1995, 188 p.

LIMA, P. R. S.; BORINELLI, L. A. B.; ASHLEY, P. A. A mudança histórica do conceito de responsabilidade social empresarial. In: ASHLEY, P. A. (Coord.). **Ética e responsabilidade social nos negócios.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, p. 44-65, 2005.

LIMA, G. F. da C. A institucionalização das políticas e da gestão ambiental no Brasil: avanços, obstáculos e contradições. **Desenvolvimento e Meio Ambiente,** v. 23, p. 121 – 132, 2011.

LOUREIRO, M. R.; PACHECO, R. S. Formação e consolidação do campo ambiental no Brasil: consensos e disputas (1972-92). **Revista de Administração Pública**, v. 29, n. 4, p. 137-153, 1995.

LOPES, L. **Memórias do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Centro Da Memória Da Eletricidade No Brasil, 1991, 346 p.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Org.) **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, p. 19 - 36, 2002.

MARX, K.; ENGELS, F. (1846). **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009 , 126 p.

MOREIRA, M. S. **Estratégia e implantação do sistema de gestão ambiental: modelo ISO14000**. Belo Horizonte: DG, 2001, 286 p.

MASON, J. **Qualitative researching**. London: Sage, 2002, 218 p.

MEURER, J. L.; MOTTA-ROTH, D. **Gêneros textuais e práticas discursivas**. Bauru: EDUSC, 2002, 316 p.

MIANI, R. A. Charge: uma prática discursiva e ideológica. **Nona Arte: Revista Brasileira de Pesquisas em Histórias em Quadrinhos**, v. 1, n. 1, p. 37 - 48, 2012.

MORGAN, G. **Imagens da Organização**. Tradução Bergamini, C.W.; Coda, R. São Paulo: Atlas, 1996. 421 p.

MOTTA, F. C. P. As empresas e a transmissão da ideologia. **Revista de Administração de Empresas**, v. 32, n. 5, p 38 - 47, 1992.

OLIVEIRA, L. D. de. A geopolítica do desenvolvimento sustentável na CNUMAD–1992 (Eco-92): entre o global e o local, a tensão e a celebração. **Revista de Geopolítica**, v. 2, n. 1, p. 43-56, 2011.

OLIVEIRA, J. A. Rio+20: What we can learn from the process and what is missing. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 10, n. 3, p. 492 – 507, 2012.

ORLITZKY, M.; SIEGEL, D. S.; WALDMAN, D. A. Strategic corporate social responsibility and environmental sustainability. **Business & Society**, v. 50, n. 1, p. 6 - 27, 2011.

PÁDUA, J. A. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010.

PEDROSA, C. E. F. Análise crítica do discurso: uma proposta para a análise crítica da linguagem. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA, 9. Tomo 2: **Filologia, linguística e ensino**. Rio de Janeiro: CiFEFil, p. 43-70, 2005.

PINHEIRO, D. C. **Reestruturação do Setor Elétrico no Brasil e suas consequências no tratamento de questões sociais e ambientais**. 2006, 113 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

PINHO, J.B. **Propaganda institucional**: usos e funções da propaganda em relações públicas. São Paulo: Summus Editorial, 1990, 50 p.

PHILLIPS, N.; HARDY, C. **Discourse analysis**: Investing Processes of Social Construction. Sage Publications, 2002, 97 p.

RAMALHO, V. C.V.S. Diálogos teórico-metodológicos: análise de discurso crítica e realismo crítico. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 8, 2010, 78 p.

RAMALHO, V.; RESENDE, V. M de. **Análise de Discurso (para a) crítica**: o texto como material de pesquisa. São Paulo: Pontes Editores, v. 1, 2011, 194 p.

RESENDE, V. M.; V. C. S. RAMALHO. Análise de Discurso Crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas: implicações teórico-metodológicas. **Linguagem em (dis)curso**. v. 5, n. 2, p. 185-208, 2004.

RESENDE, V. M.; V. C. S. RAMALHO. **Análise do discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006, 158 p.

RESENDE, V. M de. **Análise de discurso crítica e etnografia**: o movimento nacional de meninos e meninas de rua, sua crise e o protagonismo juvenil. 2008, 332 p. Tese (Doutorado em Linguística)-Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

ROSA, L. P.; TOLMANSQUIM, M. T.; PIRES, J. C. L. **A reforma do setor elétrico no Brasil e no mundo**: uma visão crítica. Rio de Janeiro: Relume Dumará, COPPE/UFRJ, 1998, 211 p.

ROSA, L. P. **A crise de energia**: uma refutação empírica do modelo econômico neoliberal. In LESSA, Carlos (Org.). O Brasil à luz do apagão. Rio de Janeiro: Palavra e Imagem, 2001, 103 p.

SALDANHA, M.M. Energia Elétrica e Meio Ambiente: um novo paradigma para o desenvolvimento. **Direito em Debate**, ano XXI, n. 38, p. 123-159, jul./dez. 2012.

SAUER, I. L.; ROSA, L.P.; D'ARAUJO, R. P.; CARVALHO, J. F. de.; TERRY, L. A.; PRADO, L., T., S.; LOPES, J. E. G. **A reconstrução do setor elétrico brasileiro**. São Paulo: Paz e Terra, 2003, 300 p.

SHRIVASTAVA, P. Castrated environment: greening organizational studies. **Organization Studies**, v. 15, n. 5, p. 705 - 726, 1994.

SILVA, S. S. da; REIS, R. P.; AMÂNCIO, R. Paradigmas ambientais nos relatos de sustentabilidade de organizações do setor de energia elétrica. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 12, n. 3, p. 146 – 1476, 2011.

SILVEIRA, D. C. Teoria da justiça de John Rawls: entre o liberalismo e o comunitarismo. **Trans/Form/Ação**, v. 30, n. 1, p. 169 - 190, 2007.

SOARES, G. M P. Responsabilidade social corporativa: por uma boa causal!?. **RAE- eletrônica**, n. 2, p. 1-15, 2004.

SOARES, R. S.; JÚNIOR, V. M. V. As faces que a Responsabilidade Socioambiental mostra e as que ela esconde. **Revista Alcance**, v. 14, n. 3, p. 375-384, 2007.

SORATTO, A. N. M., A. A., ALMEIDA, M. A. S., SOUZA KNABBEN, P. de. Sistema da gestão da responsabilidade social: desafios para a certificação NBR 16001. **Revista Gestão Industrial**, v. 2, n. 4, p. 13 – 25, 2006.

SOUZA, P. R. C. de. **Evolução da indústria de energia elétrica brasileira sob mudanças no ambiente de negócios**: um enfoque institucionalista. 2002, 320 p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2002.

STEAD, J. G.; STEAD, W. E. The Coevolution of Sustainable Strategic Management in the Global Marketplace. **Organization & Environment**, v. 26, n. 2, p. 162-183, 2013.

STAVRAKAKIS, Y. Green ideology: A discursive reading. **Journal of Political Ideologies**, v. 2, n. 3, p. 259 - 279, 1997.

STAVRAKAKIS, Y. On The Emergence of Green Ideology: The Dislocation Factor in Green Politics. In *Discourse Theory and Political Analysis* (Orgs. David Howarth, Aleta J. Norval & Yannis Stavrakakis). Manchester : Manchester University Press, p. 100 – 117, 1998.

STAVRAKAKIS, Y. On the emergence of Green ideology: The dislocation factor in Green politics. In: HOWARTH, D. R.; NORVAL, A. J.; STAVRAKAKIS, Y (org.). **Discourse theory and political analysis**. Identities, hegemonies and social change. New York: Manchester University Press, p. 100-118, 1998.

TACHIZAWA, T. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa**. 2.ed. revista e ampliada. São Paulo: Atlas, 2004. 399 p.

TENÓRIO, F. G. **Responsabilidade social empresarial: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, 259 p.

TERZIAN, F. Transformação profunda que leva tempo e dá muito trabalho. **Valor Econômico**, São Paulo, 27 nov. Gestão da Qualidade. p. 2 - 4, 2006.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e Cultura Moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 9 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011., 427 p.

VAN DIJK, T.A. **Ideology: a multidisciplinary approach**. London: Sage, 1998, 384 p.

VAN DIJK, T.A. Ideology and discourse: A multidisciplinary introduction. Internet Course for the Oberta de Catalunya (UOC). **Retrieved June**, v. 15, 2003, 2005 p.

VAN LEEUWEN, T. **A representação dos actores sociais**. In: PEDRO, E. R. (org.) *Análise Crítica do Discurso*. Lisboa: Caminho, p. 169-222, 1997.

VIAN JR, O. Estruturas potenciais de gêneros na análise textual e no ensino de línguas. **Revistas Linguagem em (Dis) curso**, v. 9, n. 2, p. 387 – 410, 2009.

WASSERMAN, M. **O riso é coisa séria: o humor na publicidade institucional como alternativa persuasiva.** 2009. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Faculdade dos Meios de Comunicação Social, Pontífica Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, p. 1 – 153, 2009.

WENCESLAU, J.; ANTEZANA, N. L.; DU PIN CALMON, P. Políticas da Terra: Existe um novo discurso ambiental pós Rio+ 20?. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 10, n. 3, p. 584 – 604, 2012.

WODAK, R. **De qué trata el análisis crítico del discurso.** Resumen de su historia, sus conceptos fundamentales y sus desarrollos. In: —; MEYER, Michel (orgs.). *Métodos de Análisis Crítico del Discurso.* Barcelona: Gedisa, p. 17-34, 2003.

XAVIER, R. Representação social e ideologia: conceitos intercambiáveis. **Psicologia & Sociedade**, v. 14, n. 2, p. 18-47, 2002.